

MARLY SILVA DA MOTTA



A NAÇÃO FAZ 100 ANOS

A QUESTÃO NACIONAL
NO CENTENÁRIO
DA INDEPENDÊNCIA

Proibida a publicação no todo ou em parte;
permitida a citação. A citação deve ser textual,
com indicação de fonte conforme abaixo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992. 129 p.

**A NAÇÃO
FAZ 100 ANOS**

A NAÇÃO FAZ 100 ANOS

**A QUESTÃO NACIONAL
NO CENTENÁRIO
DA INDEPENDÊNCIA**

MARLY SILVA DA MOTTA

Editora da Fundação Getulio Vargas – CPDOC

Direitos desta edição reservados à
Fundação Getúlio Vargas
Praia de Botafogo, 190 – Cep. 22253-900

É vedada a reprodução total ou parcial desta obra

Copyright © 1992 by Marly Silva da Motta

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

Coordenação editorial: *Cristina Mary Paes da Cunha*
Revisão de texto: *Dora Rocha*
Digitação: *Tânia Maria de Souza Oliveira*
Editoração eletrônica e capa: *CAT Torres*

EDITORA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Chefia: *Francisco de Castro Azevedo*
Supervisão gráfica: *Helio Lourenço Netto*

M921n

Motta, Marly Silva da.

A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência / Marly Silva da Motta.-

Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 1992

140p.

Bibliografia: p.119

Originalmente apresentado como dissertação do autor (mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro).

1. Intelectuais 2. Nacionalismo 2. Rio de Janeiro (RJ) – História. I. Fundação Getúlio Vargas – II. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. III. Título

CDD 320.540981
CDU 323.1 (81)

*A meus pais,
Francisco e Marivan,
pela certeza do amor
infinito.*

AGRADECIMENTOS

ESTE livro é uma versão da dissertação de mestrado em história por mim defendida em outubro de 1991, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A elaboração de uma dissertação de mestrado implica não apenas o envolvimento do pesquisador; ao longo do caminho, muita gente, de um jeito ou de outro, acaba participando da "tese". Difícil é citar todos os nomes; mais difícil ainda é deixar registrada a gratidão pelas palavras e gestos de incentivo e carinho. Mas vou tentar...

Em primeiro lugar, porque é o "amor mais antigo", o Colégio Estadual Barão do Rio Branco, onde, nos últimos 16 anos, pude desfrutar de um ambiente de sincero companheirismo e de irrestrita dedicação ao ensino público.

Do fecundo clima de debate intelectual presente no Curso de Pós-Graduação em Sociologia Urbana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, resultou meu interesse pela cidade do Rio de Janeiro. Como aluna em 1985, e mais tarde, em 1986 e 1989, como professora da cadeira de "História da Urbanização do Brasil", sempre contei com o incentivo constante dos professores do curso. A Amélia Rosa Sá Barreto, um agradecimento especial pela orientação segura e pela confiança em mim depositada.

Os seminários do meu curso no Mestrado de História do Brasil do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ) estão na base das preocupações que acabaram se tornando meu tema de tese. Com professores e colegas pude estabelecer, ao longo desses últimos anos, uma convivência pautada pelo companheirismo e animado debate intelectual. Em especial, agradeço ao professor Francisco Vinhosa, coordenador da Pós-Graduação, pela fé em momentos de dúvida. À professora Marieta de Moraes Ferreira, atual colega de trabalho e amiga do peito, devo tanto o incentivo constante e as críticas sempre pertinentes, quanto a possibilidade de iniciar a carreira de pesquisadora em história.

Nos três últimos anos tive o prazer de viver uma nova experiência profissional no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Aos pesquisadores e funcionários do CPDOC, em especial os do Setor de

História Oral – Marieta, Ignez, Maria Ana, Luciano, Tania e Clodomir – agradeço pelo convívio fraterno e estimulante troca de idéias. Menções especiais têm que ser feitas a Mônica Velloso, cujos textos foram “fonte de inspiração”; a Angela Gomes, pela cotidiana aprendizagem do ofício de historiador; e a Lúcia Lippi, examinadora atenta, pelas críticas pertinentes e sugestões valiosas. Dora Rocha, com seu lápis “mágico”, “limpou” o texto, digitado, com paciência e interesse, por Tania Maria de Oliveira e Vera Lucia Lopes Rego.

Registro ainda o apoio financeiro concedido pelo CNPq através da bolsa de estudos que me conferiu de 1988 a 1990.

Sou especialmente grata ao meu orientador, professor Manoel Luiz Salgado Guimarães, pelo profissionalismo e pela competência, misturando, em doses certas, crítica e encorajamento. Mas, sobretudo, agradeço pela amizade sincera e pelo apoio irrestrito com que sempre me brindou.

Obrigada a todos
Rio, setembro de 1992.

SUMÁRIO

<i>INTRODUÇÃO</i>	<i>1</i>
<i>CAPÍTULO I</i>	
<i>1922: CONSTRUIR O BRASIL MODERNO</i>	<i>11</i>
Sete de setembro, “lugar de memória” da nação republicana	11
Que República é essa?	23
Por uma nação moderna!	31
<i>CAPÍTULO II</i>	
<i>1922: RIO DE JANEIRO, UM SOL A BRILHAR</i>	<i>47</i>
O que será o Rio de Janeiro de 1922?	47
Arrasar ou não arrasar, eis a questão!	54
A ante-sala do paraíso	66
<i>CAPÍTULO III</i>	
<i>1922: SÃO PAULO É A NAÇÃO</i>	<i>79</i>
A difícil hegemonia	79
São Paulo=nação; Rio de Janeiro = antinação	94
São Paulo em toilette de rigor	103
<i>CONCLUSÃO</i>	<i>115</i>
<i>FONTES E BIBLIOGRAFIA</i>	<i>119</i>

INTRODUÇÃO

“Na favela, no Senado
Sujeira prá todo lado,
Ninguém respeita Constituição
Mas todos acreditam no futuro da nação.
Que país é esse? Que país é esse?”
(*Que país é esse?* Legião Urbana)

“Não somos ainda uma nação, uma nacionalidade.
As enciclopédias francesas começam
o artigo Brasil assim: *une vaste contrée*...
Não somos país; somos uma região.”
(Monteiro Lobato)

SEPARADAS por décadas, tanto a letra do *rock*, cujo título tornou-se símbolo da perplexidade que marcou o país na segunda metade dos anos 1980, quanto a veemente denúncia de Monteiro Lobato no início da década de 1920, remetem ao mesmo obscuro objeto de desejo e ódio chamado nação. Criação dos tempos modernos, arraigada na mentalidade dos povos, essa “comunidade imaginada”, na feliz expressão de Anderson,¹ resiste aos embates da pós-modernidade, e se mantém, neste final de milênio, como um símbolo fundamental de identificação coletiva: até hoje, homens e mulheres matam e morrem por esta bem construída invenção.

Conceitos como Pátria e Nação fazem parte do universo simbólico do mundo ocidental desde o fim do século XVIII. É interessante lembrar que, naquele momento, Pátria e Nação eram conceitos diferentes e mesmo opostos, na medida em que o primeiro era marcado pelo universalismo e o cosmopolitismo (à la Robespierre), e o segundo – que acabou por triunfar – refletia o nacionalismo francês (à la Danton).²

A Revolução Francesa marcou o nascimento da concepção de “nação-contrato”, cuja base era a unidade político-territorial, a existência de uma lei comum e a cidadania. A essa concepção se contrapôs a idéia de “nação-instinto”, particularmente cara aos germânicos. Formulada pelas diversas correntes do historicismo romântico e

exaltada nas obras de Herder e Fichte, essa idéia de nacionalidade se fundava no espírito ou caráter peculiar de um povo, herança da raça, língua, história, que por sua vez constituem os fundamentos de uma comunidade.

Longe de se constituir em um modelo único, paradigmático na essência, a idéia de nação foi vivenciada com conteúdos diferentes por diferentes povos em diferentes épocas, no enfrentamento de problemas próprios e na realização de um destino específico. Concebida pelo nacionalismo e relacionada ao Estado territorial moderno, a nação não é uma entidade abstrata, independente da ação humana. A naturalização das nações, entendidas como “destino político inerente aos homens”,³ inscreve-se na esfera da montagem de uma comunidade modernamente inventada, que se concretiza mediante símbolos, práticas, comportamentos e valores firmemente ancorados na vida social.

Agente da sua própria humanidade, o homem se liga a uma teia de significados, construída historicamente, e em função da qual dá forma, objetivo e direção à própria vida.⁴ Nesse sentido, percebemos o valor do universo simbólico como guia das ações humanas, uma vez que atende à necessidade de legitimação inerente ao arcabouço institucional quando este não pode ser mais mantido pela memória do indivíduo.⁵ Daí a necessidade de construção de um universo nacional, capaz de organizar o espaço público num processo de constituição de identidade, implicando tanto a acentuação dos traços de semelhança e homogeneidade, como a diferenciação em relação ao outro.

O processo de construção das nações é um tema delicado. Hobsbawm o associa ao triunfo do capitalismo na segunda metade do século XIX, embora relativize uma perfeita relação entre os dois.⁶ Já Recalde, em seu livro sugestivamente intitulado *La construcción de las naciones*, caracteriza a nação como produto da ideologia nacionalista.⁷

A partir da proposição de Marx, de que a consciência do homem seria determinada por seu ser social,⁸ abriu-se todo um campo de investigação para uma sociologia do conhecimento preocupada com as condições concretas da produção intelectual. Uma identificação apressada da “infra-estrutura” com a base econômica, tão-somente, levou à suposição de que a “superestrutura” seria também, tão-somente, seu espelho, falseando grosseiramente, a meu ver, o pensamento dialético marxista.⁹ Nesta perspectiva, a ideologia nacionalista, de inspiração burguesa, serviria para mascarar os “verdadeiros” interesses desta classe na sua estratégia de dominação da sociedade.

Não compartilhamos de tal concepção. Não entendemos que a construção da idéia de nação no Brasil possa ser reduzida a apenas um dos traços mais característicos do estabelecimento da “hegemonia

burguesa” no país. Sem dúvida, o nacionalismo é uma ideologia política¹⁰ que, como tal, renova a função tradicional de garantir o consenso, construindo um modelo que designa as posições sociais ao mesmo tempo em que as justifica. No entanto, uma concepção artificial das ideologias que só lhes atribua efeitos de ocultação arrisca-se a levar ao esquecimento todo o conteúdo de explicação e designação explícitas que comporta um sistema de representações. Ou seja, avaliar a ideologia nacionalista numa dimensão puramente conspiratória simplifica e empobrece a reflexão, na medida em que abandona a possibilidade de recuperação das diversas versões sobre o tema, as divergências, as aproximações, a ambigüidade, a complexidade das diferentes interpretações sobre o que seria nação.

Embora reconhecendo que a nação é um tema constantemente presente no pensamento social, verificamos que o peso da sua presença e seu significado não são sempre os mesmos. Examinando as várias definições de nação, calcadas na religião, na língua, na etnia, no território, na história comum, nos traços culturais, Hobsbawm distingue três etapas na história dos movimentos nacionais a partir do século XIX: de uma fase puramente cultural, literária e folclórica, passou-se àquela em que surge um conjunto de militantes da idéia nacional, e finalmente chegou-se à etapa em que o nacionalismo adquire sustentação de massa.¹¹ De qualquer modo, o espaço hegemônico ocupado no debate político-intelectual pela temática nacional, bem como a emergência de propostas originais que encaminham essa questão, indicam a vivência de um momento particularmente significativo na (re)constituição da identidade nacional.

No caso brasileiro, 1922 pode ser considerado um ano paradigmático, na medida em que nele se concentraram acontecimentos que a historiografia consagrou como marcos fundadores de um “novo” Brasil: a fundação do Partido Comunista Brasileiro, a Semana de Arte Moderna e a primeira manifestação do movimento tenentista. Foi também o ano da comemoração dos cem anos da independência do país, fato que não mereceu, até hoje, senão meia dúzia de linhas em livros didáticos, enciclopédias e trabalhos acadêmicos.¹² Omissão séria, mas justificada pela suspeição que essas comemorações coletivas, por sua aparência oficial e artificial, despertavam na comunidade de historiadores. Coube a Mona Ozouf, com seu trabalho sobre as festas da Revolução Francesa,¹³ romper com esses preconceitos e destacar a mobilização que essas celebrações provocavam, atestada pela massa de relatórios, discursos, projetos e propostas que lhes foram dedicados. Uma vasta documentação, praticamente inexplorada, e representada especialmente por jornais, revistas, livros, monumentos, palestras e congressos, indica igualmente que a comemoração do Centenário da Independência em 1922 mobilizou a popula-

ção em geral, e a intelectualidade, em particular, do Rio de Janeiro e São Paulo, principais centros urbanos do país.

Este trabalho busca compreender como, forçados a pensar o Brasil que se preparava para comemorar seu Centenário da Independência, variados setores da intelectualidade brasileira se voltaram para a temática nacional entre a segunda metade da década de 1910 e os primeiros anos da década de 1920. Nesse momento, a cena brasileira foi marcada por uma intensa mobilização dessa “*minorité agissante*”,¹⁴ revelando-se uma ambiência de insatisfação na busca de novas alternativas para solucionar os impasses nacionais. Atribuindo-se e se auto-representando como portadores de uma missão social, os intelectuais se empenharam obstinadamente em criar um saber próprio sobre o país. A palavra de ordem era conhecer, desvendar, investigar e mapear o Brasil e a sua realidade, bem como traçar simultaneamente os contornos da identidade nacional. Há como que um despertar para a importância de colocar no papel a avaliação correta do passado, a interpretação segura do presente e as sugestões valiosas para o futuro da nação. São essas análises e propostas, nas suas divergências e aproximações, que pretendemos expor neste trabalho.

Se políticos e burocratas que estão no poder participam, tanto quanto os intelectuais, da formulação de interpretações sobre a vida social, estes últimos, na qualidade de especialistas da dimensão simbólica, desempenham um papel fundamental no delineamento de um perfil para a nação capaz de lhe garantir identidade própria. Aos intelectuais cabe elaborar imagens fundadoras da nacionalidade indispensáveis na definição dessa identidade. Para tanto, é preciso marcar o próprio território e as suas fronteiras, definindo relações com os “outros”; formar imagens dos amigos e inimigos, rivais e aliados; conservar e modelar as lembranças do passado, bem como projetar, sobre o futuro, temores e esperanças; finalmente, é necessário exprimir e impor certas crenças comuns plantando modelos formadores.¹⁵

A produção literária do raiar dos anos 20 foi de fundamental importância para a formação de uma consciência nacional. Lembra Antônio Cândido que, ao contrário do que ocorre em outros países, a literatura, mais do que a filosofia e as ciências humanas, tem sido no Brasil o “fenômeno central da vida do espírito”.¹⁶ Ocupando amplos espaços na imprensa, *locus* privilegiado do debate político-intelectual da época, os literatos brasileiros se envolveram num processo de questionamento da identidade nacional e conseqüentemente de produção de “novos” ideais e modelos, por vezes vagos e contraditórios, mas que se cristalizaram na medida em que se tornaram núcleos em torno dos quais se estruturaram as aspirações nacionais.

Abria-se assim a década com um aceso debate sobre a nação brasileira, às vésperas de completar cem anos de vida livre, porém marcada pelo atraso, na avaliação da grande maioria dos pensadores da época. Disputas pela conquista da legitimidade por parte de diferentes projetos que buscavam definir um Brasil moderno marcaram o período. Não vemos essas disputas no campo intelectual como meras expressões de interesses materiais ou de correntes políticas distintas; embora ligadas ao contexto “externo”, elas exprimem com maior vigor as relações de força internas ao próprio universo social onde pessoas, grupos e instituições se constituem pelas relações de concorrência e poder que estabelecem entre si. Aspectos específicos do campo intelectual, como a legitimidade cultural, a identidade em torno de uma “escola” ou os temas de época que caracterizam uma geração, mediatizam a relação que um intelectual mantém com sua classe social de origem ou de fato.¹⁷ A fina relação entre a obra artístico-literária e sua ambiência social obriga-nos a descartar determinismos inexoráveis e autonomias precipitadas, ambos fadados a desembocar em simplificações perigosas.¹⁸

Julgo fundamental, portanto, elucidar o conflito entre grupos de intelectuais que construíram versões e explicitaram visões sobre o que era ou deveria ser a nação brasileira. É imprescindível analisar essa intelectualidade tendo por referência o seu próprio discurso, seguindo indicações por ela formuladas.¹⁹ Captar suas motivações e o propósito de suas palavras significa compreender como ela compreendia o país e como construía, a partir dessa compreensão, uma determinada visão da realidade. Afinal, como separar os agentes e seus atos das idéias-imagens que eles se dão a si mesmos e a seus adversários?

Em desacordo sobre os reais motivos do descompasso do país com a modernidade, divergindo em torno dos caminhos que deveriam conduzir até ela, a intelectualidade brasileira parecia convergir quanto à compreensão de que o Centenário seria o momento-chave em que tais questões deveriam ser discutidas. Articulando presente/passado/futuro, arrasando antigas tradições e construindo outras novas, mobilizando diferentes vertentes do movimento intelectual na construção de modelos que finalmente garantissem a criação de uma nação “brasileira e moderna”, pensamos que o Centenário da Independência não se reduziu à comemoração de uma data memorável.

Condição indispensável da cultura humana, fundamental no reforço da coesão social, a memória coletiva funciona como um depósito onde o indivíduo busca elementos que lhe permitem identificar-se social e historicamente. Ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, a memória reforça as fronteiras sócio-culturais, tornando-se um ingrediente básico da identidade nacional. Podemos afirmar que o passado coletivo, fundado numa reserva de

símbolos, de imagens, de modelos de ação, é a origem da legitimação da nação.

As estreitas relações entre memória e nação foram trabalhadas por Hobsbawm, que destacou o papel fundamental da “tradição inventada” na construção das nações.²⁰ Deve-se, no entanto, a Nora o mais minucioso e abrangente desvendamento da complexidade dessas relações. A aceleração do tempo nas sociedades industriais criou a necessidade de serem demarcados os lugares onde a memória nacional efetivamente se fixou – “lugares de memória”, na feliz expressão do historiador francês – como festas, monumentos, datas nacionais, bandeiras, hinos, enfim, locais de sacralização da nação e de identificação do nacional. Afetiva e mágica, a memória seria vulnerável a manipulações, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento.²¹ Como tal, sempre foi elemento e objetivo de poder; torna-se agora objeto de estudo da história, analítica e crítica.

É justamente o estudo do 7 de setembro, enquanto “lugar de memória” da nação republicana, que abre o primeiro capítulo deste livro, onde procuro retratar a mobilização da intelectualidade brasileira no intuito de construir um Brasil moderno. Penso que ao forçar a busca das origens e a avaliação do papel das figuras históricas, ao julgar o passado colonial e as realizações republicanas, a comemoração do Centenário suscitou debates sobre a formação e as perspectivas da sociedade brasileira, recolocando de forma especialmente urgente os dilemas da salvação nacional. A grande questão que esses intelectuais têm que enfrentar nesse momento é a construção de um Brasil moderno. Mário de Andrade, Oliveira Viana, Monteiro Lobato, Lima Barreto, Licínio Cardoso, Menotti del Picchia, Tristão de Ataíde, dentre outros, dedicam-se de corpo e alma a estudar o país. Tais estudos, pautados por um frenesi de reinterpretar o passado, diagnosticar o presente e projetar o futuro, buscam não só entender que país é este, mas principalmente, garantir-lhe um lugar na modernidade do século XX. Todos, a despeito das diversidades de perspectivas e projetos, pensam o Brasil moderno.²² Amantes do campo ou da cidade, advogam o monopólio do entendimento do país; industrialistas ou ruralistas, acreditam encarnar o espírito do século XX; conservadores ou vanguardistas, julgam ser os porta-vozes exclusivos da modernidade pós-guerra.

A celebração de 1922 deveria ser caracterizada, pois, pela inequívoca disposição da “jovem” nação em marcar seu lugar no século XX. Para tanto, penso que um dos requisitos indispensáveis seria a modernização da capital federal, cabeça da nação e seu cartão postal. É disso que vai tratar o segundo capítulo.

A meu ver, a preparação da “cidade maravilhosa” para as festas do Centenário, com destaque para a Exposição Internacional, reves-

tiu-se de um significado todo especial: era preciso que o Rio de Janeiro se tornasse a apoteose da modernidade brasileira. A reforma urbana então planejada teve como alvo o “velho” morro do Castelo, berço da cidade, agora habitado por uma população pobre, e envolvido numa aura de misticismo, magia e superstição.

As acesas discussões que então se travaram através da imprensa – arrasar ou não arrasar o Castelo –, longe de envolver apenas aspectos urbanísticos, colocaram frente a frente diferentes concepções de modernidade, de tradição, de passado, de memória e de cultura. A recuperação dos diferentes projetos e respectivos argumentos que sustentavam o arrasamento ou a manutenção do Castelo, a identificação das correntes de pensamento a que se ligavam tais propostas, permite-nos desvendar um rico painel dos valores, ideais, esperanças e aspirações de expressivos segmentos do Distrito Federal diante do desafio de se projetar como a capital “moderna” de uma nação “moderna”.

Se, para muitos, o Rio de Janeiro era a “flama do progresso que iluminava o país”,²³ outros tantos o identificavam como a cidadela da “velha” geração. Embora pouco mencionado pela historiografia, um dos temas que mais se destacaram no balanço do país efetuado por ocasião do Centenário de 1922 foi o da desqualificação da capital federal como cabeça da nação que buscava a modernidade.²⁴ Estava aberto o espaço para iniciativas que resultassem na afirmação de um novo *locus* produtor da identidade nacional.

No terceiro capítulo, examinaremos a elevação da capital bandeirante à condição de matriz da “nova” e “moderna” nacionalidade dos anos 20. Entendemos este movimento como um dos pilares do complexo processo da desejada consolidação da hegemonia paulista no conjunto nacional. Julgamos que o sucesso deste empreendimento dependia da construção de um imaginário que, por um lado, deslegitimasse a tradicional ocupante desse lugar – a “contemplativa” cidade do Rio de Janeiro – e, por outro, apontasse uma substituta à altura das exigências dos novos tempos imbuídos dos valores da brasilidade e da modernidade – a “operosa” cidade de São Paulo.

A construção do imaginário social – conjunto de imagens que orienta a inserção do indivíduo na cultura²⁵ – é particularmente importante em momentos de redefinição da identidade coletiva, marcados, como no raiar da década de 1920, pela avaliação crítica do passado e do presente e pela perspectiva de criar uma nova sociedade, um homem novo, enfim, uma nova nação. É nesse momento que encontramos a elaboração e a difusão de determinadas imagens e a produção de certas representações que buscaram associar o Rio de Janeiro ao prazer e São Paulo ao dever. Incapaz de se atualizar no mundo do trabalho e da ordem, a “cidade maravilhosa” teria ficado à

margem da trajetória da modernização brasileira, que passaria, então, pelos trilhos da “locomotiva” paulista. A imagem de São Paulo “arrastando rampa acima os dezenove vagões irmãos”,²⁶ criada por Monteiro Lobato em 1918, incorporou-se definitivamente ao imaginário nacional e fixou-se indelevelmente na memória coletiva.

Através de uma atuação cotidiana na imprensa, a intelectualidade paulista, independentemente de suas diferenças internas, vai produzir um discurso rico de argumentos de caráter predominantemente simbólico, que visava firmar uma interessante igualdade: São Paulo = nação; Rio de Janeiro = antinação. Ou melhor, o Rio representava a nação atrasada que se era, e São Paulo, a nação moderna que se deveria ser.

A busca do Brasil moderno não termina nos anos 20. Depois, virão 1930, 1937, 1945, 1964, 1989 ... Em suma, a história do pensamento brasileiro no século XX pode ser vista como um esforço incansável para compreender e impulsionar as condições de implantação da modernidade no Brasil, quer esta responda pelo nome mágico de Civilização, de Desenvolvimento ou de Primeiro Mundo.

Notas

1 – O conceito é desenvolvido por Benedict Anderson em *Nação e consciência nacional*, p. 14-16.

2 – Ver Gerard Mairet, *Peuple et nation*, em François Chatelet e Gerard Mairet, *Les idéologies*.

3 – “As nações, postas como modos naturais ou divinos de classificar os homens, como destino político... inerente, são um mito; o nacionalismo, que às vezes toma culturas preexistentes e as transforma em nações, algumas vezes as inventa e freqüentemente oblitera as culturas preexistentes: isto é uma realidade.” Ernest Gellner, citado por Eric J. Hobsbawm, *Nações e nacionalismo desde 1780*, p.19 (grifo no original).

4 – Ver Clifford Geertz, *A interpretação das culturas*.

5 – “Os universos simbólicos (...) são corpos de tradição teórica que integram diferentes áreas de significação e abrangem a ordem institucional em uma totalidade simbólica (...) a sociedade histórica inteira e toda a biografia do indivíduo são vistas como acontecimentos que se passam dentro deste universo (...) No interior do universo simbólico (...) domínios separados da realidade integram-se em uma totalidade dotada de sentido que os ‘explica’ e também os justifica(...)” Peter Berger e Thomas Luckman, *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*, p.131-32 (grifo no original).

6 – Eric J. Hobsbawm, *A era do capital (1848-1875)*.

7 – Jose Ramón Recalde, *La construcción de las naciones*.

8 – Karl Marx, Manuscritos econômico-filosóficos (Terceiro manuscrito), em *Os pensadores*.

9 – Para uma crítica marxista dessas relações mecanicistas entre infra-estrutura e superestrutura, ver Mikail Bakhtin, *Marxismo e filosofia da linguagem*.

10 – O conceito de ideologia usado aqui refere-se às representações sociais ou a um sistema cultural no contexto da definição de Geertz: “sistemas de símbolos que interagem ou padrões de significados que trabalham interativamente”. Clifford Geertz, op.cit., p.178.

11 – Ver Eric J. Hobsbawm, *Nações e nacionalismo desde 1780*, p.19.

12 – Entre as poucas obras que mencionam as comemorações do Centenário da Independência, podemos citar Edgard Carone, *A República Velha II – evolução política (1889-1930)* e *Nosso século: 1910-1930*.

13 – Mona Ozouf, *La fête révolutionnaire: 1789-1799*.

14 – Essa expressão se refere ao grupo intelectual militante característico da segunda fase dos movimentos nacionais, anterior ao nacionalismo de massa. Cf. Eric J. Hobsbawm, *Nações e nacionalismo desde 1780*, p.21.

15 – Ver Manoel Luiz Salgado Guimarães, Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional, *Estudos Históricos*, 1 (1988), p.5-27; José Murilo de Carvalho, *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*; Edgard Leite Ferreira Neto, *O imprevisto da civilização: a nação republicana e a construção da ordem social no final do século XIX*, e A elaboração positivista da memória republicana, *Tempo Brasileiro*, 87(1986), p.79-103; José Neves Bittencourt, Espelho da “nossa” história: imaginário, pintura histórica e reprodução no século XIX brasileiro, *Tempo Brasileiro*, op.cit.; Afonso Carlos Marques dos Santos, A invenção do Brasil: um problema nacional? *Revista de História*, 118(1985), p.3-12, e Memória, história, nação: propondo questões, *Tempo Brasileiro*, op.cit.

16 – Antônio Cândido, *Literatura e sociedade*, p.130.

17 – Ver Pierre Bourdieu, Campo intelectual e projeto criador, em Pierre Bourdieu, et al., *Problemas do estruturalismo*.

18 – Ver Antônio Cândido, op.cit., cap.I.

19 – Neste sentido, siga as indicações de Paul Veyne, *Comment on écrit l'histoire suivi de Foucault révolutionne l'histoire*.

20 – Por “tradição inventada”, Hobsbawm entende “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado...” Cf. Eric J. Hobsbawm, Introdução: a invenção das tradições, em Eric J. Hobsbawm e Terence Ranger, (org.), *A invenção das tradições*, p.9.

21 – Ver Pierre Nora (org.), *Les lieux de mémoire*, vol.I, La République.

22 – Ver Lúcia Lippi Oliveira, Modernidade e questão nacional, *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 20(1990), p.41-68, e Octavio Ianni, A idéia de Brasil moderno, *Resgate*, 1 (1990), p.19-38.

23 – Oração do Dr. Mário de Lima, delegado do estado de Minas Gerais, *A Exposição de 1922*, p.17-18(1923).

24 – Ver Lúcia Lippi Oliveira, *Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz, Brasil: um estudo sobre o nacionalismo brasileiro*, p.238- 241 (tese doutorado – mimeo). Este trabalho foi publicado sob o título de *A questão nacional na Primeira República* (São Paulo, Brasiliense, 1990), mas, para efeito de citação, continuarei indicando as referências da tese. Ver ainda Mônica Pimenta Velloso A “cidade-voyeur”: o Rio de Janeiro visto pelos paulistas, *Revista do Rio de Janeiro*, 1 (1986), p.55-66.

25 – Ver Cornelius Castoriadis, *A instituição imaginária da sociedade*.

26 – Monteiro Lobato, *Mr. Slang e o Brasil e Problema vital*, p.299.

1922: CONSTRUIR O BRASIL MODERNO

SETE DE SETEMBRO, “LUGAR DE MEMÓRIA” DA NAÇÃO REPUBLICANA

“Em 1822 (...) foi criado o próprio povo brasileiro. E todas as grandezas da hora presente, os cargueiros cedendo ao peso do nosso café, do nosso açúcar, do nosso algodão, as chaminés das fábricas (...) os elementos, enfim, que representam a nossa vida, a nossa personalidade histórica, o alicerce do nosso futuro, tudo isso é obra de uma data: o sete de setembro (...) O grito do Ipiranga foi um toque de reunir (...) para a constituição desse patrimônio ainda por existir”.¹

INTITULADO “O Centenário”, o artigo acima citado é uma demonstração evidente da entronização do 7 de setembro como o mais importante “lugar de memória” da nação brasileira. O que não fica evidente, oculto por uma tradição já firmada, é o delicado processo que resultou na consolidação do grito do Ipiranga como data magna da nacionalidade. Intimamente relacionada ao “glorioso” feito da casa imperial dos Bragança, tal celebração não poderia ser vista com bons olhos pela República implantada em 1889. Afinal, o novo regime teria que lidar, não só com a organização de uma nova vida social e política, mas também com a projeção de uma arquitetura simbólica do nacional, que marcassem a República como a verdadeira entidade representativa da sociedade como um todo.

Acompanhar os debates em torno das comemorações do 7 de setembro nos primeiros anos republicanos parece-nos de especial relevância para a compreensão da importante função política exercida pela memória coletiva. Afinal, quem não se lembra que *Big Brother*,

do famoso livro de George Orwell, dominava através do duplo mecanismo que consistia em modificar e apagar o passado de cada indivíduo para depois obrigá-lo a esquecer o próprio esquecimento?

Elemento essencial na identidade nacional, a memória é instrumento e objeto de poder; produto da atividade social, lembrar o passado implica diferentes definições da realidade em confronto. Embora não seja adepta de uma “memória dos vencedores” mecanicamente imposta à sociedade, preferindo a concepção mais dinâmica da “circularidade da cultura”,² reconheço que a memória tem que ser reverenciada, celebrada, institucionalizada. O controle das metáforas, do simbolismo, das tradições, torna-se, assim, alvo privilegiado na disputa pelo poder. Alerta Le Goff que “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”.³

Contudo, até que ponto a memória é manipulável? Parece claro que os exemplos mais bem sucedidos da manipulação são aqueles que exploram práticas claramente oriundas de uma “necessidade”, com um gancho bem visível no “real”: a força dos símbolos é imbatível quando encontra apoio nos “fatos”; ou cai no vazio, e até mesmo no ridículo, quando não se estabelece a necessária relação de significado.⁴

Logo, a questão crucial a ser enfrentada pela memória nacional é a da sua credibilidade e aceitação. Para que surja um fundo comum de referências que possam constituir-la, é indispensável um intenso trabalho de organização, o que Pollak denomina de “enquadramento da memória”.⁵ Não se trata de uma manipulação pura e simples, imposta mecanicamente de cima para baixo. O próprio Pollak alerta que este “enquadramento da memória” tem limites, uma vez que deve satisfazer a certas exigências de justificação, arbitrariamente desconsideradas. Além do que, com certa frequência, as invenções escapam do controle daqueles que as consideraram vantajosas para serem manipuladas.

Em seu estudo sobre a criação, em 1880, do Dia da Bastilha, Amalvi⁶ demonstra, de um lado, a diversidade das representações políticas que a comemoração suscitou, e a violência das polêmicas levantadas pela celebração desse aniversário. Abalados com a derrota de 1870 e o *affaire* Dreyfuss, os dirigentes da Terceira República recorreram ao simbolismo do passado como forma de garantir a legitimidade. É claro que a estabilidade social desejada não seria assegurada apenas pelo sucesso em mobilizar os cidadãos em torno de novos símbolos. Mas os republicanos sabiam o que pretendiam quando evocavam o espírito de 1789, pois a imagem ecumênica dos demolidores da Bastilha, onde se confraternizaram burgueses, camponeses e soldados, negava a existência de uma questão social e

construía um ideal de grande valor para a sociedade francesa da época. Por outro lado, Amalvi comprova a eficácia fundadora do *14 juillet*, que conseguiu apagar as marcas da dura disputa pela memória nacional, e, já no Centenário de 1889, era entronizado como "*lieu de mémoire*" privilegiado da nação francesa.

O esforço do regime republicano brasileiro para garantir a sua legitimidade esbarrava na tradição imperial de comemorar o 7 de setembro como a festa maior da nacionalidade, marco da conquista da liberdade, indelevelmente associado à dinastia de Bragança. Era preciso inventar novas tradições mais adequadas aos novos tempos. O fim da escravidão, no ano anterior, implicara a incorporação de pessoas cujas atividades políticas passaram a ser institucionalmente reconhecidas. Ambientes e contextos sociais novos, ou velhos, mas transformados, exigem novos instrumentos que assegurem e/ou expressem identidade e coesão social. E é no passado que se devem buscar as raízes dessa totalidade que identifica a sociedade e o indivíduo; é preciso combinar o novo com a volta às origens.

O processo de construção de uma nação republicana em fins do século XIX exigia, pois, a formulação de um passado que sacralizasse essa nação e seus lugares de identificação – os "lugares de memória" –, marcando um espaço simbólico nacional-republicano. Heróis como Tiradentes, símbolos como a bandeira, o hino nacional e celebrações do calendário cívico, foram articulados nos primeiros anos da República, anos de invenção de tradições. A França foi o modelo de inspiração para muitas dessas iniciativas que visavam, antes de tudo, firmar os valores republicanos no coração e na mente dos brasileiros. Os positivistas destacaram-se nessa tarefa: detentores de uma metodologia "científica", conduziram um intenso trabalho de reconstrução da memória nacional, que procurava situar a República na nacionalidade.⁷

A construção do mito das origens, fundamental na estruturação de qualquer sociedade, torna-se particularmente sensível no caso do regime republicano, cujo problema básico era o da legitimidade. A proclamação parecia ter sido um golpe militar, cuja repentina ocorrência levantava a suspeita da ausência de uma forte tradição republicana no país. Além do mais, as forças armadas não tinham, até então, atuação política reconhecida na história nacional.⁸ Era preciso deixar claro que a República não fora obra do acaso ou do capricho dos militares, mas sim fruto de memoráveis acontecimentos passados. O ideal republicano teria sido uma presença constante ao longo da história brasileira, começando pelo Quilombo dos Palmares e pela Guerra dos Mascates, passando pela Inconfidência Mineira, a Revolução Pernambucana, Farrapos e Balaiada, para finalmente concretizar-se em 1889, como a culminância de uma longa luta.

De nítida inspiração positivista, o calendário cívico do novo regime, instituído pelo Decreto 155-B de 14 de janeiro de 1890, é um bom exemplo do esforço de inventar novas tradições. As datas então instituídas evocavam fatos ligados à fraternidade universal – 1º de janeiro, 14 de julho, 12 de outubro e 2 de novembro – e à comunhão nacional – 21 de abril (“comemoração dos precursores da independência reunidos em Tiradentes”), 3 de maio (descoberta do Brasil), 13 de maio (“fraternidade dos brasileiros”), 7 de setembro (independência do Brasil) e 15 de novembro (“comemoração da pátria brasileira”).⁹

A grande dificuldade dos republicanos residia na justificativa para o 7 de setembro, e é significativo que o marechal Deodoro, em sua Mensagem de abertura do Congresso Constituinte, tivesse advertido:

“E para os que quiserem ver na independência alcançada em 1822 a palavra suprema dos nossos anseios, apontaremos o 7 de abril de 1831, em que banimos o nosso primeiro Imperador”.¹⁰

Qual seria, pois, a data fundadora da nacionalidade brasileira? O 7 de setembro, marco de ruptura com Portugal, mas de continuidade com a Monarquia, ou o 7 de abril, considerado a primeira experiência republicana no Brasil? Essas memórias específicas expunham as posições dos diversos grupos na recém-proclamada República. Em torno do 7 de setembro, da sua rejeição como “data comemorativa da Monarquia”, ou da sua aceitação como símbolo da “conquista da independência sem violência”, giravam republicanos e monarquistas, construindo cada qual a sua versão dos fatos.

Ao afirmar, por ocasião das comemorações do primeiro aniversário da proclamação republicana, que “há apenas um ano iniciamos a demolição de três séculos”,¹¹ Deodoro declarava o 15 de novembro como o marco inaugural da “verdadeira” nacionalidade, dia de se comemorar a “pátria brasileira”. Rodrigo Otávio, autor de *Festas nacionais* (1893), chega a lamentar o grito do Ipiranga, que só fez piorar a situação brasileira, prolongando a dominação portuguesa:

“Era bem acentuado o espírito do movimento separatista e a república teria sido uma realidade se a ingênua generosidade desse povo não se houvesse acalentado com promessas vãs de completa liberdade sem lutas e não se houvesse espavorido com a ameaça infundada das cenas de 89 e do Terror, e, sobretudo, com o receio

vão de ver fragmentado em vários estados fracos, esse enorme corpo que constituía o Brasil”.¹²

O 7 de setembro de 1891 foi marcado por um claro repúdio à “festa monarquista”, sentido como afronta ao novo regime. Lamenta a *Gazeta de Notícias*:

“Não pode deixar de ser tristemente hipócrita e indecoroso este falseamento das convicções democráticas com a insinuação de uma tal data nos dias festivos do Calendário da República”.¹³

Evocando tradições liberais, o jornal propunha celebrar o 7 de abril, quando “se operou no país a mais honrosa convulsão”. A memória de 1831 procurava tornar a República o único ideal verdadeiro da nação inteira.

Apesar dos pesares, para alguns republicanos, o 7 de setembro poderia ser mantido. Embora fiel ao ideal republicano, 1831 fora marcado por convulsões populares, especialmente na capital do Império, envolvendo praças e militares de baixa patente. A desordem espreitava o 7 de abril. E mais: o 7 de setembro já estava fixado na memória nacional. Decidido a eliminar certas arestas que comprometiam seu esforço de consolidação, o governo republicano buscou uma certa conciliação com o passado monarquista.¹⁴ De nítida filiação republicana, o jornal *O Paiz*, em sua edição de 7 de setembro de 1890, afirmava:

“Quaisquer que sejam as críticas históricas do feito do Ipiranga, a Nação brasileira não esquecerá nunca que (...) o Príncipe (...) esqueceu os sentimentos de subordinação e de dever ao seu pai e ao seu Rei para proclamar a Independência política do povo, cujos destinos dirigia. *A Revolução de 7 de setembro formou assim uma nova nacionalidade americana...*”¹⁵

Exemplo da difícil conciliação entre a memória monarquista e a republicana foi dado pelo conflito ocorrido por ocasião das comemorações do 21 de abril de 1893, quando membros do Clube Tiradentes cobriram com tapumes a estátua do Imperador D. Pedro I, a “mentira de bronze”. Essa atitude acabou gerando não só uma interessante controvérsia, como também um conflito aberto dissolvido pela polícia. O prefeito do Distrito Federal, Barata Ribeiro, pôs um ponto final na discussão, argumentando, em favor da manutenção do Imperador,

que “um povo sem tradição é um povo sem história, e, portanto, sem valor moral”.¹⁶ D. Pedro I ficou onde estava, mas obrigado a dividir o espaço com seu rival na praça que recebeu o nome de Tiradentes.

Composto por políticos influentes, jornalistas e intelectuais de peso, como Eduardo Prado, Afonso Celso, Joaquim Nabuco, entre outros, o grupo dos monarquistas se empenhou em construir uma versão do passado que contemplava as vantagens do regime imperial no Brasil e identificava o 7 de setembro como o marco fundador da pátria, a data magna da nacionalidade. Oliveira¹⁷ sugere que se deveria à competência e à longevidade desses intelectuais a supremacia de uma leitura monárquica da história brasileira, principalmente no que tange ao papel do Império como garantidor da unidade nacional; e o 7 de setembro era o marco mais visível dessa unidade.

Vitorioso o grito do Ipiranga – pela necessidade de conciliação, pela inviabilidade de outras opções e pela maior habilidade dos monarquistas em impor o seu passado – a saída republicana foi moldar a comemoração do 7 de setembro aos novos tempos. Era preciso identificar o que podia ser salvo e o que deveria ser esquecido. Enquanto D. Pedro I foi execrado como um estróina, irresponsável, oportunista, José Bonifácio foi devidamente resgatado e guindado a uma posição preponderante. Cientista, brasileiro, favorável ao fim da escravidão, amante da ordem, o denominado “Patriarca da Independência” representaria a síntese das correntes que construíram a Nação brasileira. Sacrificara a República, é certo, mas em prol da estabilidade e mesmo da existência da Pátria. O 15 de novembro viria coroar seus esforços.

A comemoração do 7 de setembro, a partir de 1895, caracterizar-se-ia por paradas militares, numa clara intenção de aproximar a festa da República e de romper a identificação entre Independência e Monarquia.¹⁸ Festejado pelos monarquistas como o símbolo mais evidente da liberdade da Pátria, devidamente enquadrado numa moldura republicana, o grito do Ipiranga prepara-se para comemorar o seu centenário.

“Por mais que tapem os ouvidos (...) hão de ouvir o nosso zabumba (...) Acordem, homens. O centenário está chegando!”¹⁹

A celebração da nossa “data magna” não poderia passar em branco, e a antecedência com que foi pensada permite perceber a mobilização dessa parcela da sociedade dotada de meios poderosos de difusão de suas idéias – jornalistas, ensaístas, literatos e intelectuais de várias correntes de pensamento, em numerosos artigos para jornais e revistas, deixaram claro que a comemoração do centenário

da independência deveria constituir-se num importante momento de reflexão e debate sobre o Brasil.

Um exemplo relevante dessa “vigilância comemorativa” foi dado pela *Revista do Brasil*, fundada em janeiro de 1916. Expressando a vontade de se constituir num núcleo de propaganda nacionalista, a revista, já no seu primeiro número, clamava por “estudos do passado” e, com razoável antecedência de seis anos, pregava a necessidade de se comemorar festivamente o centenário da independência esse “primeiro marco glorioso da existência nacional”.²⁰

A preocupação de celebrar o Centenário invadiu igualmente outros órgãos da imprensa menos comprometidos com a fé nacionalista. A revista mensal de variedades *Eu sei tudo*, em artigo intitulado “Noventa e cinco anos de Independência”, observava que,

“com a aproximação do Centenário da nossa Independência parece que se afervora o culto cívico, o ardor patriótico pelo 7 de setembro, ganhando de intensidade ano para ano. Aparecem projetos no Congresso, agitam-se institutos sábios, artistas e literatos se aparelham (...) para a grande data”.²¹

“O momento é oportuno”, repetidamente se afirmava. Oportuno, para despertar o desejo do estudo

“dos tesouros de nossa nacionalidade; não é pois de estranhar que muitos espíritos andem agora embebidos do gosto de investigações do *folk-lore* brasileiro (...) indagando as *origens aqui e ali* (...)”.²²

Oportuno, para marcar rompimentos, pois

“os grandes momentos da vida sugerem grandes idéias; o gigante vai fazer cem anos de vida independente. É possível que nessa ocasião lhe acuda a idéia (...) de tomar um bom lombrigueiro”.²³

Oportuno, enfim, para nos tornarmos um povo “civilizado”:

“(...) depois dos três dias de Carnaval, como este é o *ano do Centenário*, devemos fechar o rosto (...) saber envergar uma casaca, fumar charuto sem se engasgar (...) e rir de boca fechada para não cuspir na cara do vizinho”.²⁴

O tom das recomendações, freqüentemente resvalando para o deboche e o sarcasmo, não obstante revelava o grau de expectativa detonado pelo “faustoso” acontecimento.

O início da década de 1920 foi fértil em balanços e avaliações dos cem anos da nação independente. O grande anseio, diria mesmo a obstinação que animava a intelectualidade nesse momento era conhecer o país, na mesma medida em que crescia a percepção de que se o Brasil tinha território, não se constituía ainda como nação.²⁵ Frente ao desafio do momento histórico – a comemoração do Centenário da Independência – formou-se a geração intelectual dos 20, comprometida com a tarefa de criar a nação, forjar a identidade nacional e construir o Brasil moderno. Tarefa delicada, sem dúvida, mas

“que momento poderia ser mais adequado do que este em que festejamos o centenário da nossa independência política? Precisamos demarcar as fronteiras do espírito nacional como já se fixaram as do território”,²⁶

concluía Pontes de Miranda, jurista de renome e atuante intelectual dessa geração.

Tal preocupação, marcante na “geração de 1870”, que produzira um pensamento novo sobre o país, através da articulação da ciência emergente com a tradição literária,²⁷ exacerbou-se frente à proximidade da comemoração dos cem anos do 7 de setembro. Este evento obrigava a sociedade brasileira, através de seus intelectuais, políticos e líderes, a se pensar novamente – afinal, que país era este? Foram formuladas novas interpretações e renovadas as anteriores. Umas e outras voltadas para o entendimento do presente, porém obrigadas a voltar ao passado, buscando as continuidades e as rupturas, e a projetar o futuro, recriando o país à altura do século XX.

A produção intelectual do período não foi estritamente acadêmica. Podemos falar, antes, numa elite letrada comprometida com o esforço de conscientizar o país de seus “reais” problemas e orientá-lo na busca das soluções. O veículo usado para o encaminhamento dessas propostas tampouco se limitou aos livros; a imprensa foi a via privilegiada de comunicação com o público leitor. Através de editoriais, ensaios e crônicas, em jornais e revistas, puderam esses intelectuais exercer a missão a que se julgavam predestinados: salvar o país.

No momento em que a palavra de ordem era “descobrir” o Brasil, a tarefa primeira seria a busca das suas origens, das suas raízes; quem sabe, lá estariam os segredos dos impasses e das potencialidades com os quais a nação se defrontava para finalmente ingressar nos novos tempos. É compreensível, pois, o interesse que todos revelavam pelos

três séculos de colonização portuguesa. Afinal, estávamos prestes a celebrar o fim de tão longa dominação e era preciso marcar o “triunfo maravilhoso da nossa raça sobre as nossas próprias origens históricas, que fizeram de nós, durante mais de três séculos, escravos...”²⁸

Considerando-se a marcante presença dos portugueses na vida econômica da capital federal, especialmente nos setores do comércio e do aluguel de moradias, o que os colocava em situação de constante atrito com amplos segmentos da população carioca, entende-se o poderoso apelo de um discurso antilusitano, no momento em que a nação era forçada a olhar o passado. O espectro da dominação portuguesa, com fortes raízes na realidade da longa exploração colonial de três séculos, reapareceu com força, e os conflitos entre “cabras” (brasileiros) e “pés-de-chumbo” (portugueses) ganharam destaque na imprensa.²⁹ E se um número maior de crimes relatados nos jornais não significa, necessariamente, um aumento das ações criminais, demonstra certamente uma mobilização social em torno do assunto. A *Caveta*, por exemplo, alertava que se o governo queria levar mesmo a sério a comemoração do Centenário, não devia deixar “a roubalheira esmagar o povo, desde o vendeiro sujo que vendia batata até o bigodudo proprietário que alugava os cômodos”.³⁰ Mas era a dominação da imprensa e, através dela, o comando da opinião pública e a penetração nos círculos políticos que mais vivamente indignava os intelectuais antilusitanos. A reação destes veio através da fundação de duas revistas de declarado “combate à dominação portuguesa” – *Brazileia*, criada em 1917 por Álvaro Bomilcar e Damasceno Vieira, e *Gil Blas*, fundada em 1919, sob a direção de Alcebíades Delamare; e se completou com a organização da Propaganda Nativista e da Ação Social Nacionalista, movimentos de “caráter patriótico e cívico”.³¹

Dentro de uma perspectiva bem característica do início da década de 1920, e que se manifestou com força nas celebrações do Centenário, a origem de nossos problemas estaria nas raízes culturais, ou seja, no elemento português, retrógrado e atrasado. Amuitos ocorria que era hora de afastar das letras a influência portuguesa e de romper com as formas tradicionais de expressão na gramática herdada dos descobridores. A tentativa de sistematizar a fala brasileira numa língua própria, o desejo de tornar válida a dicção nacional, parecia, tanto aos modernistas, quanto aos adeptos da Propaganda Nativista e da Ação Social Nacionalista, o modo mais efetivo de marcar a nossa independência, mesmo que com “cem anos de atraso”.

No que tange à avaliação da colonização portuguesa no Brasil, se, por um lado, Afrânio Peixoto considerava que havíamos herdado de Portugal a civilização greco-romana e a moral cristã, e que isso bastaria para enaltecer essa herança,³² o tom dominante por ocasião do Centenário foi de crítica à época colonial,

“em que a vida para esse povo (...) era um martirologio, e seria quase impossível imaginar que fosse um dia o gigante cuja imponência deslumbra a quem vê...”³³

Pobreza intelectual, moral e material, inexistência de vida social e incapacidade organizativa, eis o que nos teriam legado os colonizadores ao longo de três séculos de dominação, na dura avaliação de Capistrano de Abreu no balanço com que encerram seu *Capítulos de história colonial* (1907).³⁴ Mais drástico foi o veredito de Álvaro Bomilcar: apoiado em Manoel Bonfim, que chegou a criar o conceito de “parasitismo” para sintetizar o caráter da colonização portuguesa no Brasil, o militante da Propaganda Nativista disparou: “Nação nenhuma pecou mais contra a humanidade que a portuguesa (...) Andou sempre devastando não só as terras de África e Ásia (...) mas igualmente as de nosso país”,³⁵ concluindo que só teria havido progresso e cultura nos quatro estados do sul onde a influência portuguesa havia sido nula.

O ponto mais sensível, contudo, era o que tocava o cerne da própria comemoração, ou seja, a definição do significado político do grito do Ipiranga e o papel das diversas figuras históricas no processo da independência. A longa matéria, fartamente ilustrada, publicada na revista *Eu sei tudo*, em homenagem aos “noventa e cinco anos de independência”, apontava as dúvidas que giravam em torno do processo de emancipação:

“(...) Obra exclusiva do arrebatado temperamento voluntarioso do príncipe D. Pedro, na opinião de alguns; de José Bonifácio no culto positivista (...); amparada por 2 milhões de esterlinos, conforme asseverou Mello Moraes pai; desfecho natural de uma lenta evolução precipitada pela transferência inesperada da Corte para o Rio de Janeiro e pelo movimento liberal da península, e acirrada pela impolítica atitude das Cortes Portuguesas (...); chocam-se até hoje as opiniões e desse entrechoque não brotou ainda hoje a luz cristalina da verdade histórica, mercê talvez das paixões que de alguma sorte hajam obumbrado a imparcial visão que deve ser apanágio do historiador”.³⁶

Parecia inconcebível que uma nação, prestes a comemorar o centenário da sua independência, ainda não tivesse conseguido identificar o “verdadeiro” significado da data magna da sua história. Quem fora, afinal, o efetivo construtor da pátria livre e soberana? D. Pedro I, com seu “voluntarioso” grito de “Independência ou morte”,

ou José Bonifácio, com seu paciente trabalho em prol do rompimento com a Corte? O 7 de setembro teria sido apenas o “desfecho natural” para um processo de emancipação já em marcha desde o século XVIII, ou fora o indispensável aglutinador de tendências episódicas e esparsas, incapazes de se organizarem para a ruptura com a Metrópole?

A conferência proferida por Amadeu Amaral na recém-criada Liga Nacionalista de São Paulo (1917), e publicada na *Revista do Brasil*,³⁷ é especialmente representativa da versão que enfatizava a idéia de que o grito do Ipiranga teria consistido em “mera continuação feliz de um movimento evolutivo”. Nessa perspectiva, o Brasil já seria uma nação em 1822, forjada anteriormente “na constituição do território, na formação da raça, na elaboração do sentimento nativista e no pendor republicano”. “Independência ou morte!” fora o grito dessa “nação” que, embora “contrariada” pela presença de D.João VI e pela atitude de D.Pedro, não se dera por vencida. Dessa maneira, afirmava-se a idéia de continuidade de uma “nação que se constituíra por vontade própria”, negando-se a versão de que a independência teria resultado da concessão de uma “graça” por parte dos antigos dominadores.

Destacando o papel de D.Pedro, apesar da “ambição e da vaidade”, Tristão de Ataíde ressalta que o príncipe português “tivera a intuição do sentimento nacional”. Ao garantir a unidade territorial, ao impedir a “anarquia” que acompanhara o processo de emancipação de outros países sul-americanos, o brado do Ipiranga teria sido o toque de reunir para as forças que dispersamente lutavam pela emancipação;³⁸ 1822 fundara a nação brasileira.

Ao contrário da maioria das regiões submetidas à dominação colonial, onde o mito fundador da nação livre possui um claro significado – Estados Unidos e México são exemplos marcantes –, no Brasil, o sentido de 1822 suscita até hoje um conjunto diferenciado de interpretações.³⁹

No que toca às figuras históricas envolvidas no 7 de setembro, acentuou-se o esvaziamento, iniciado pelos positivistas nos primórdios da República, da atuação do “D.Pedro português”:

“ao se aproximar o 1º Centenário de nossa independência é mister que se desvende o verdadeiro papel de D.Pedro I nesse magno acontecimento da vida nacional. Consagrado no bronze e nas páginas da história (...) ele não passou de um mero oportunista [que] refreou o quanto pôde as arrancadas independentistas”.⁴⁰

Embora nesse momento se percebesse uma certa nostalgia do “antigo regime”, envolvendo uma recuperação positiva da atuação do

brasileiro D. Pedro II, com relação ao primeiro imperador do Brasil, as críticas se acirraram, fixando indelevelmente no imaginário nacional a figura de um “estróina”, “com suas decisões repentinas, as vacilações de seu caráter, a incultura do seu espírito (...) a falta de austeridade em seus costumes privados”.⁴¹

Quanto a José Bonifácio, a unanimidade é geral em torno do papel que teria representado na Independência, como, aliás, já fora notado por Emilia Viotti da Costa, em artigo sugestivamente intitulado “José Bonifácio: mito e histórias”.⁴² Absolvido de qualquer responsabilidade pela ausência de democracia que marcou o reinado de D. Pedro I – ou porque “a implantação do Absolutismo (...) fora obra de José Clemente Pereira”,⁴³ ou porque “a mentalidade pública não permitiu que (...) se sentisse com forças para a obra inicial de democracia”⁴⁴ – Bonifácio, liberal e conservador ao mesmo tempo, possuiria uma “coerente” visão dos objetivos nacionais de longo prazo. Representante “único” de uma tendência que buscara implantar uma política calcada em “leis científicas”, rejeitando o “idealismo” liberal que acabara vingando na primeira Constituição republicana, defensor da ordem e da centralização política, o patriarca agradava, especialmente, àqueles que, nos anos 1920, foram responsáveis pela formação de um pensamento autoritário no país.⁴⁵ Escrevendo para a *Revista do IHGB*, comemorativa do Centenário da Independência, Tavares de Lyra confessa:

“(...) se o julgo o vulto primordial daquela jornada gloriosa, é porque em meio de demolidores eméritos, soube conciliar a ordem com a liberdade, preservando das agitações e das lutas que ensangüentaram as Repúblicas vizinhas...”⁴⁶

A recuperação histórica de Bonifácio como um modelo providencial a ser seguido foi particularmente bem-vinda nesse início dos anos 20, marcado por uma agitada campanha presidencial que fugiu aos parâmetros do jogo político da época, e culminou com o levante militar de 1922. A entronização definitiva de Bonifácio deveu-se, em parte, à mobilização da intelectualidade paulista no intuito de garantir para São Paulo a iniciativa dos momentos fundamentais da Independência, como a lembrar que não era de hoje que os paulistas governavam o Brasil.

A comemoração do Centenário colocou em cena versões múltiplas da “história pátria”, suscitou interpretações diferenciadas sobre o papel das figuras históricas, obrigou, enfim, a um mergulho mais profundo nas raízes nacionais. Avaliando a herança dos três séculos de colonização portuguesa no Brasil, discutindo o sentido do grito do Ipiranga, elegendo Bonifácio como o grande “patriarca da inde-

pendência”, os pensadores do Centenário construíram uma “história” (na verdade, uma memória), que firmou uma longa tradição na transmissão do conhecimento histórico.

Tanto quanto o passado remoto, o que clama igualmente por uma urgente avaliação é o passado recente, corporificado no regime republicano, instalado há pouco mais de três décadas no país. Uma pergunta anda nas cabeças e nas bocas: que República é essa?

QUE REPÚBLICA É ESSA?

“Veio a República. Veio a Democracia. Veio a Federação. E logo se levantou um sussurro de desapontamento (...) e esse desapontamento se acentuou com o tempo, numa permanente desilusão (...) *Não era esta a República dos meus sonhos!*”⁴⁷

DESILUSÃO e desapontamento dão o tom do balanço dos 35 anos de política republicana levado a cabo por escritores da geração nascida com a República, e publicado em 1924 com o nome de *À margem da história da República*. No entanto, as manifestações de repúdio ao regime instituído em 1889 são bem anteriores e podem ser detectadas, já na virada do século, em republicanos convictos como Euclides da Cunha; a crença de que “esse paraíso de medíocres” pudesse concretizar o sonho de uma nação “civilizada e moderna” rapidamente se desvanecia. Como alertava a crítica *Careta* em 1920, a República não era mais aquele “busto lindo de uma mulher, firme no pedestal (...) com barrete frígio”; devia antes ser representada por uma “esfinge com um simples capuz de bico feito por um jornal velho”.⁴⁸

Esse ceticismo estava associado à posição do intelectual na sociedade brasileira, percebida como secundária em relação ao poder oligárquico estabelecido. Supondo-se uma nova elite contraposta à oligarquia, julgando-se detentora de uma visão abrangente da realidade brasileira, a intelectualidade, de um modo geral, empenhou-se em apontar uma saída para a crise da República. 1922 revelou-se um

ano-chave para o acirramento dessa descrença: de um lado, a comemoração do Centenário, forçando uma reflexão sobre o país e, em especial, um balanço das realizações republicanas; de outro, a crise política, representada por uma campanha presidencial particularmente tensa, coroada por um movimento de rebelião militar na própria capital federal. Justamente no ano em que o país deveria celebrar a emancipação da nação, obtida graças à “união de todos com o mesmo objetivo”, aí se incluindo até o antigo dominador, eis que uma “atmosfera de ódios” tornava evidente a falência do regime republicano.⁴⁹

As análises e reflexões empreendidas por vários intelectuais em busca de uma saída para a crise da República nortearam-se por um padrão dicotômico de compreensão da sociedade e da história brasileira, orientado, de um lado, pela busca da “verdadeira” República e, de outro, por uma nostalgia do “antigo regime”.

Para alguns intelectuais, os males da sociedade brasileira não deveriam ser atribuídos ao regime republicano. Álvaro Bomilcar, por exemplo, nas páginas da *Brazílea*, defendia a República como a única solução para a “causa do povo”. Se atualmente ela só favorecia “meia dúzia de indivíduos”, isto era devido ao “vício de origem”, ou seja, a colonização portuguesa e o regime imperial teriam contaminado a “pureza” dos ideais republicanos. E era justamente essa “pureza” que deveria ser recuperada para que o país voltasse a viver a “verdadeira” República.⁵⁰

Com esse objetivo, Bomilcar fundou a Propaganda Nativista em 21 de abril de 1919, “para o fim de condignamente comemorar a data do martírio do glorioso herói (...) e sob a evocação do imortal patrono – FLORIANO PEIXOTO”.⁵¹ A referência a Tiradentes explicitava o desejo de firmar as origens republicanas no tempo, conferindo-lhes raízes profundas na história brasileira. Ao mesmo tempo, lembrar o “mártir” da Independência era remeter à possibilidade de existência de um republicanismo íntegro, afinal corporificado em Floriano Peixoto. Arbitrário e despótico para alguns, Floriano firmou uma mística de pureza e republicanismo.⁵² Em 1920, Bomilcar dedica seu livro *A política no Brasil ou o nacionalismo radical* à memória do “consolidador” da República, “herói modesto, culto e patriota” que, orientando a política no sentido nacional, trouxera a esperança de salvação para milhões de brasileiros. O fim do florianismo teria provocado a ruína da República, cuja recuperação dependia da revivescência dos ideais de Floriano.

O longo artigo de Cardoso dedicado a Benjamin Constant parece igualmente querer buscar a “verdadeira” República, que “existira sempre latente no país”, e fora conseguida dentro da ordem por aquele militar e professor “formador de almas”. Era esse “espírito republicano”, presente em todos os movimentos “revolucionários”, arraigado,

portanto, na índole nacional, que deveria se opor a essa República “artificial”, apartada dos ideais dos seus fundadores.⁵³

Forçando uma reflexão sobre o passado, a comemoração do Centenário desencadeou o desejo de buscar o tempo perdido, provocou a sensação de que se perdera uma “Idade de Ouro” que era preciso restaurar.⁵⁴ Se alguns desses “tempos de antes” foram efetivamente vividos, como o florianismo, outros foram evocados através de um modelo exemplar, como foi o caso do Império.

O segundo semestre de 1920 foi marcado por um intenso debate em torno da revogação do decreto de banimento da família imperial, o que possibilitaria a volta à terra natal dos despojos dos imperadores Pedro II e Teresa Cristina e de seus familiares ainda vivos, como a Princesa Isabel e o Conde D’Eu, exilados na França. O retorno da família imperial ao solo pátrio simbolizaria a unidade nacional, fundamental para “festejar com sincero júbilo o 1º Centenário da nossa Independência”.⁵⁵

Em torno da bandeira do fim do banimento imperial foi montado um discurso de tom nostálgico em relação ao “antigo regime”. Ao contrário dos “subversivos da República” que, nos primeiros anos de implantação do regime no Brasil, realizaram efetivos esforços para a volta da Monarquia,⁵⁶ aqueles que agora exaltavam o Império jamais explicitaram a possibilidade de retorno do regime imperial, a não ser em tom de galhofa, como na irreverente *Carta* que, em julho de 1920 observava:

“– Revoga-se o banimento da família imperial, institui-se a Ordem do Cruzeiro, cria-se o Conselho de Estado. Onde iremos parar? Isso é a volta da Monarquia?

– A prestações...”⁵⁷

Com a finalidade expressa de “salvar” a República, os intelectuais que nesse momento procederam a uma revisão da “história” do Império projetaram nele qualidades que procuravam no regime que o substituíra. A começar pela observação de que “a família imperial não nos fez nenhum mal. Ao contrário...”, Assis Chateaubriand fazia uma avaliação claramente positiva de “D. Isabel, a Redentora, [que] imortalizou o seu nome na página mais branca da nossa história”; mesmo o até então detestado Conde D’Eu era um “soldado que pegou em armas pela defesa de nossa pátria contra o estrangeiro”.⁵⁸ Pedro II,

“figura solene, boníssima e respeitável (...) era espectro acusador na consciência dos dirigentes da República (...)

que temiam ter a todo o momento o passo cortado (...) pelo *fantasma do último governo honesto que teve o Brasil*".⁵⁹

Dessa maneira, o imperador afigurou-se a muitos como o paradigma de governante capaz de salvar a República, avaliada como corrupta e desonesta. Aliás, o próprio Império foi recuperado como "a época das verdadeiras liberdades políticas", calcada na "ordem e tranqüilidade" que permitiu o desenvolvimento do país, deixando "uma impressão de respeito desses homens graves, honestos, imponentes, movendo-se numa atmosfera elevada em torno de um príncipe".⁶⁰ Ironicamente, a salvação da República passava pelo Império e pelo Imperador; no passado estavam os sonhos de projeção para o futuro.

Republicanizar a República é a palavra de ordem que comanda a comemoração do Centenário em 1922. Porém, que modelo seguir? O jacobinismo florianista renascido pelas mãos da Propaganda Nativista ou a calma sabedoria do imperador "mais democrático" da América Latina? Achegada ao Brasil dos restos mortais da família imperial, em janeiro de 1921, provocou uma romaria dos "republicanos históricos" aos túmulos de Floriano Peixoto e Benjamim Constant, numa clara indicação de que a disputa pelo controle da memória é uma luta pelo poder de encaminhar o futuro do país.

A decepção com o regime republicano que, ao contrário do que era esperado, não havia resolvido mecanicamente os desequilíbrios da sociedade brasileira, estimulava a elaboração de um veredicto seguro capaz de garantir a salvação nacional. Se antes de 1920 já se punha o dedo nas feridas que se espalhavam pelo corpo da nação, era na perspectiva de comemorar os cem anos de independência que tais idéias redentoras se configuravam como saídas para os impasses brasileiros. O primeiro efeito do impacto provocado pela próxima comemoração foi forçar a intelectualidade a tomar pé da situação nacional, compreender as causas do atraso do país e formular um programa de ação para superá-lo. O debate de uma determinada época não apenas possibilita conhecer o ponto de vista de cada autor, como permite delinear a configuração de grupos, a concentração em torno de certos temas e a discussão de determinados problemas. Em torno da idéia de criar uma "consciência nacional", o tema do nacionalismo concentra a atenção dos intelectuais.

A palavra de ordem era "basta de fecundação artificial!".⁶¹ O desconhecimento das reais condições do Brasil pela maioria dos seus habitantes, aí se incluindo os intelectuais, e a adoção, sem restrições, de modelos políticos estrangeiros, foram apontados como entraves para a construção da nacionalidade brasileira. A presença do pensamento de Alberto Torres, marcado pela denúncia constante do artificialismo das nossas instituições, foi fundamental para a configuração

intelectual da geração dos anos 20.⁶² Para o escritor fluminense, a realidade nacional poderia ser desvendada desde que se abandonassem os modelos importados e se partisse para uma análise “científica” dessa realidade. Por essas idéias, Tbrres seria recuperado no pós-30, através dos pensadores do Estado Novo, como Oliveira Viana e Azevedo Amaral, que lhe renderam as devidas homenagens como inspirador da política “realista” então adotada.⁶³

Tornar a República “brasileira” era a missão de uma geração que “começou a pensar politicamente depois da grande guerra de 1914”.⁶⁴ A Primeira Guerra teve um forte impacto sobre a intelectualidade,⁶⁵ despertando um sentimento de urgência frente à resolução dos problemas nacionais. Alceu Amoroso Lima a considerou como “a introdução da tragédia numa civilização que os saudosistas chamavam de *belle époque*”, detonando uma “espécie de rejuvenescimento de nossa geração”.⁶⁶ Se, ao longo da guerra, a intelectualidade brasileira se dividiu entre aliados e germânicos,⁶⁷ ao fim do conflito ficou a sensação de que a “civilização *belle époque*” deixara de fascinar a maioria daqueles que a viam como modelo inegável da modernidade a ser conquistada. Caprichosamente, a tarefa de construir uma consciência nacional e moderna no Brasil dos anos 20 teria como contraponto a ser negado a *belle époque* “decadente, ultrapassada e falida”. Se a história do pensamento brasileiro sempre fora marcada pelo fascínio da questão nacional, nesse momento cresceu o número dos pensadores que se empenharam no desafio de compor e decompor o Brasil como nação.

Um dos exemplos mais significativos desse esforço intelectual foi a já citada coletânea de ensaios escritos entre a segunda metade da década de 1910 e o início da seguinte intitulada *Amargem da história da República*.⁶⁸ Publicada em 1924, com o objetivo de pensar os cem anos de independência e os 35 de República, e concebida, segundo a apresentação de Vicente Licínio Cardoso, como uma exposição “dos ideais, crenças e afirmações” da geração nascida com o novo regime, e a quem cabia “uma nova *Obra de construção*, ou seja, fixar no tempo e no espaço, o *Pensamento e a Consciência da Nacionalidade Brasileira*”, essa obra coletiva encarnava a responsabilidade intelectual de equacionar os problemas nacionais. Os ensaios eram ricos em soluções e sugestões para reformar a nação brasileira. Marcados pela desilusão com a República, seus autores se lançaram à reflexão crítica, à tentativa de uma análise objetiva, a fim de apontar rumos que pudessem guiar o regime em melhores caminhos: a palavra mágica era “abrasileiramento”.

“Minha geração (...) foi muito trabalhada pela tendência de julgar a organização constitucional (...) do regime da carta de 1891 como servil imitação de modelos estran-

geiros, sem nenhuma correspondência com a realidade brasileira".⁶⁹

A afirmação de Hermes Lima, que não participou da equipe de *À margem da história da República*, demonstra a percepção, generalizada no meio intelectual, da inadequação da Constituição de 1891 à realidade brasileira. Explicitamente voltados para a crítica da Carta republicana, os ensaios "O idealismo da Constituição" e "Preliminares para a revisão constitucional" denunciavam o caráter perniciosamente imitativo da nossa lei magna. Os "idealistas republicanos" foram, na avaliação de Oliveira Viana, "excelentes tradutores de males estranhos; péssimos intérpretes de nossos próprios males". O ambiente "agitado e instabilíssimo" que marcou o surgimento da República e a promulgação da Constituição não favorecera o florescer de um "espírito democrático". A experiência descentralizadora e federativa da Carta de 1891 estaria fatalmente destinada ao fracasso, "à medida que se fosse acentuando o desacordo entre os seus princípios e as condições mentais e estruturais do nosso povo".⁷⁰ Os nossos "males" resultariam, pois, da maléfica combinação entre a falta de contato com a realidade nacional e a cópia de modelos estrangeiros.

Tais idéias, que claramente patenteavam o descrédito em relação à onda civilizatória européia, orgulhosamente autodenominada de *belle époque*, adquiriam força crescente entre os intelectuais brasileiros. O modelo liberal, tido como a suprema realização política de qualquer nacionalidade, estava sob o fogo cruzado dos que, à esquerda e à direita, advogavam a regeneração da estrutura política. Para muitos, era preciso dar um basta a essa mentalidade "artificial", "utópica" e "apriorística" das elites que haviam dirigido e ainda dirigiam o país com os olhos voltados para o estrangeiro,

"já que ninguém de boa fé, se pode referir à nossa falta de organização política, administrativa, militar, industrial, etc..., depois do fracasso de todas essas organizações na super-civilizada Europa".⁷¹

Não é mais possível aturar que, precisamente no ano do Centenário da nossa emancipação, "o delegado dos EUA na Exposição de 1922 nos venha lembrar a nossa soberania duvidosa".⁷²

Mas o que nos levava sistematicamente a importar idéias estrangeiras? O que nos impedia de criar instituições "convenientes" e "adaptadas" à nossa realidade? Porque não havíamos construído ainda um "Brasil brasileiro"? A indicação de Alberto Torres é precisa: "Tenhamos em mente que as nações que se formam espontaneamente em

nossa época são construídas por seus dirigentes, são obras d'arte políticas".⁷³ A mensagem é clara: a ação política através da imprensa, da educação, da opinião e do estudo – esferas de atuação do intelectual e do político – constituir-se-iam em métodos privilegiados para a formação da nação.

Criar a nação brasileira seria, pois, tarefa dessa "*minorité agissante*". Este era o sentimento que animava os diferentes autores da coletânea organizada por Vicente Licínio Cardoso, comungando a crença de que "o nacionalismo é, antes de tudo, uma atitude intelectual (...) no terreno das idéias e teorias (...) E como provocá-lo senão por meio de uma propaganda tenaz?"⁷⁴ A grande falha da República brasileira foi não ter sido capaz de produzir uma elite bem preparada, pronta a assumir "em um país como o nosso (...) incapaz de se dirigir a si próprio (...) essa tutela, essa ditadura mental que José Bonifácio quis exercer".⁷⁵ Sem dúvida, a teoria das elites, formulada por Gaetano Mosca (1896), e acolhida por Pareto (1902) e Michels (1912), teve boa aceitação em amplos setores da intelectualidade brasileira dos anos 20.

A necessidade de uma elite "enérgica" em nosso país crescia na medida em que o povo tinha sido incapaz de se organizar politicamente – "somos um povo em que a 'opinião pública' (...) não existe",⁷⁶ afirmava enfaticamente Oliveira Viana. Daí, a inviabilidade de constituição de um modelo nacional de organização política.

Essa interpretação de Oliveira Viana se conecta tanto ao pensamento conservador europeu quanto ao brasileiro, este solidamente aferrado às raízes "saquaremas".⁷⁷ Privilegia a organização e a atividade do Estado, conferindo-lhe um papel preeminente, baseado no pressuposto de uma sociedade civil débil, de um povo cultural e politicamente despreparado para exercer um papel ativo nos negócios públicos. Ao expressarem um anseio de fortalecimento do poder público central, intelectuais como Oliveira Viana, Gilberto Amado, Pontes de Miranda, consolidaram o que Lamounier chamou de "ideologia de Estado".⁷⁸ Dotados de uma visão orgânico-corporativista, percebiam esses autores a necessidade de um poder estatal forte para erradicar os males do passado e manter sob controle qualquer processo de mudança.

Nesse contexto, estruturaram-se correntes de opinião que passaram a conferir à educação o papel de força propulsora da sociedade e de elemento saneador das crises que afetavam o país. Segundo o balanço realizado pelos ensaístas de *A margem da história da República*, o nosso problema básico era a educação nacional; daí, a conclusão óbvia de que a educação era a maior necessidade do Brasil.

O tema da educação adquiriu um lugar de relevo na arena de debates em torno de projetos de reestruturação nacional e de afirmação das bases da nacionalidade. Assistiu-se ao surgimento de um amplo movimento que Jorge Nagle chamou de "entusiasmo pela educação", o

qual, de certa maneira, restaurava a bandeira de luta da geração “ilustrada” de 1870. Tal como no final do século passado, a preocupação principal nos anos 20 era preparar a elite, pois a ela caberia a tarefa de orientar a organização do país, formando o povo.⁷⁹

Ao ensino superior estava reservado o papel de formar os “iluminados”, destinados a “ilustrar” o país; a universidade era definida como o organismo concatenador da mentalidade nacional, de onde haveria de sair uma nação transformada sob a direção de uma elite “enérgica” e bem preparada: a criação da Universidade do Rio de Janeiro e a reforma Sampaio Dória, ambas em 1920, são momentos significativos desse esforço.

Ao ensino básico, cabia formar o povo brasileiro; ou melhor, transformar a massa “impura”, “desorganizada”, “apática” e “analfabeta” numa população organizada, pautada pelos valores da ordem e do trabalho, e guiada pelo “espírito corporativo e pelas instituições de solidariedade social”.⁸⁰

Ao lado da educação, a saúde figurava como elemento fundamental para a regeneração nacional. Desde o início do século, a questão sanitária vinha ocupando um espaço importante nas políticas públicas, com destaque para a Reforma Passos, na cidade do Rio de Janeiro.

Na segunda metade da década de 1910, um relatório de dois médicos, Belisário Pena e Artur Neiva, traçou um minucioso inventário das condições de saúde dos habitantes do sertão da Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás. Este documento ganhou imensa publicidade através da campanha do escritor Monteiro Lobato em prol da reformulação da saúde pública no Brasil. Lobato, conhecido por haver criado a figura do Jeca Tatu, protótipo do caboclo brasileiro, preguiçoso e atrasado, concedeu à questão do saneamento o estatuto de “problema vital” do país: “Fala-se hoje em pátria mais do que nunca (...) Programa patriótico só há um: sanear o Brasil”. A “ressurreição” vivida por Jeca Tatu que, de caboclo indolente se transformara em ativo empresário, graças a um eficaz tratamento médico, deveria servir de exemplo para a “ressurreição” de todo o país.⁸¹ Questões como saúde pública e condições sanitárias foram incorporadas à temática política, inserindo-se no amplo debate sobre a reconstrução nacional.⁸²

O sentimento de urgência que marca o debate intelectual na segunda metade da década de 1910 se acelera frente à tarefa crucial de pensar a nação que celebrava o centenário de sua independência. O balanço do país feito no raiar da década de 1920 apontava a necessidade de um projeto de (re)construção nacional que garantisse o ingresso do Brasil na nova realidade do pós-guerra. Esse momento foi marcado pela tentativa de colocar o país no ritmo da história, de torná-lo contemporâneo do seu tempo, de recriá-lo à altura do século XX. O lema era: tudo por uma nação moderna.

"Há milhares de jovens escritores e jovens artistas que foram mortos;
há a ilusão perdida de uma cultura européia e a demonstração da
impotência do conhecimento para salvar qualquer coisa;
há a ciência mortalmente atingida e como que desonrada pela
crueldade de suas aplicações;
há o idealismo dificilmente vencedor, profundamente magoado (...)
o realismo decepcionado (...) os próprios céticos desconcertados por
acontecimentos tão súbitos (...) perdem suas dúvidas,
reencontram-nas, tornam a perdê-las..."⁸³

O desabafo de Paul Valéry representou bem o estado de espírito da intelectualidade européia, perplexa diante da bancarrota de uma época orgulhosa de si mesma e de seus feitos a ponto de se autodenominar *belle époque*.⁸⁴ Para estes intelectuais, levantava-se o desafio de encontrar novos caminhos para viver a modernidade e bem expressá-la; modernidade esta nascida do sentimento de rompimento com o passado recente.⁸⁵

Parte ponderável da intelectualidade brasileira igualmente rejeitava o passado recente, configurado na trajetória pouco edificante de uma República que buscou copiar a "belepoque" falida. O balanço dos cem anos e a conseqüente avaliação das condições concretas de atraso da sociedade brasileira indicavam a necessidade de novos parâmetros que definissem uma nação moderna, pois o modelo até então adotado parecia esgotado. Essa preocupação está presente nas obras de Oliveira Vianna, Licínio Cardoso, Manoel Bonfim, Monteiro Lobato, Mário de Andrade, Alberto Torres, entre outros. Múltiplas e contraditórias são as interpretações, divergentes os caminhos propostos, mas em comum a elaboração da idéia de um Brasil moderno.⁸⁶

Geração marcada pela missão de fecundar idéias singulares, não comprometidas com a "artificialidade" da importação, nem por isso se furtou a buscar a modernidade através de uma integração crítica e seletiva das idéias que circulavam na Europa. O ato de buscar

modelos externos é universal, o que não impede de ser ele um instrumento útil para se entender uma sociedade específica. Afinal, o que consciente ou inconscientemente os importadores admitem ou recusam, está profundamente influenciado pela sua própria sociedade e suas maneiras de pensar. Dessa maneira, julgamos importante apreciar o papel que os modelos estrangeiros desempenharam na construção da nação brasileira no raiar da década de 1920; importamos verificar a função que tais modelos ocuparam no projeto político e cultural pensado pela intelectualidade nesse momento.

O desmoronar dos valores que sustentavam a *belle époque* – o liberalismo, o otimismo científico, o racionalismo, já abalados desde antes de 1914 – traduziu-se, em todos os domínios do pensamento, por uma vontade de renovação. A inquietação intelectual se acelerou no final da década, com a Revolução Russa e o fim da Grande Guerra. Em alguns anos, as “velhas” noções científicas euclidianas e newtonianas, em que se apoiava o saber das ciências exatas, foram superadas, em grande parte, pelas novas concepções da Física determinadas pela Teoria da Relatividade de Einstein.

O desencanto com os princípios racionais acentuou o papel do inconsciente, crescendo o interesse pelas filosofias que pregavam o predomínio dos sentimentos e emoções e apelavam para a imaginação. Ir ao fundo de nós mesmos significava, dentro dessa perspectiva, buscar as raízes, as forças primitivas e mitológicas que fundavam o nosso ser. Era fundamental fazer emergir o “verdadeiro espírito nacional”, relegado a segundo plano pelo encanto que a mágica cosmopolita da *belle époque* prometera em grandiosas exposições universais.

A decadência espreitaria o Estado liberal burguês. Pregava-se a modernização da estrutura política; acendiam-se as discussões sobre democracia e participação popular. A rejeição da “velha” política liberal de eleições e cadeiras no Parlamento, substituída pela organização do proletariado em sindicatos e pela formação de uma ativa liderança que guiasse as massas, aproximava os homens de direita e de esquerda, conquanto seus objetivos finais fossem distintos.

A virada para a terceira década do século XX foi marcada, pois, pela rejeição da *belle époque*, fortalecendo o antiintelectualismo, o antiliberalismo e o nacionalismo, componentes que alimentaram o pensamento tradicionalista, mas que foram igualmente levantados pela corrente da vanguarda para demolir todas as “tradições”. Abastecidos nas mesmas fontes, os dois movimentos reivindicavam para si o monopólio de portadores da modernidade.

Para os tradicionalistas, nada havia de moderno na realidade urbano-industrial marcada pelo desenraizamento e o artificialismo. Para enfrentar esse mundo que se desmanchava no ar, o homem “verdadeiramente” moderno precisava de raízes firmemente ancoradas

na tradição nacional. Ou seja, a melhor maneira de encarnar o novo e enfrentar o futuro não seria andar para frente, mas sim dar meia volta e buscar inspiração no passado. Como esclarece Le Goff, “o ‘moderno’, à beira do abismo do presente, volta-se para o passado (...) se pode cair no tradicionalismo ‘por excesso de modernidade’”.⁸⁷

Elaborada em grande parte no âmbito da *Action Française*, movimento nacionalista francês fundado em 1889,⁸⁸ a corrente tradicionalista pregava o respeito às leis da natureza, entendida como a verdadeira construtora da sociedade. Ao se afastar do mundo natural através da artificialidade do maquinismo e do meio urbano, o homem teria perdido o contato com as “reais” virtudes da civilização. O retorno ao campo e a valorização do setor agrário eram difundidos como a possibilidade concreta de um mundo harmonioso, marcado pela gentileza e a honradez. A sociedade da máquina, intelectualizada, racionalizada e universalista, era entendida como decadente e caótica. A nação, realidade afetiva, dever-se-ia calcar nos vínculos familiares, naturais ao ser humano em sociedade, e não nas complexas e artificiais fórmulas da democracia liberal. A perspectiva da segurança, harmonia e coesão, a imagem romântica do “homem livre na terra livre”, a restauração de uma “civilização natural”, foram elementos de atração da ideologia nazi-fascista.⁸⁹

A inquietação intelectual motivou uma pluralidade de investigações em todos os campos da cultura, transformando os primeiros anos do nosso século em laboratório de concepções que, sob o nome genérico de vanguarda, invadiram a pintura, a música, a literatura e a escultura. Podemos citar, por exemplo, o Futurismo (1909), o Expressionismo (1910), o Cubismo (1913), o Dadaísmo (1916) e o Espiritonovismo (1918).

Decorrente do culto à modernidade, a vanguarda foi consequência do esgotamento de técnicas e teorias estéticas que já não corresponderiam à realidade do mundo novo. Arquitetando novas teorias culturais, experimentando outras fórmulas de expressão, os vanguardistas fundaram revistas e redigiram manifestos.⁹⁰ Embora cada um dos movimentos culturais ostentasse características próprias, podemos detectar diretrizes gerais que orientaram a aparente desordem vanguardista.

Antes de tudo, era preciso abandonar as convenções, ou seja, espaços, perspectivas e regras poéticas deveriam ser rompidos numa reação contra o realismo, contra a “ditadura” do natural. “Fujamos da natureza” era a palavra de ordem, marcando uma opção de enfrentamento da modernidade radicalmente oposta à daqueles que pregavam um retorno à natureza. Nada de extraordinário: afinal, se a modernidade une os homens, ela “é uma unidade paradoxal (...) de luta e contradição, de ambigüidade e angústia”, alerta Berman.⁹¹

O “Manifesto futurista”, de Marinetti, marcado pela apologia aos “aeroplanos, locomotivas, oficinas”, indicava o desejo, marcante na vanguarda européia, de exaltar a vida moderna, pregando a destruição do passado e a glorificação do presente. Presente corporificado no maquinismo e no panorama urbano, temas indissociáveis de qualquer perspectiva que visasse traduzir o moderno. Era isso que se evidenciava nas caricatas figuras urbanas do expressionista alemão Georg Gross, nos tensos poemas dedicados às *villes tentaculaires*, do belga Emile Verhaeren, ou ainda, na paisagem fragmentada de *Cidade*, de Fernand Léger.

No Brasil, a intelectualidade comprometida com a construção de um Brasil moderno oscila entre a tradição e a vanguarda.

É marcante a diferença entre estas duas elites intelectuais: uma, composta por indivíduos ligados às idéias vanguardistas européias, rompendo com os valores “clássicos” e buscando sintonizar a realidade nacional com o ritmo veloz e febril do novo mundo urbano e industrial; outra, igualmente filiada a correntes internacionais, de caráter conservador, marcada pelo apelo aos valores da natureza e do campo, pelo repúdio ao industrialismo e à modalidade da vida urbana, litoralista, cosmopolita e liberal. Ambas se unem pela oposição às pretensões da razão universal derrotada na guerra e advogam a originalidade de cada nação. É claro que, como em todas as classificações excessivamente simples, a dicotomia, por vezes, torna-se artificial. Porém, como todas as distinções encerram algum grau de verdade, a oposição “tradicionalismo” x “vanguarda” oferece um ponto de partida para a reflexão. Assim, não temos dúvida sobre a diferença entre Oliveira Viana e Mário de Andrade.

Cidade e campo são palavras poderosas que detonam um conjunto de sentimentos fortemente arraigados na vivência humana. O campo ora é associado a uma forma natural de vida, de paz, de inocência e virtudes simples, ora é visto como o lugar do atraso, da ignorância e da limitação. À cidade associa-se à idéia de centro de realizações, de saber, comunicações, mas também de barulho, corrupção e perdição. Cristalizadas no imaginário social, forjadas principalmente pela literatura, essas imagens positivas e negativas de campo e cidade são constantemente atualizadas e acionadas.⁹²

O chamado pensamento ruralista ou agrarista, caracterizado pela defesa intransigente dos valores rurais e da economia agrária como expressões supremas da “genuína” nação brasileira, marcou a geração intelectual dos anos 10 e 20. Considerada por grande parte da historiografia como apenas uma “manifestação ideológica dos setores agrários conservadores” frente ao crescente espaço ocupado pelos interesses industriais no panorama econômico e político, essa corrente de idéias vai ser recuperada como um momento de reflexão de

cunho político-social, fundamental na formação de modelos interpretativos da nação brasileira.⁹³ Liga-se sem dúvida à certeza amplamente difundida de que a República, litoralista e cosmopolita, não trouxera o esperado progresso. Insere-se no processo de construção da nação, tarefa urgente para uma “digna” comemoração do centenário da independência.

A adesão aos valores “sólidos” da tradição rural, a filiação às correntes que pregavam um apego à natureza, a valorização da atividade agrária frente à “ameaça” industrialista, atraíam tanto os intelectuais da “reação católica”, Jackson de Figueiredo e Tristão de Ataíde, como os “verde-amarelos”, Plínio Salgado e Cassiano Ricardo, ou ainda, Oliveira Viana e Monteiro Lobato, membros de uma elite agrária em crise.

Para estes intelectuais, a identidade nacional teria que ser buscada longe dos centros urbanos litorâneos corrompidos pelo “vício da imitação”. Lobato é explícito:

“É preciso frisar que o Brasil está no interior, nas serras onde moureja o homem (...), nos sertões onde o sertanejo vestido de couro vaqueja (...) nos campos rechinantes de carros de bois (...) nas caatingas (...) sem um escrúpulo de francesismo a lhe aleijar a alma”.⁹⁴

Nesse discurso de cunho essencialmente antiurbano, a cidade emergia como antípoda dos símbolos que deviam constituir a identidade nacional a ser construída; emergia como imagem invertida de uma autonomia desejada. Era alvo de tratamento irado e irônico, modelo a ser combatido, já que representava a adesão acrítica aos “francesismos”, que haviam deixado sua marca indelével na paisagem urbana da litorânea e cosmopolita capital federal. Romper com as idéias importadas significava deixar de ser caranguejo a arrANHAR o litoral, consumindo de maneira alienada o que vinha de fora. A descrença nos valores da *belle époque*, a avaliação dos cem anos de nação, a crise do “pacto republicano”, reforçavam a necessidade maior de firmar os “bastiões da nacionalidade”. Tal como o pote de ouro no final do arco íris, o Brasil real poderia ser encontrado no interior. Era preciso não esquecer a lição de Euclides da Cunha: rumo aos sertões.

A consciência nacional, abafada por séculos de importação de modelos artificiais, poderia agora se firmar mediante a avaliação “correta” das potencialidades e problemas do país. O nefasto “litoralismo político”,⁹⁵ herdado do Império e consolidado na República com a Constituição de 1891, deveria ser substituído por uma política pragmática, sintonizada com os novos tempos marcados pelo “espírito

corporativo” e pelas “instituições de solidariedade social”. Como depositário das tradições mais representativas da nossa história, como portador dos valores básicos da harmonia, ordem e coesão, o campo se qualificava para direcionar a nossa evolução político-social, tão carente de uma orientação.

O artificialismo que permeava toda a estrutura brasileira teria atingido em cheio a intelectualidade, especialmente a litoral-cosmopolita. Tais intelectuais não teriam condições de pensar a nação real, em função da percepção distorcida pela adesão a uma cultura artificial importada; na verdade, representariam a parte falsa do Brasil. Machado de Assis e seu “cosmopolitismo dissolvente”, de um lado, e Euclides da Cunha, ligado à “força original da terra”, de outro, representariam parâmetros da atividade intelectual balizados numa dicotomia que relacionava sertão/brasilidade e litoral/cosmopolitismo.⁹⁶

A partir do final da década de 1910, vai florescer uma literatura regional paulista, incentivada pelo editor Monteiro Lobato, interessado na publicação de obras que se comprometessem com o sentimento de brasilidade e “paulistanidade”.⁹⁷ Bastante conservadora, impregnada do modelo do realismo/naturalismo, enfocando o homem “rude” do sertão com ingênuos arroubos românticos idealizadores do interiorano e da paisagem que o envolve, essa literatura sertanista-cabocla voltou-se também para a exaltação dos mitos paulistas, especialmente o bandeirante, entronizado como o verdadeiro herói nacional.

Preocupado com a tradução do especificamente nacional, buscando a linguagem autêntica e autônoma que transcendesse a mera cópia de um ecletismo afrancesado, Lobato reagiu violentamente à exposição de quadros de Anita Malfati, em dezembro de 1917:

“Sejam sinceros: futurismo, cubismo, impressionismo e *tutti quanti* não passam de ramos da arte caricatural (...) Arte moderna, eis o escudo, a suprema justificação (...)”⁹⁸

Não bavia nada de moderno nesta transposição mimética do mito civilizatório europeu; moderno era o naturalismo, bem representado pelas obras de Almeida Júnior, como *O caipira picando fumo*, *O violeiro*, arte brasileira, sem dúvida.

Marcada por um certo retomar do pensamento romântico, a corrente tradicionalista tendeu a privilegiar o espacial. Tal como no romantismo, a regeneração social e política só seria possível com um retorno à origem, ou seja, à natureza, eterna e idêntica a si mesma.⁹⁹ Presença constante no discurso político, a relação entre espaço e caráter nacional acompanhou a formação da nação brasileira, evidenciada nos vários prêmios concedidos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasi-

leiro aos trabalhos que contribuíram para o conhecimento geográfico da nação em construção.¹⁰⁰ O pensamento ufanista, que buscava a identidade nacional em aspectos da natureza – o clima, os rios, as riquezas do subsolo – tornou-se um dos mais poderosos componentes do imaginário nacional.

A idéia da geografização e da espacialização do Brasil como referenciais para exprimir a brasilidade – caráter distintivo do Brasil e/ou do brasileiro – foi desenvolvida, nos anos 20, pelo grupo “verde-amarelo”, em especial, por Plínio Salgado, através de artigos que escreveu para o *Correio Paulistano*, posteriormente reunidos na obra intitulada *Geografia sentimental*. O espacial seria o elemento definidor do Brasil e garantidor da sua originalidade no quadro internacional, e a geografia, o instrumento mais adequado para uma reflexão sobre a nacionalidade brasileira.¹⁰¹

A identificação entre nacionalismo e território era clara. O mapa do Brasil devia se tornar objeto de culto cívico, pois a contemplação dos acidentes geográficos gerava o sentido profundo da unidade da Pátria, reforçando o sentimento da nacionalidade. Afinal, quem não se lembra do primeiro contato com o Brasil,

“fazendo rios com tinta azul e montanhas com lápis marrom, traçando fronteiras com tinta vermelha e pintando coqueiros primitivos. E formando uma idéia gráfica do país e amando nessa figura aquela coisa vaga e incompreensível...”¹⁰²

Se a avaliação dos cem anos de história parecia nos condenar, a geografia poderia nos redimir. Afastar-se da natureza era afastar-se do Brasil.

Além de se constituírem em “cerne da nacionalidade”, as populações rurais seriam as maiores fontes produtoras da riqueza nacional. Ao trabalho produtivo da lavoura se contraporiam as indústrias das cidades, “parasitas (...) mantidos pelos cofres públicos...”.¹⁰³ A oposição entre o campo, produtor de riquezas, sustentáculo da economia nacional, apesar do descaso com que era tratado pelos governos, e as cidades marítimas, “parasitárias”, como a capital federal, marcou a produção de uma ampla gama de intelectuais como Álvaro Bomilcar, Oliveira Viana, Alberto Torres, Plínio Salgado. Para estes, a pátria era a terra, e o pequeno fazendeiro produtor de alimentos, o elemento vital da nacionalidade.

Embora destaque o agrarismo como um movimento de “franca oposição à industrialização e à urbanização do país”, numa reação do

setor rural à gradual perda de importância dos interesses agrícolas frente ao processo de industrialização do Brasil, Luz reconhece que

“não se limitavam, porém, aos princípios econômicos, os ideais desse grupo *ruralista* (...) penetravam nos domínios da moral, preconizando uma filosofia antiindustrialista, antiurbana, ressaltando as vantagens e a superioridade da vida do campo...”¹⁰⁴

Enfim, era um projeto de nação que se montava no início do século XX (1910-1920), de rejeição ao litoralismo cosmopolita, bem representado pela capital federal, e de apelo a uma volta ao campo. Só que, em nome desse mesmo “nacionalismo”, outros louvavam a urbanização e a industrialização.

“Queremos luz, ar, ventiladores, aeroplanos, reivindicações obreiras, motores, chaminés de fábricas, sangue, velocidade...”¹⁰⁵

Para um expressivo grupo de intelectuais, especialmente aqueles que dentro do modernismo admiravam os cânones vanguardistas – Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Menotti del Picchia, dentre outros – era difícil acreditar que o Brasil estava no sertão. Para estes, a cidade impunha-se como o novo centro dinâmico da vida nacional, impunha-se como identidade nova, aguardando o momento de se revelar, de se formular como tal. Essa identidade é indissociável da idéia de modernidade, quando

“a vida multiforme e absorvente, maravilhosa na sua complexidade, violenta na sua tragédia e na sua vertigem, a vida século XX, com fábricas e bolchevismo, com o sangue ainda quente derramado no holocausto da grande guerra, pede outra técnica para a sua representação, outra expressão verbal...”¹⁰⁶

Dessa forma, pelo que passava a representar, a cidade não seria apenas uma questão de urbanismo ou arquitetura, mas o espaço de gestação de um novo projeto para o Brasil. A oposição ao passadismo, a busca da atualização e modernização cultural em sintonia com as vanguardas européias, significaram a adesão à vida urbana, seu dinamismo, suas fábricas, seus novos valores que, em conjunto, revelavam a busca de uma nova nação. É o próprio Mário de Andrade que, em 1942, avaliando a atuação dos modernistas, define-os como

“doutrinários, na *embrioz de mil teorias, salvando o Brasil*, inventando o mundo...”¹⁰⁷

Se, na avaliação de Moraes,¹⁰⁸ o primeiro tempo modernista (1917- 1924) caracterizou-se mais pela preocupação com a modernização da cultura brasileira do que propriamente com a questão nacional, percebe-se claramente que as propostas vanguardistas do início dos anos 20 indicam já uma nova dimensão da idéia de nacionalidade: ser nacionalista não se restringiria a fotografar a fala “rude” do nosso “rude” homem do sertão. É tempo de uma nova concepção de cultura. Os avanços da estética européia não devem ser ignorados, mas tampouco simplesmente transplantados: é o “antropofagismo”, a digestão do que há de novo lá fora, a par da busca de uma expressão autenticamente brasileira e do aproveitamento consciente do que for interessante à afirmação da nacionalidade. “Sei que dizem de mim que imito Cocteau e Papini (...) É verdade que movo com eles as mesmas águas da modernidade; não é imitar, é seguir o espírito de uma época”.¹⁰⁹ Foi a descoberta do poeta belga Verhaeren que levou Mário de Andrade, inspirado em *Villes tentaculaires*, a fazer um livro de poesias em verso livre, sobre São Paulo, a *Paulicéia desvairada*. O futurismo, embora rejeitado pela adesão à guerra e ao fascismo, é admirado pela “rebelião, independência, sinceridade, que guerreia contra a hipocrisia, contra o obscurantismo...”¹¹⁰

É da perspectiva da afirmação de uma nação em busca de novos símbolos que os modernistas rejeitam o “sertanismo romântico” como um modelo ultrapassado:

“a morena de carne de bronze e dos olhos largos ficou para o choro dos violões capadócios; o amor ubíquo e multiforme (...) universaliza-se num panteísmo vasto que vai da gleba às estrelas, do tear ao último escândalo aromal de Atkinsons. *Uma transformação de cenário se opera na vida brasileira...*”¹¹¹

Nesse novo cenário, não há lugar para “a consciência ‘peri’, a arte ‘peri’ (...) símbolos da superstição pelo passado, que não pode continuar na era do automóvel e do aeroplano”.¹¹² A incorporação à ordem moderna, compreendida como urbana e industrial, é marcada pela racionalidade, pelo pragmatismo, pelo culto da operosidade e do progresso. O “nacionalismo carro-de-bois”, com seu “Jeca ‘imaginando’, canto de cambaxirra, regato sussurrante” deve ser abandonado em prol do “verdadeiro” nacionalismo, compatível com as “máquinas, os confortos citadinos e as grandes conquistas do progresso”.¹¹³

A negação de um tipo representativo de nacionalidade a ser encontrado nas matas ou pelo sertão é evidente, como evidente é a rejeição a um discurso que pregue a percepção mecânica da natureza: “Fujamos da natureza. Só assim a arte não se ressentirá da ridícula fraqueza da fotografia colorida...”¹¹⁴ Não será, portanto, do meio natural que se extrairão os parâmetros definidores da identidade nacional. Ao contrário, o realismo é associado ao pessimismo, observando-se que os autores realistas dão sempre uma visão distorcida do nacional:

“estes livros (...) que só de nacional trazem o rótulo, procuram retratar o brasileiro no matuto opilado, no doente do sertão, no abandonado das caatingas pestíferas! São falsos e perigosos! Não são livros nacionais!”¹¹⁵

O parnasianismo é taxado de ultrapassado por aprisionar a linguagem nos cânones rígidos da métrica e da rima. Mário de Andrade defende a polifonia poética, de “idéias reduzidas ao mínimo telegráfico da palavra”,¹¹⁶ do texto sem concordâncias, sem ligações. Essa libertação da palavra liga-se a um universo diferenciado que nasce de formas novas produzidas pela realidade urbano-industrial, pontuada pela presença do imigrante. O cosmopolitismo e a presença do estrangeiro se, por um lado, resultam em bases para a superação do atraso e garantia da entrada do país na modernidade, por outro, devem estar submetidos “ao profundo espírito nacionalista”, pois

“é o milagre do idioma e o contágio das tradições nacionais de que se impregnam asavas estrangeiras que aqui aportam, que abasileiram a nova raça...”¹¹⁷

No campo ou na cidade, na tradição ou na vanguarda, o que se buscava era o segredo da sempre prometida, e nunca conseguida, modernidade. Ser moderna, eis a aspiração que animava a sociedade brasileira às vésperas do Centenário da Independência, momento ímpar não só para a realização de um efetivo balanço das “reais” condições do país, como para a elaboração de projetos que apontassem soluções para a questão nacional. Longe de representar um projeto único e homogêneo, tal aspiração envolveu diferentes concepções de modernidade; longe de se limitar ao âmbito das idéias, buscou se firmar no campo das realizações “concretas”. É nesse sentido que entendemos a reforma urbana empreendida na cidade do Rio de Janeiro no início dos anos 20, que visava prepará-la para as festividades do Centenário. Nesse momento, mais do que nunca, “o Rio tem de ser um sol na constelação dos estados”.¹¹⁸

- 1 – W. Costa Rego, O Centenário, *Correio da Manhã*, 5/06/1920.
- 2 – “(...) temos, por um lado, dicotomia cultural, mas, por outro, a circularidade, influxo recíproco entre cultura subalterna e cultura hegemônica (...)”. Carlo Ginzburg, *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, p.21.
- 3 – Jacques Le Goff, *História e memória*, p.426.
- 4 – Ver Cornelius Castoriadis, *A instituição imaginária da sociedade*, cap.VII.
- 5 – Michael Pollak, Memória, esquecimento, silêncio, *Estudos Históricos*, 2(1989), p.3-15.
- 6 – Christian Amalvi, Le 14-juillet, em Pierre Nora (org.), *Les lieux de mémoire*, vol.I, La République.
- 7 – Ver José Murilo de Carvalho, *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, e Edgard Leite Ferreira Neto, A elaboração positivista da memória republicana, *Tempo Brasileiro*, 87 (1986), p. 79-103.
- 8 – José Murilo de Carvalho, As forças armadas na Primeira República, o poder desestabilizador, em Boris Fausto, (org.), *O Brasil Republicano*, História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, vol.2.
- 9 – Lúcia Lippi Oliveira, As festas que a República manda guardar, *Estudos Históricos*, 2(1989), p.172-189.
- 10 – Deodoro da Fonseca, citado por Edgard Leite Ferreira Neto, *O imprevisto da civilização: a nação republicana e a construção da ordem social no final do século XIX*, p.41.
- 11 – Id. *ibid.*, p.40.
- 12 – Rodrigo Otávio L. Menezes, citado por Lúcia Lippi Oliveira, *op.cit.*, p. 182-183.
- 13 – Citado por Edgard Leite Ferreira Neto, *O imprevisto da civilização*, p.75.
- 14 – Cf. José Murilo de Carvalho, *A formação das almas*, p. 68- 69.
- 15 – Citado por Edgard Leite Ferreira Neto, *O imprevisto da civilização*, p.74 (grifo nosso).
- 16 – Id. *ibid.*, p.91.
- 17 – Cf. Lúcia Lippi Oliveira, *op.cit.*, p.187.
- 18 – Cf. Edgard Leite Ferreira Neto, *O imprevisto da civilização*, p.75.
- 19 – Os árbitros de cartola e os de pé, *Careta*, XV(737), 05/08/1922.
- 20 – Adolpho Pinto, O Centenário da Independência, *Revista do Brasil*, I(1), jan.1916.
- 21 – Noventa e cinco anos de independência, *Eu sei tudo*, I(4), set.1917.
- 22 – O nosso folk-lore, *A Exposição de 1922*, (2), ago.1922 (grifo nosso).
- 23 – Para crianças adultas, *Careta*, XV(716), 11/03/1922.
- 24 – O centenário do Brasil, *Careta*, XV(715), 04/03/1922 (grifo nosso).

25 – Em 1915, na conferência “A unidade da pátria”, Afonso Arinos de Melo Franco clama pela urgência de “criar a nação”. Ver Thomas E. Skidmore, *Preto no branco; raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, p.173. Semelhante preocupação marca o editorial do primeiro número da *Revista do Brasil*: “(...) Ainda não somos uma nação que se conheça, que ainda não teve o ânimo de romper sozinha para a frente...”.

26 – Francisco Pontes de Miranda, Os fundamentos do espírito brasileiro (o pensamento nacional), *A Exposição de 1922*, (1), jul.1922.

27 – Ver Roberto Ventura, *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*.

28 – W. Costa Rego, O Centenário, op.cit.

29 – Ver Gladys Sabino Ribeiro, “Cabras” e “pés-de-chumbo”: o antilutitanismo na cidade do Rio de Janeiro.

30 – *Careta*, XIV(663), 05/03/1921.

31 – Ver Gladys Sabino Ribeiro, op.cit.; Lúcia Lippi Oliveira, *Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz, Brasil: um estudo sobre o nacionalismo brasileiro*; Mônica Pimenta Velloso, *Levantamento da revista Brazílea e Levantamento da revista Gil Blas*.

32 – Ver Lúcia Lippi Oliveira, *Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz, Brasil: um estudo sobre o nacionalismo brasileiro*, p.166.

33 – Em continência, *Careta*, XV(741), 02/09/1922.

34 – João Capistrano de Abreu, *Capítulos de história colonial*.

35 – Álvaro Bomilcar, citado por Lúcia Lippi Oliveira, *Ilha de Vera Cruz...*, p.166-167. Sobre o conceito de parasitismo de Manoel Bonfim, ver Flora Sussekind e Roberto Ventura, *História e dependência; cultura e sociedade em Manoel Bonfim*.

36 – Noventa e cinco anos de independência, *Eu sei tudo*, op.cit.

37 – Amadeu Amaral, A independência do Brasil, *Revista do Brasil*, VI(24), dez.1917.

38 – Tristão de Ataíde, Política e letras, em Vicente Licínio Cardoso (org.), *À margem da história da República*, p.242.

39 – Ver Carlos Guilherme Mota (org.), 1822: dimensões.

40 – Pedro Malazarte, *Correio da Manhã*, 18/08/1920.

41 – Ronald de Carvalho, Bases da nacionalidade brasileira, em Vicente Licínio Cardoso (org.), op. cit., p.215.

42 – Emilia Viotti da Costa, *Da Monarquia à República: momentos decisivos*.

43 – Raul Pompéia, Prefácio, em Rodrigo Otávio L. Menezes, *Festas nacionais*, p.VIII.

44 – Francisco Pontes de Miranda, Preliminares para a revisão constitucional, em Vicente Licínio Cardoso (org.), op.cit., p.171.

45 – Id. ibid., p.171, e Bolivar Lamounier, Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação, em Boris Fausto (org.), op.cit.

46 – Tavares de Iyra, citado por Emilia Viotti da Costa, op.cit., p.99.

47 – Francisco José de Oliveira Viana, O idealismo da Constituição, em Vicente Licínio Cardoso (org.), op.cit., p.141-142 (grifo no original).

48 – A esfinge republicana, *Careta*, XIII(638), 11/09/1920. Sobre as representações alegóricas femininas da República, ver José Murilo de Carvalho, *A formação das almas – o imaginário da República no Brasil*.

49 – *Careta*, XV(734), 15/07/1922.

50 – Ver Mônica Pimenta Velloso, *Levantamento da revista Brazílea*.

51 – Atas da instalação da Propaganda Nativista, citado por Lúcia Lippi Oliveira, *Ilha de Vera Cruz*,..., p.198.

52 – Lima Barreto, em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, dá uma imagem altamente negativa de Floriano. Para um comentário sobre a imagem positiva, ver Sueli Robles de Reis Queiroz, *Os radicais da República*.

53 – Vicente Licínio Cardoso, Benjamim Constant, em Vicente Licínio Cardoso (org.), op.cit.

54 – Ver Raoul Girardet, *Mitos e mitologias políticas*.

55 – A revogação do banimento, *Careta*, XIII(638), 11/09/1920.

56 – Ver Maria Teresa Malatian, Nostalgia do “antigo regime”: a República em crise e a solução restauradora, *História*, num. esp. (1989), p.163-178, e Maria de Lourdes Monaco Janotti, *Os subversivos da República*.

57 – *Careta*, XIII(631), 24/07/1920.

58 – Assis Chateaubriand, A revogação do banimento, *Correio da Manhã*, 06/04/1920.

59 – O espectro acusador, *Careta*, XIII(649), 27/11/1920 (grifo nosso).

60 – Ronald de Carvalho, op.cit., p.218, e Gilberto Amado, As instituições políticas e o meio social no Brasil, em Vicente Licínio Cardoso (org.), op.cit., p.64.

61 – Ronald de Carvalho, op.cit., p.221.

62 – Ver Cândido da Mota Filho, *Alberto Torres e o tema da nossa geração*. A influência de Alberto Torres está presente na coletânea *À margem da história da República*.

63 – Ver Lúcia Lippi Oliveira et.al., *Estado Novo: ideologia e poder*.

64 – Hermes Lima, citado por Thomas E. Skidmore, op. cit., p.303-304.

65 – Ver, entre outros, Lúcia Lippi Oliveira, *Ilha de Vera Cruz*...; Thomas E. Skidmore, op.cit.; Ludwig Lauerhass Junior, *Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro*; João Cruz Costa, *Contribuição à história das idéias no Brasil*.

66 – Alceu Amoroso Lima, citado por Lúcia Lippi Oliveira (coord.), *Elite intelectual e debate político nos anos 30*, p.39.

67 – Cf. Francisco Luiz Teixeira Vinhosa, 1914 ou escritores em guerra, *Jornal do Brasil*, Caderno Especial, 26/08/1984.

68 – São os seguintes os ensaios: Antônio Carneiro Leão, Os deveres da nova geração brasileira; Celso Vieira, Evolução do pensamento republicano no Brasil; Gilberto Amado, As instituições políticas e o meio social no Brasil;

Jonathas Serrano, O clero e a República; José Antônio Nogueira, O ideal brasileiro desenvolvido na República; Nuno Pinheiro, Finanças nacionais; Francisco José Oliveira Viana, O idealismo da Constituição; Francisco Pontes de Miranda, Preliminares para a revisão constitucional; Ronald Carvalho, Bases da nacionalidade brasileira; Tasso da Silveira, Aconsciência brasileira; Tristão de Ataíde, Política e letras; Vicente Licínio Cardoso, Benjamim Constant.

69 – Hermes Lima, citado por Thomas E. Skidmore, op.cit., p.303- 304.

70 – Oliveira Viana, op.cit., p.140-145.

71 – Manuel Bastos Tigre, *Correio da Manhã*, 05/08/1920.

72 – Francisco Pontes de Miranda, Preliminares para a revisão constitucional, p.175.

73 – Alberto Torres, *A organização nacional*, p.182.

74 – José Antônio Nogueira, O ideal brasileiro desenvolvido na República, em Vicente Licínio Cardoso (org.), op.cit., p.92-100.

75 – Gilberto Amado, op.cit., p.75-76.

76 – Oliveira Viana, op.cit., p.153.

77 – Ver Ilmar Robrloff de Mattos, *O tempo Saquarema*.

78 – Bolivar Lamounier, op.cit.

79 – Jorge Nagle, A educação na Primeira República, em Boris Fausto (org.), op.cit., e Roque Spencer Maciel de Barros, *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*.

80 – Oliveira Viana, op.cit., p.159.

81 – Monteiro Lobato, *Mr. Slang e o Brasil e Problema vital*, e *Urupês*.

82 – Saneamento e saúde pública tornaram-se importantes componentes da discussão sobre o arrasamento do morro do Castelo (cidade do Rio de Janeiro, 1920-1922). Ver capítulo II.

83 – Paul Valéry, citado por Maurice Crouzet (org.), *A época contemporânea*, História Geral das Civilizações, tomo VII, vol.1, p.108.

84 – Ver Eric J. Hobsbawm, *A era dos impérios: 1875-1914*; John Bury, *La idea del progreso*; Marshall Berman, *Tudo que é sólido desmancha no ar*, e Carl Schorske, *Viena fin-de-siècle: política e cultura*.

85 – Para o conceito de modernidade, ver Jacques Le Goff, Antigo/Moderno, em *História e memória*, op.cit.

86 – Ver Octavio Ianni, A idéia de Brasil moderno, *Resgate*, 1(1990), p.19-38; Lúcia Lippi Oliveira, Modernidade e questão nacional, *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 20(1990), p.41-68.

87 – Jacques Le Goff, op.cit., p.198.

88 – Ver Ernest Nolte, *Three faces of fascism*.

89 – Ver Barrington Moore Junior, *As origens sociais da ditadura e da democracia*; Karl Mannheim, O significado do conservantismo, em *Karl Mannheim*, Grandes Cientistas Sociais, no.25; Arno J. Mayer, *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime*.

90 – Ver Malcolm Bradbury e James Mcfarlane (org.), *Modernismo – guia geral: 1890-1930*.

- 91 – Marshall Berman, *op.cit.*, p.13.
- 92 – Para um histórico das concepções de campo e cidade, ver Raymond Williams, *O campo e a cidade: na literatura e na história*.
- 93 – Ver Eduardo Rodrigues Gomes, *Campo contra cidade – a reação ruralista à crise oligárquica no pensamento político-social brasileiro (1910-1935)*.
- 94 – Monteiro Lobato, Estética oficial, em *Idéias do Jeca Tatu*. As primeiras obras de Lobato destinadas ao público infantil, datadas de 1921/22, têm como cenário um sítio do interior de São Paulo, como a indicar pedagogicamente às futuras gerações onde se localizava o “verdadeiro” Brasil.
- 95 – Tristão de Ataíde, *op.cit.*, p.287.
- 96 – Ver Mônica Pimenta Velloso, A literatura como espelho da nação, *Estudos Históricos*, 1 (1988), p.239-263.
- 97 – A maioria dessas obras se concentra entre 1918 e 1922. Cf. Sylvia H. T. Leite, O regionalismo na I República: crescimento e desgaste, *História*, num. esp.(1989), p. 57.
- 98 – Monteiro Lobato, citado por Mário da Silva Brito, *História do modernismo brasileiro: antecedentes da Semana de Arte Moderna*, p.53-54.
- 99 – Roberto Romano, *O conservadorismo romântico*; Roque Spencer Maciel de Barros, *A significação educativa do romantismo brasileiro: Gonçalves de Magalhães*.
- 100 – Ver Manoel Luiz Salgado Guimarães, Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional, *Estudos Históricos*, 1 (1988), p.5-27.
- 101 – Ver Mônica Pimenta Velloso, *A brasilidade verde-amarela, nacionalismo e regionalismo paulista*.
- 102 – Plínio Salgado, citado por Mônica Pimenta Velloso, *A brasilidade verde-amarela*.
- 103 – Alberto Torres, *O problema nacional brasileiro*, p.104.
- 104 – Nícia Vilela Luz, *A luta pela industrialização do Brasil, 1808-1930*, p.92 (grifo no original).
- 105 – Paulo Menotti Del Picchia, citado por Eduardo Jardim Moraes, *A brasilidade modernista*, p.65.
- 106 – Menotti Del Picchia, Na maré das reformas, *Correio Paulistano*, 24/01/1920.
- 107 – Mário de Andrade, O movimento modernista, em Mário de Andrade, *Aspectos da literatura brasileira*, p.231 (grifo nosso).
- 108 – Eduardo Jardim Moraes, *op.cit.*
- 109 – Mário de Andrade, *Cartas a Manuel Bandeira*, p.17.
- 110 – Menotti Del Picchia, Futurismo, *Correio Paulistano*, 06/12/1920.
- 111 – Menotti Del Picchia, Almoço de ontem no Trianon, *Correio Paulistano*, 10/01/1921 (grifo nosso).

112 – Menotti Del Picchia, Matemos Peri, *Jornal do Commercio*, 23/01/1921.

113 – Manoel Bastos Tigre, Nacionalismo carro-de-bois, *Correio da Manhã*, 15/07/1920.

114 – Mário de Andrade, Prefácio interessantíssimo, em *Paulicéia desvairada*, p.29.

115 – Cândido da Mota Filho, A literatura nacional, *Jornal do Commercio*, 03/10/1921.

116 – Mário de Andrade, Prefácio interessantíssimo, op.cit., p.35. O estilo parnasiano é duramente criticado por Mario de Andrade em uma série de artigos publicados no *Jornal do Commercio*, intitulados “mestres do passado”. Ver Mário da Silva Brito, op. cit., cap.15.

117 – Menotti Del Picchia, Problema estético em face do fenômeno étnico paulista, *Correio Paulistano*, 07/09/1922.

118 – A capital do Brasil, *Revista da Semana*, XXI(26), 07/08/1920.

1922: RIO DE JANEIRO, UM SOL A BRILHAR

“O QUE SERÁ O RIO DE JANEIRO DE 1922?”¹

“Faltam apenas vinte e nove meses para que o Brasil festeje
o 1º centenário da sua independência (...)

Os festejos do Centenário devem forçosamente atrair muitos visitantes
à capital da República (...) pode-se dizer que não será para estranhar
que todo mundo civilizado aqui envie as suas melhores representações
(...) É preciso que quem aqui aportar (...) encontre como primeira
cidade brasileira, alguma coisa que provoque louvores...”²

DE maneira incisiva, tanto a sofisticada *Revista da Semana*,
como o popular *Correio da Manhã*, indicavam a necessidade de a
capital federal preparar-se condignamente para receber os inúmeros
visitantes oriundos do mundo “civilizado”, que para aqui acorreriam
atraídos pelas “grandiosas” festividades que certamente marcariam
a comemoração da nossa data magna. Era óbvio que, como sede do
governo central, o Rio de Janeiro seria o ponto de convergência dos
olhares daqueles que iriam avaliar o progresso da nação centenária.
Não se tratava, como fazia questão de frisar o então prefeito do
Distrito Federal, Carlos Sampaio, de “ vaidade tola”, mas sim de
“patriotismo”, pois “a capital de um país é como que uma amostra do
grau de desenvolvimento, de progresso e de civilização de qualquer
nação”.³

Também no centenário da Revolução Francesa, a unidade da
França fora relacionada à preeminência parisiense, numa manifes-
tação clara da superioridade da cidade-luz.⁴ Michelet já apontara o
importante papel exercido pela cidade-capital no processo de consti-
tuição das nações, ao se referir a Paris como o ponto em torno do qual
se manifestou a “alta e abstrata realidade da Pátria”.⁵ No caso da

América Latina, Rama deixa evidente a precocidade da evolução urbana aqui ocorrida, conferindo à “cidade das letras” a tarefa de formação da nacionalidade e de estabelecimento de seus valores.⁶

Capital da América portuguesa desde o século XVIII, o Rio de Janeiro tornou-se, no século seguinte, o maior núcleo populacional do Brasil independente, seu centro econômico e político. Aí se localizaram as matrizes geradoras de uma produção simbólica que buscou montar um processo de constituição da nossa identidade nacional, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Imperial de Belas Artes, entre outras; aí se operou a competente montagem do Estado imperial.⁷

Coube ao regime republicano recém-instalado promover a capital federal a cartão postal do país, através da execução de obras de saneamento e de embelezamento há muito planejadas. Mirando-se no exemplo do barão Haussmann, que no século passado conduziu a reforma urbana de Paris, a prefeitura do Distrito Federal, sob o comando de Pereira Passos (1903-1906), determinou a destruição do velho centro de vilas apertadas e casarões coloniais para dar passagem à elegante Avenida Central; jardins foram criados e reformados, os bondes ganharam tração elétrica, um novo porto foi construído, um código de posturas urbanas impondo hábitos e costumes “civilizados” foi instituído, e uma reforma sanitária foi empreendida por Osvaldo Cruz.⁸ A grande recompensa por todo esse esforço de “civilizar o Rio” veio através do reconhecimento de uma poetisa francesa que, em visita à cidade remodelada, dedicou-lhe um livro de poemas intitulado *La ville merveilleuse*.⁹

O grande interesse da comunidade acadêmica por esta “regeneração” da capital federal, atraindo não só historiadores, como também sociólogos, geógrafos, arquitetos, urbanistas, antropólogos, cientistas políticos,¹⁰ indica a percepção de que as transformações que então sacudiam o país, a partir do marco político que foi a proclamação da República, podiam ser detectadas através do “desmonte” do cenário onde tudo ocorreu. Ou seja, na geografia transformada da capital federal estaria a marca da constituição de uma nova ordem econômica, social e política, de um novo conjunto de sonhos, desejos e aspirações. Era o Brasil tentando entrar no ritmo da história, recriando uma nação para o século que nascia; e a maior evidência dessa reiterada aspiração seria transformar a capital “malsã” em cidade “maravilhosa”.

A importância das reformas Passos não é reconhecida apenas pela historiografia; elas foram identificadas pelos contemporâneos como o principal marco paradigmático do esforço de construir nos trópicos uma cidade “civilizada”. A propósito da volta dos quiosques, comércio

ambulante duramente cerceado pelas posturas municipais, a *Revista da Semana*, em março de 1919, alertava para

“a existência de grosseiras e sórdidas almanjarras postadas às esquinas das ruas, pelas calçadas, pelas praças (...) que afrontavam a elegância de uma cidade que se modernizava e que tentaram resistir à energia do prefeito Passos, que conseguiu extingui-los integralmente (...) é mister acabar com o quiosque para que a raça não prolifere”.¹¹

O recado não pode ser mais claro: é preciso que a bela capital não jogue fora o investimento feito no início do século com o objetivo de colocá-la na trilha das metrópoles progressistas. A obra de Pereira Passos e Osvaldo Cruz, mais do que nunca, precisa ser lembrada; afinal, o Distrito Federal deverá estar preparado para receber os reis da Bélgica em 1920, e dois anos depois, os inúmeros visitantes que certamente acorrerão aos ruidosos festejos do Centenário da Independência.

Os apelos à comemoração tornam-se freqüentes na imprensa carioca, principalmente a partir de 1920, através de uma eficaz operação de “vigilância comemorativa”. São numerosos os artigos alertando que “agita-se a questão de se dar à data de 7 de setembro de 1922 o brilho, o esplendor que deve ter”.¹² Em caricaturas e charges, o “Centenário” é personificado na forma de um velho seminu, desanimado e triste; assim aparece ele na primeira página do *Jornal do Brasil* de 19 de julho de 1920, lamentando-se: “Neste passinho, eu passo a ficar passado!” A *Cavalete* também desencadeou campanha intensiva para lembrar a próxima comemoração. A revista carioca denunciava o esquecimento a que fora relegada a celebração de nossa data magna, registrando o “choro” do “velho centenário”: “Ninguém se lembra de mim”; “Olho, não vejo ninguém! Chamo, ninguém me responde!”, “Não te esqueças da velhice desamparada”. A caricatura mais expressiva, significativamente intitulada “Tristeza do Centenário”, mostrava o “velho”, desolado, com um livro de história do Brasil roído por ratos, numa incisiva denúncia da necessidade de se salvar a memória desses cem anos de nação.¹³

Iniciativas são cobradas e atividades sugeridas, eventos considerados indispensáveis e empreendimentos inadiáveis, tudo (ou quase tudo) tendo por cenário a capital da República. Daí, a “obrigação” de se dotar o Rio de Janeiro de “melhoramentos necessários”, para que a “comemoração do centenário se faça numa capital limpa, saneada, de bom aspecto”, lembra o *Correio da Manhã*.¹⁴ Dessa maneira, o sucesso de qualquer programa comemorativo passava necessaria-

mente pela remodelação da “cidade maravilhosa” que, apesar de cantada em verso e prosa por suas belezas naturais, deveria se aproximar “do modelo de uma soberba cidade do século XX”, alertava a *Revista da Semana*.¹⁵

“Para comemorar o Centenário,
Uma avenida vamos ter a mais
Que ostentará casas monumentais (...)
Vendo-a ferver nas horas comerciais,
Dirão: entre as mais belas capitais
Cabe ao Rio um lugar extraordinário!”¹⁶

Numerosas sugestões de como preparar o Rio para as próximas festividades do Centenário inundaram a imprensa carioca no correr de 1920. Uma análise dessas indicações permite perceber a preocupação acentuada com a expansão da malha urbana do centro da cidade, acanhado e congestionado na opinião da maioria, demonstrando a necessidade de se retomar as reformas de Pereira Passos. Razões de ordem econômica e estética estão presentes nas argumentações em favor da abertura de uma nova avenida – a Avenida da Independência, é claro – partindo da Avenida Rio Branco até a Praça da República, ou ainda do alargamento das ruas Primeiro de Março, Buenos Aires, Andradas e Avenida Passos e da demolição de “construções arcaicas” na Praça XV na Avenida do Mangue, na rua General Caldwell. Trata-se, por um lado, de desafogar a zona central da cidade, permitindo uma expansão das atividades comerciais em região tão valorizada economicamente, e, por outro, de reconstruir ruas com prédios alinhados “à maneira da rua do Rivoli, em Paris (...) para não fazermos feio aos olhos dos milhares de forasteiros que nos visitarão”.¹⁷ Novas avenidas cruzando a cidade, amplos *boulevards* abrigando construções gabaritadas e permitindo o livre trânsito de pessoas, veículos e mercadorias, esta seria a garantia de ingresso da capital do Centenário no fechado círculo das metrópoles modernas e civilizadas.

“(...) e que a nossa última organização sanitária, talhada nos moldes mais adiantados, prepara a olhos vistos o fortalecimento da raça e o aumento da sua capacidade produtora. Do Rio de Janeiro de 1822 fizemos (...) a cidade moderna que atualmente se honra de hospedar-vos, sem as epidemias dizimadoras que eram, com razão o terror do estrangeiro”.¹⁸

Em seu discurso na inauguração da Exposição Internacional do Centenário, o presidente Epitácio Pessoa destacava, entre outros indicadores do progresso do país, o avanço obtido na “organização sanitária”, principalmente no tocante à capital brasileira, conhecida pelos surtos de varíola e febre amarela que dizimavam seus habitantes e assustavam os estrangeiros. Se bem que tais epidemias tivessem sido razoavelmente controladas, não compartilharíamos do mesmo entusiasmo do presidente em relação ao “adiantamento da nossa organização sanitária”. Tuberculose e sífilis comandavam agora o batalhão das doenças que aleijavam e matavam. Uma simples consulta às principais revistas da época permite perceber a ameaça que pairava sobre a população carioca – a quantidade de anúncios de “depurativos”, “elixires”, “fortificantes”, a variedade de pungentes depoimentos de homens e mulheres atingidos por tais males, denunciavam as deficientes condições higiênicas da “quente e úmida” capital, fato incompatível com seus foros de cidade moderna e civilizada.

Embora a questão da higiene e do saneamento tenha-se tornado tema prioritário das políticas públicas no Rio de Janeiro a partir do final do século XIX,¹⁹ isto não significa que estivesse ausente das preocupações das autoridades coloniais. Em 1798, o Senado da Câmara do Rio de Janeiro, tendo em vista um programa que visava melhorar a salubridade da cidade, elaborou um questionário com sete quesitos que, devidamente respondidos, pudessem esclarecer as condições sanitárias da capital do Vice-Reino. A tarefa foi confiada a três médicos – Manuel Joaquim Medeiros, Bernardino Antônio Gomes e Antônio Joaquim de Medeiros – que fizeram um minucioso relatório²⁰ sobre as moléstias endêmicas e epidêmicas da cidade; o seu clima quente e úmido e respectivas causas dessa umidade e desse calor; as condições higiênicas e de saneamento (as “imundícies” e as “águas estagnadas”); a possibilidade de elevar o pavimento da cidade e as “causas morais e dietéticas das doenças”. Os grandes vilões, apontados como maiores responsáveis pelas deficitárias condições de saúde da cidade, seriam os morros,

“por concorrerem para o calor do clima (...) ao impedir o acesso dos ventos, que dispersariam os vapores (...) e concorreriam para secar as águas (...) manancial perene de miasmas febríferos”,

e os alagadiços e charcos, lugares especialmente favoráveis à proliferação de doenças. Os relatórios dos doutores Bernardino e Antônio Joaquim não hesitaram em indicar a necessidade do arrasamento do morro do Castelo, “o mais nocivo (...) porque é o que obsta mais a viração do mar (...)” Se a natureza era o elemento que

positivamente caracterizava o Rio de Janeiro como uma cidade de beleza sem igual no mundo, por outro lado, constituía-se no grande obstáculo a ser contornado pelo engenho humano através da sua capacidade de interferir no mundo natural.

Saneamento e higienização são considerados problemas cruciais a serem enfrentados pela administração do prefeito Carlos Sampaio: de um lado, pelo fato de constituírem pré-condição para o “fortalecimento” do trabalhador e o “aumento da sua capacidade produtora”,²¹ de outro, porque eram certificados de entrada ao restrito grupos das nações que haviam derrotado as “doenças do século”. Valendo-se constantemente das informações contidas nos relatórios médicos do final do século XVIII, Sampaio, em mensagem ao Conselho Municipal (01/06/1921), admitia que

“não devemos contentar-nos com que o Rio de Janeiro maravilhe o visitante pelos aspectos encantadores que oferecem suas belezas naturais (...) o problema de sua higienização, que é sem dúvida, o mais importante, ainda encontra tantos embaraços para o seu soluçãoamento”.

E, fazendo coro às vozes do século XVIII, responsabilizava o Castelo, “que dificulta a livre respiração da sua parte central, onde a edificação é mais densa”.²²

Desde meados do século passado, já existia a idéia de se reformar a topografia da cidade em sua parte central, arrasando-se os morros e entulhando as baixadas e os alagadiços. Senado (derrubado por ocasião da Reforma Passos), Santo Antônio, Favela e o “sagrado” Castelo, no entender de muitos, não só comprometiam os esforços em prol de uma cidade saudável, como também obstruíam a “natural” expansão do maior centro urbano do país. Mais grave, porém, nesse momento de exposição aos olhos civilizados, era o “espetáculo deprimente que apresentam aqueles amontoados de casebres imundos (...) verdadeira vergonha da nossa cidade e da nossa civilização”.²³ Eram as “nódoas do Rio”, esses “bairros parasitários”,²⁴ que deveriam desaparecer, segundo muitos, ou pelo menos sofrer uma profunda regeneração, na opinião de outros. Da maneira como estavam, solidamente fincados no coração da *urbe*, exalando “miasmas febríferos”, expondo nossa miséria, comprometendo a imagem de “cidade maravilhosa”, é que não podiam ficar.

Ao contrário das Reformas Passos, as obras de embelezamento e saneamento da capital federal para o Centenário esbarraram nos déficits do Tesouro Nacional. A recessão mundial do pós-guerra teve

profundas repercussões sobre a situação econômica brasileira, desestabilizando a taxa de câmbio e o equilíbrio do setor cafeeiro, levando o governo a enfrentar dificuldades no financiamento de seu desequilíbrio fiscal e alimentando as já crescentes pressões inflacionárias.²⁵ Do ponto de vista das finanças municipais, o momento tampouco era propício a investimentos de tal monta. Carlos Sampaio é bastante minucioso ao relatar as dificuldades financeiras que o aguardavam quando da sua indicação para a prefeitura do Distrito Federal (junho 1920), com a incumbência de preparar a capital para a comemoração do Centenário da Independência.²⁶

Mas, a par das dificuldades econômico-financeiras, o que se impunha no momento em que a nação se preparava para comemorar os cem anos de vida independente era marcar o seu ingresso no mundo moderno, via construção de uma capital moderna – um Rio moderno seria sinônimo de um Brasil moderno. Em artigo intitulado “A capital do Brasil”, publicado às vésperas do decreto de 17 de agosto de 1920, determinando o arrasamento do Castelo, a *Revista da Semana*, órgão da imprensa carioca especialmente conhecido pela campanha movida em prol da derrubada do velho morro, tocava nesta importante relação:

“(...) a magnificência de uma capital não é uma simples questão de vaidade, mas de dignidade nacional (...) Nesta hora histórica em que o Brasil entrou na plena consciência dos seus destinos formidáveis (...) vem a propósito perguntar se a capital do Brasil, tão maravilhosamente adornada pelas galas da natureza está à altura de representar a síntese brilhante de nossa civilização (...) A nação gigantesca não quer ser servida por pigmeus”.²⁷

Mais uma vez, a idéia de um Brasil moderno, contemporâneo do seu tempo, estava comprometida com o processo de modernização da sua capital. “Deixamo-nos distanciar por Buenos Aires”, temos “aparências de civilização, hábitos de província, nada mais!”²⁸ Simples frases feitas, mas que pesavam como uma séria ameaça à cidade que se orgulhava do seu cosmopolitismo, e à nação que aspirava finalmente ingressar no século XX.

Mas que projeto de cidade moderna estava em jogo no Rio do Centenário? Como já vimos, se, por um lado, a busca do moderno implica compartilhar alguns pontos comuns, por outro, provoca sempre versões diferenciadas do que seria a modernidade e dos meios de se chegar até ela, negando a existência de uma única matriz capaz de traduzi-la inequivocamente. Na ótica de Berman e de Schorske, os processos de remodelação urbana de São Petersburgo e de Viena

constituem fontes privilegiadas de acesso aos impasses da modernidade, em suas diferentes visões e versões.²⁹

No caso do Rio de Janeiro de 1922, o evento emblemático dessas múltiplas faces da modernidade é o arrasamento do morro do Castelo, berço de fundação da cidade e local de identificação da população carioca. Longe de significar uma proposta unitária, afinada com os interesses e a visão de mundo da classe “dominante”³⁰, a derrubada do Castelo exigiu um complexo processo de decisão. Tema cotidiano da imprensa a partir de meados de 1920, jornais e revistas registram minuciosamente os argumentos pró e contra a demolição do Castelo, sustentados em interpretações diferenciadas do que seria uma cidade sintonizada com a modernidade do século XX.

ARRASAR OU NÃO ARRASAR, EIS A QUESTÃO!

“(...) quando se anunciou a demolição do Castelo, toda a cidade estremeceu; e tudo fazia crer que, à primeira enxadada no flanco do morro, se seguisse uma revolução (...)”³¹

ALVO de ataques cerrados e de apaixonadas defesas; “pérola”, “colina sagrada”, “moldura natural da cidade”, para uns; “dente cariado”, “mancha colonial”, “quisto”, para outros – afinal, o que significava o Castelo para a cidade do Rio de Janeiro? Por que temer uma “revolução” quando se iniciou o arrasamento?

Marco histórico da fundação da cidade, o Castelo era reverenciado também por abrigar as igrejas de São Sebastião do Castelo (a dos Capuchinhos), onde estavam os ossos de Estácio de Sá, e a de Santo Inácio (dos jesuítas), transformada, posteriormente, em Hospital Militar e sede da mais antiga Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Espécie de guarda da cidade, o Castelo assinalava a entrada de navios. Era lá que se levantava, nos dias de sol, o balão anunciando ao povo que era meio-dia, e que se localizavam o relógio da torre e o

observatório astronômico (1846). De lá também partia o aviso de que havia incêndio na cidade. Local de proteção e defesa, quando os inimigos foram os franceses. Habitação de ricos, quando o perigo passou a ser representado pelas epidemias oriundas da região pantanosa, baixa e muito quente, localizada a seus pés. Moradia de uma população pobre de cerca de cinco mil pessoas, distribuídas em mais de 400 casas, quando, no dizer de Luiz Edmundo, “os que descem na escala da vida, vão morar para o alto...”, o morro era um marco constante na vida cotidiana da capital do país. Lugar de magia e misticismo, com a missa dos Barbadinhos, às sextas-feiras pela madrugada, e com as “casas de pretos”, onde a macumba ressoava, o Castelo estava envolto ainda num profundo mistério em torno dos tesouros que os jesuítas teriam escondido antes de serem expulsos no século XVIII; falava-se em doze apólos de ouro maciço em tamanho natural enterrados nos subterrâneos do morro.³²

A idéia de arrasar o Castelo é antiga. O inquérito efetuado por três médicos e apresentado ao Senado da Câmara, no final do século XVIII, serviu de base para que o bispo Azeredo Coutinho, no início do século seguinte, apresentasse um relatório indicando a necessidade de demolir “o grande Monte do Castelo, que serve de padrastró àquela cidade [o Rio de Janeiro] e que lhe impede quase toda a viração do mar”, contribuindo para tornar aquele “belo sítio” local propício a doenças e “malefícios”.³³

Em 1838, Pedro Belegarde e Conrado Niemeyer justificavam um pedido de concessão para o arrasamento do Castelo, alegando que “com o rápido crescimento da população, as contínuas edificações (...), a comodidade de trânsito, o aformoseamento da capital”, tornavam-se indispensáveis medidas no tocante à salubridade pública, comprometida pelas “exalações miasmáticas” provenientes do morro.³⁴ Sócios fundadores do IHGB, Belegarde e Niemeyer faziam coro com a maioria dos intelectuais que no Instituto apoiava a demolição do marco fundador da cidade. A única voz dissonante era a de Varnhagen, que argumentava que

“a demolição seria obra gigantesca, dispendiosa e que (...) iria fazer a cidade mais monótona e menos fresca do que se em suas encostas se plantassem árvores, destinando-as ao passeio público da cidade...”³⁵

A possibilidade de transformar o Castelo num lugar aprazível, propício a “belos passeios”, foi aventada posteriormente por aqueles que consideravam um “sacrilégio” destruir a “colina sagrada”.

Em 1860, o problema da derrubada do Castelo passou para a esfera pública, e a Lei do Orçamento desse ano autorizou o governo a conceder favores e vantagens a qualquer companhia que se dispusesse a arrasar o dito monte. Só 18 anos depois, o comendador Joaquim Antônio Fernandes Pinheiro pediu e obteve autorização para derrubar o morro, concessão esta repassada, pelo Decreto nº 759, de 18 de setembro de 1890, à Empresa do Arrasamento do Morro do Castelo, dirigida por Carlos Sampaio: o arrasamento deveria ser concluído dentro de cinco anos, tendo os concessionários o direito à área então ocupada pelo morro. No entanto, alegando dificuldades financeiras geradas pela crise do Encilhamento, o futuro prefeito não conseguiu levar adiante o projeto, deixando caducar a concessão.³⁶

Por ocasião das reformas Passos, que resultaram na abertura da Avenida Central, foi aventada a idéia da derrubada do Castelo, e o IHGB, na sessão de 12 de maio de 1905, chegou a indicar providências que deveriam ser tomadas para a transferência dos ossos de Estácio de Sá, abrigados na igreja dos Capuchinhos.³⁷

“Se o trambolho do Castelo
Se projeta remover
Afirmamos que é com certeza
Para o rei Alberto ver”.³⁸

O ano de 1920 se abriu com a perspectiva de exposição da capital federal aos olhares estrangeiros, capazes de avaliar se “até aqui chegara a civilização européia”.³⁹ Era voz unânime na imprensa que a cidade carecia de certos melhoramentos para receber o rei Alberto. Que o Castelo fosse enfim arrasado era exigido por alguns periódicos, comandados pela elegante *Revista da Semana*. Para estes, a “velha Sebastianópolis”, essa “cidade sertaneja” que resistira ao “bota-abaixo”, guardada por uma “tradição supersticiosa”, teria que se render finalmente às exigências requeridas para a efetiva inserção do país no concerto das nações civilizadas.

Que dirão os estrangeiros, que

“a capital do Brasil é um misto de cidade esplêndida e de vila rural e que as luzes feéricas iluminam par a par as suas maravilhas e as suas deformidades?”⁴⁰

A charge da *Careta*, que mostra o “velho centenário” derrubando o Castelo a vigorosos golpes de enxada, indica que, talvez agora, o bastião da cidade esteja com seus dias contados.⁴¹

A nomeação de Carlos Sampaio, engenheiro conceituado e antigo concessionário do arrasamento do Castelo, para a prefeitura do Distrito Federal, em junho de 1920, é uma indicação consistente de que, dessa vez, o velho morro não escapa. No seu discurso de posse, Sampaio reconhece que

“o momento presente é de ação, porque é essencial dar à cidade o asseio indispensável (...) terminar as obras de embelezamento (...) e porem prática outros melhoramentos que (...) devem atestar o nosso grau de civilização”⁴²

O alvo a ser atingido pela “ação” do prefeito era, sem dúvida, o Castelo. Enfrentando resistências no Conselho Municipal, capitaneadas principalmente pelo intendente Cesário de Melo, bombardeado pelo *Jornal do Brasil*, acusado de corrupção na concessão para o arrasamento do morro, dois meses depois da posse, em 17 de agosto, o prefeito decretou a demolição do Castelo. As obras se iniciaram em novembro e, dada a morosidade dos trabalhos, a prefeitura contratou a firma americana Leonard Kennedy, que introduziu uma moderna tecnologia de desmonte do morro à base de jatos de água. A pressa se justificava, pois sobre parte da área conquistada ao Castelo, seriam construídos os “majestosos” pavilhões da Exposição Internacional do Centenário. Para muitos, era a indiscutível vitória da “civilização” sobre a “barbárie”, eliminando aquela “aldeia de botocudos encravada no coração da *urbe*”.⁴³ Caudatários de uma sólida vertente do pensamento político brasileiro, calcada no ideário cientificista de valorização dos padrões racionais, universalizantes, civilizatórios,⁴⁴ aqueles que defendiam o arrasamento do morro se declaravam escandalizados diante da convivência promíscua da “civilização” com a “barbárie”. Conscientes da grande heterogeneidade de traços culturais, que impedia a configuração de um conjunto harmonioso capaz de unir os habitantes da cidade na comunhão das mesmas visões do mundo e das mesmas formas de comportamento, acusavam a persistência de costumes “bárbaros” – aborígenes e africanos – de ser o grande obstáculo à pretensão do Brasil de chegar ao esplendor da civilização européia. A próxima comemoração do centenário da independência favorecia o pipocar de especulações sobre a falta de uma identidade nacional que costurasse pedaços tão díspares e que ao mesmo tempo lhe apagasse as arestas. Se a “barbárie” era considerada uma barreira à formação dessa identidade, esta só poderia ser concebida da maneira “civilizada”, ou seja, branca, educada e refinada.

Tal concepção é claramente exposta na *Revista da Semana*:

“O Rio é a cidade mais paradoxal do mundo. A cinquenta metros do teatro onde se canta o *Parcifal*, ouvido com um recolhimento de êxtase, que bastaria para provar o grau elevado da nossa cultura e da nossa sensibilidade estética; a vinte metros do palácio das Belas Artes, em cuja pinacoteca guardamos os atestados honrosíssimos do talento artístico da nossa raça; a quinze metros de uma grandiosa Biblioteca e do Supremo Tribunal de Justiça – pode-se ver pastar as cabras na encosta do Morro do Castelo”.⁴⁵

Era chocante o contraste violento entre a “imponente” Avenida Rio Branco e seus belos palácios e o morro do Castelo que, a apenas “vinte metros da civilização”,⁴⁶ era o retrato mais visível da barbárie solidamente instalada no coração da capital da nação. Uma capital que dentro em pouco apresentar-se-ia aos olhos de todos como digna integrante do mundo civilizado. Sombra gigantesca que lembrava a miséria colonial, o Castelo era como que um fantasma insepulto a apontar nossas origens, próximas de um “povoado africano” ou uma “aldeia de botocudos”.

E se o espírito do artista podia-se encantar “com uma alta entrada toda de pedra, abobadada, dando caminho para íngreme e infundável escadaria também de pedra”, *décor* perfeito para as histórias de Alexandre Dumas, esse encanto logo se quebrava com “as casas e ruas sujíssimas desprendendo um cheiro fétido que sufoca”.⁴⁷

Reduto do fanatismo – fanatismo de preto e fanatismo de branco, como se dizia à época –, procurado por aqueles que vinham tirar a “urucubaca” do corpo nas concorridas missas de sextas-feiras nos Barbadinhos ou nas “casas de pretos”, era a própria imagem da superstição, do “atraso”, da barbárie, enfim, que se pretendia bem distante da “civilizada” capital.

Bairro de miséria, ocupado por um “populacho” desordeiro, que nas festas de aniversário da cidade divertia-se “vomitando obscenidades numa confusão horrível e bestial”,⁴⁸ devia ser substituído por edifícios modernos, frequentados por gente educada e trabalhadora. Era preciso tirar do coração da elegante *city* esse antro de desocupados, elemento de reforço da imagem do carioca como um ser “boêmio”, “preguiçoso” e “malandro”.

Marco visível da fronteira entre a cidade “indígena”, “colonial” e “atrasada”, e a cidade “européia”, “civilizada” e “moderna”, a presença do Castelo contrariava um dos pilares mais evidentes dessa vertente de modernização urbana, qual seja, a organização funcional do espaço que condenava a mistura de usos e classes sociais diversos. Edifícios públicos e empresariais não deviam se confundir com barracos; cabras

não deviam ouvir óperas. Exigia-se uma espacialização da cidade que precisamente definisse os lugares da produção, do consumo, da moradia, da cultura; os espaços dos ricos e dos pobres.⁴⁹

Fatores de ordem político-econômica são apontados como determinantes para a demolição do Castelo. Por um lado, as pressões e os interesses do capital imobiliário, enfatizados como elemento fundamental das diversas cirurgias urbanas operadas no Rio de Janeiro ao longo de todo o século XX.⁵⁰ Sem desconsiderar o peso de tal intervenção – o arrasamento do Castelo efetivamente possibilitaria a abertura de uma vasta área extremamente valorizada bem no coração da *city*, o que, aliás, era constantemente ressaltado por Sampaio⁵¹ – julgamos que, nesse caso, ele deve ser relativizado, uma vez que esta área só foi aberta à exploração imobiliária a partir do final da década de 1930.⁵²

Por outro lado, as despesas a serem efetuadas com a comemoração do Centenário acirraram a querela emissionista, envolvendo os “papelistas” e os “contencionistas”. A proposta do deputado Paulo de Frontin de uma emissão de cem mil contos para financiar os gastos com as festividades, inclusive a Exposição, levantou acirrada polêmica na imprensa carioca. O *Jornal do Brasil*, por exemplo, embora admitindo que “o espírito da época, a alma da civilização” exigissem que constituíssemos “para regalo dos olhares alheios, a fachada artística do progresso”, alertava que não deveríamos “transformar o papel-moeda, de instrumento de progresso, em ‘peso morto’”.⁵³

Os recursos a serem aplicados no intuito de civilizar o Rio eram vultosos, requerendo emissão de papel-moeda e empréstimos externos, temas ardentemente discutidos não apenas no âmbito do Congresso Nacional, mas principalmente nas hostes oposicionistas ao governo Epitácio Pessoa, como o *Correio da Manhã*. No entanto, no tocante às despesas para a derrubada do Castelo, o jornal de Edmundo Bittencourt se calou. Para este combativo órgão da imprensa carioca, acima das diferenças políticas e das dificuldades econômicas, tratava-se de provar que até aqui chegara a “civilização” européia. Neste caso, não havia porque economizar esforços para pôr abaixo aquela “excrecência”. Longe de ser um “desrespeito às nossas tradições e um prova de que somos um povo inculto que não venera o seu passado”, aquele “montão” deveria ser convertido pela “engenharia moderna em uma acessível planície civilizada”.⁵⁴ Divergentes quanto à orientação econômica e prática política, o *Correio da Manhã* e os governos federal e municipal caminhavam juntos na proposição de como deveria ser a moderna capital da República; compartilhavam, enfim, do mesmo projeto de modernidade, calcado, sobretudo, na vitória da cultura sobre a natureza e na invenção de novas tradições. Nem mesmo o engajamento na denúncia da alta generalizada do custo

de vida e, principalmente, da falta de moradias, abrindo amplos espaços para as demandas da Liga dos Inquilinos e Consumidores,⁵⁵ sensibilizou o jornal de oposição para a situação das cinco mil pessoas que seriam expulsas do Castelo.

Manifestações públicas de repúdio à remoção dessa população, que contava com a vaga promessa do prefeito de para ela construir casas na Praça da Bandeira, foram de pouca monta: a registrar, um protesto no sopé do morro no dia 6 de setembro. Na imprensa, a reação mais vigorosa partiu de Lima Barreto. Dias depois do decreto que autorizava o arrasamento, o jornalista escrevia um artigo contundente na *Careta*, denunciando o que ele considerava um verdadeiro ataque de “megalomania”, quando “nos esquecemos de obras de utilidade geral e social, para pensar só nesses arremedos parisienses, nessas fachadas e ilusões cenográficas”. Indignado, observava: “nã há casas, entretanto, queremos arrasar o morro do Castelo, tirando habitações de algumas milhares de pessoas”.⁵⁶

O *Jornal do Brasil* desenvolveu uma intensa campanha contrária à destruição do “outeiro sagrado”, considerada uma “obra farfalhante da qual nada resultará de útil”. As edificações nos morros, pelo seu custo reduzido, serviam de residência à população pobre da cidade; caberia aos administradores municipais “facilitar a viação para os morros e construir o coletor geral das águas pluviais”.⁵⁷ Este interessante projeto de urbanização dos morros do centro do Rio, partindo de um importante órgão da imprensa carioca que abertamente apoiava o governo de Epitácio Pessoa, comprova, por um lado, que as filiações políticas não determinaram as opiniões sobre o futuro do Castelo; e, por outro, que a proposta vitoriosa de arrasamento do morro representou, na verdade, uma das vertentes de pensamento que buscavam uma capital moderna para o Centenário.

A emergência de projetos divergentes de encaminhamento da questão nacional refletiu-se no debate em torno das propostas de renovação urbana da capital federal. O ideal cosmopolita da *belle époque* fora abalado pela Primeira Guerra e, conquanto ainda possuísse um grau elevado de sedução, revelava-se um modelo falido e ultrapassado para alguns setores da intelectualidade. Concepções diferentes, como já se viu, foram marcando presença no panorama intelectual, concretizando uma reviravolta nas idéias que se afirmou com força no início dos anos 20. Em nome da restauração das “verdadeiras” virtudes do homem, a reação católica, por exemplo, rejeitava o progresso urbano e industrial e a racionalidade utilitária, em prol dos valores da natureza e das antigas tradições.

Ligado a esta corrente de pensamento, o *Jornal do Brasil* moveu uma cerrada campanha no sentido de manter aquele “histórico reduto”, abrigo de um templo católico assiduamente freqüentado por

amplas camadas da população, e que muitos queriam destruir em nome de uma pretensa “racionalidade sanitária” ou de uma estética “importada e desenraizada”.

O segundo semestre de 1920 é marcado por um intenso debate na imprensa carioca em torno do Castelo: os “sacrílegos”, liderados pela *Revista da Semana* e contando com o apoio de periódicos habitualmente opositores ferozes do governo federal e municipal, como a *Careta* e o *Correio da Manhã*, versus os “tradicionalistas”, representados pelo *Jornal do Brasil*. Acompanhar essa discussão é recuperar as interessantes metáforas (quase sempre emprestadas da biologia) que sustentam as argumentações; é sentir os desejos e os medos que constróem os sonhos e as cidades; é perceber a esperança de finalmente se encontrar o caminho do arco-íris onde, em vez do pote de ouro, estará a modernidade. Três ordens de questões foram priorizadas e metaforicamente explicitadas dessa maneira: “manto protetor” x “infecto monturo”; “pérola” x “dente cariado”; “mancha colonial” x “colina sagrada”.

Se a idéia do saneamento unia gregos e troianos, a questão era como se fazer isso. Para uns, sanear era preciso, derrubar não era preciso; para outros, era impossível sanear sem derrubar. Boa parte da argumentação dos “higienistas sacrílegos” (em especial, Carlos Sampaio) se sustentava na evocação dos malefícios provocados pelo “infecto monturo”: os relatórios do século XVIII, denunciando a falta de ventilação, a umidade e os “miasmas febríferos”; e as famosas “águas do monte”, terríveis enchentes que assolaram a cidade em fevereiro de 1811, provocadas, em grande parte, pela lama que descera do Castelo.⁵⁸ O telegrama de Belisário Pena, figura luminar da saúde pública, nacionalmente conhecido por sua atuação na profilaxia rural, parabenizando Sampaio pelo decreto de 17/08/1920, era a prova “científica” da necessidade de eliminar aquele “quisto” de terra vermelha. Ou, como dizia a imprensa, aquele “tumor infeccionado” que “obstruía o seio do Rio” e ameaçava contaminar a cidade.⁵⁹

Para os higienistas amantes das antigas tradições, o morro era o regulador natural da ventilação da cidade, protegendo-a, qual um “manto”, do desencadear de ventos desordenados oriundos da baía de Guanabara. Em vez de obstruir, o Castelo protegia... E se os “apologistas do arrasamento” tinham o saber médico do seu lado, os “tradicionalistas” se apoiaram no parecer do famoso engenheiro Vieira Souto, opinião acima de qualquer suspeita, visto que fora sócio de Carlos Sampaio na Empresa de Arrasamento e agora era consultor técnico da Prefeitura. Desconfiado das objeções que apontavam o morro como obstáculo à ventilação natural da cidade, Vieira Souto “propunha a abertura de túneis que, além de facilitar o tráfego, canalizasse as correntes de ar para toda esta zona”; este plano de

remodelação do Castelo, datado de 1915, incluía ainda apreciações estéticas no intuito de transformar o morro “não só numa aprazível e higiênica vivenda, como num sítio de belos passeios”. Essa opinião era compartilhada por vários intendentess do Conselho Municipal, como Cesário de Melo, para quem o Castelo podia e devia ser embelezado.⁶⁰ Para alguns, como o prefeito Sampaio, o Castelo podia ser comparado a um “dente cariado” na linda boca que era a baía de Guanabara.⁶¹ Para outros, como o *Jornal do Brasil*, era “uma pérola a engastar na jóia suntuosa que a Providência pousou à beira do Atlântico”.⁶² Esse debate, aparentemente de caráter apenas estético, na verdade remete a uma discussão mais profunda em torno da elogiada beleza natural da “cidade maravilhosa”.

Se o tema da natureza sempre ocupou um amplo espaço nas reflexões sobre o destino nacional, ele assume maior relevância no que se refere à capital federal e eterno cartão postal do país. Diz-se que Deus fez o mundo em sete dias, mas só no Rio gastou dois. Ditoss populares à parte, o caráter paradisíaco da natureza do Rio parece ter inspirado os seus comentadores do século XVI até os nossos dias, constituindo-se, para o bem ou para o mal, no aspecto privilegiado de sua caracterização como cidade.

Para o *Jornal do Brasil*, constituía um absurdo a “destruição das nossas praias para ganhar espaço ao mar, destruindo a majestade dessa curva sem par, por uma monótona e infundável reta”. Tal como era feito nos países modernos, onde a natureza era protegida dos “interesses utilitários” e preservada na sua “exuberância”, a “suntuosa moldura que oferece o nosso morro” devia ser conservada.⁶³ Portanto, para esta corrente de opinião, a manutenção daquela “jóia da natureza”, devidamente remodelada com a edificação de vilas e jardins suspensos, era sinônimo de modernidade.

“O homem só teve plena consciência de seu poder quando começou a medir-se com a natureza, reformando-a. Extirpar uma montanha, como o cirurgião que extirpa um quisto (...) Aculpa foi da montanha que se erguia no caminho da civilização...”⁶⁴

Em oposição ao discurso que demandava a preservação dos elementos naturais, estavam aqueles que consideravam como condição *sine qua non* para o ingresso do país no século XX a submissão da natureza à ordem da cultura. Desamparadas dos benefícios da arte, do saber, e principalmente, do trabalho, as riquezas e belezas naturais seriam valores precários para o homem moderno.

No caso específico da reforma urbana operada no Rio de Janeiro para as comemorações do Centenário de 1922 é constantemente reafirmada a observação do bispo Azeredo Coutinho sobre a cidade: “a Natureza lhe tem dado tudo; a Arte é o que lhe falta”.⁶⁵ E é essa “arte”, quer dizer, esse mundo construído como lugar da cultura, e não os efeitos arrançados pela mão da natureza, que deveria ser mostrada aos visitantes estrangeiros e às “províncias”.

Modelo a ser copiado pelas outras cidades brasileiras, submetido a uma forçosa comparação com os maiores centros urbanos do mundo, o Rio de Janeiro necessariamente precisava expandir *acify*, seu centro comercial e financeiro e símbolo maior de uma cidade marcada pela cultura. Por que não arrasar o Castelo e construir avenidas largas? Túneis deviam ser perfurados, arranha-céus levantados... Era preciso não se contentar apenas com o “glorioso cenário”; urgia “construir a cidade”,⁶⁶ nem que para tanto fosse necessário calar os “fanáticos” da natureza que, em nome de uma “falsa” estética, teimavam em afirmar que o arrasamento do Castelo era um atentado à beleza panorâmica da cidade.

Afinal, a capacidade de interferir na natureza seria a condição indispensável para o desejado ingresso do país na modernidade. A destruição desse “monstro” que a natureza colocara no coração da bela capital para “envergonhá-la”, e a construção, sobre seus escombros, de um “vale de luzes”, um “bazar de maravilhas”, como era considerada a Exposição Internacional, indicava a disposição da nação centenária de finalmente integrar-se naquilo que muitos entendiam como “civilização moderna”.

“Não me incluo, pois, no número de muita gente para quem a derrubada do Castelo constitui o maior atentado que se poderia fazer à tradição da cidade (...) Pode-se conciliar a tradição com o *salus populi* e a remodelação da nossa *urbs*. Não quebrem o padrão da fundação da cidade, não atirem na Sapucaia os ossos de Estácio de Sá, fica salva a Pátria”.⁶⁷

O decidido apoio do secretário geral do IHGB, José Vieira Fazenda, ao projeto de arrasamento do Castelo se, por um lado, causa surpresa, uma vez que cabia ao Instituto um importante papel na preservação da “história” da cidade, por outro, evidencia a dificuldade em conciliar os valores da modernidade com os da memória e da tradição.

Ao longo de sua história, toda cidade se enriquece de lugares aos quais pode ser atribuída uma função simbólica, por destinação e/ou

em virtude de algum acontecimento. Berço da cidade, referência constante no cotidiano da capital desde os tempos coloniais, o “velho” Castelo estava indissolivelmente ligado a uma tradição e a um passado, que estavam sendo forçosamente repensados num contexto de comemoração do Centenário da Independência nacional.

Visto como uma “cidade de transição entre a *urbs* colonial e a cidade babilônica do futuro”,⁶⁸ o Rio de Janeiro, principal cenário das festas do 7 de setembro, precisava se livrar das “horríveis manchas que ainda lhe ficaram da deprimente máscara antiga”.⁶⁹ “Histórico depósito do cisco colonial”, testemunha muda de um passado que fizera de nós “escravos” por mais de três séculos, o morro do Castelo, “de simples montão de casebres e ruínas com histórias de tesouros nele enterrados”, tornou-se o símbolo mais tangível do nosso atraso frente às modernas nações estrangeiras que nos visitariam.⁷⁰

Vozes dissonantes desse coro antitradição, como o *Jornal do Brasil*, denunciavam indignadas

“essa indiferença do carioca que é sempre ingrato (...) para as tradições, para as nossas coisas (...) essa apatia frente ao esbulho de uma grande parte do seu tesouro”,⁷¹

que significavam, na verdade, falta de patriotismo. Afinal, o Castelo era o repositório vivo da memória da nação, célula-mater da sua futura capital, e destruí-lo em plena comemoração do centenário era um verdadeiro “sacrilégio”. O importante papel exercido pela memória na constituição de uma identidade individual/coletiva é muito bem destacado numa crônica de Lima Barreto, de 1911, a propósito da derrubada do Convento da Ajuda:

“Com as minhas idéias particulares posso passar sem o passado e sem a tradição; mas, os outros, aqueles que, diariamente, contam nos jornais histórias do açougue dos jesuítas (...) como é que deixam desaparecer (...) aquele velho monumento? (...) Quando (...) eu me faço cidadão da minha cidade, não posso deixar de querer de pé os atestados de sua vida anterior, as suas igrejas feias e os seus conventos hediondos”.⁷²

De maneira muito sensível, Lima Barreto percebe que a identidade de uma nação pode ser definida pelos seus monumentos, conjunto de bens culturais associados ao passado, e aos quais se atribui a propriedade de, ao evocar esse passado, estabelecer uma ligação com o presente e o futuro. Ou seja, eles garantem ao “cidadão” a continuidade da nação

no futuro. Relacionados a idéias e valores, esses monumentos assumem o poder de evocar visualmente tais idéias e valores.

Longe de advogarem uma destruição pura e simples do passado, os ditos antitradicionalistas lutavam, sim, pela invenção de uma outra tradição que evocasse idéias e valores afinados com a modernidade pretendida. Alertavam que era preciso não confundir tradição com “velharia”, mesmo porque nunca teria existido um culto à memória de Estácio de Sá. Sempre era bom lembrar que a fundação do Rio de Janeiro fora feita em benefício de Portugal e não no intuito de “antecipar a civilização de um povo (...) e nossa verdadeira tradição começa no dia em que o último soldado da Metrópole foi expulso do Brasil”.⁷³

Buscava-se destruir assim a aura do Castelo como “lugar de memória” da nação, onde “Mem de Sá espiou os inimigos da unidade brasileira e concertou o plano de salvação dessa unidade...”⁷⁴ Era inconcebível que justamente no ano da comemoração do centenário da libertação da “cruel” dominação portuguesa, ainda estivéssemos presos a esse passado que insistia em impedir a nossa marcha rumo ao futuro. Um monumento aos Sás na praça central da futura esplanada do Castelo ou ao pé do Pão de Açúcar marcaria corretamente a contribuição dessas figuras à história pátria.

Para os inimigos da tradição colonial, o Castelo não era essa “*butte sacrée*” cantada em verso e prosa, e sim, “um dos trechos mais sujos do *bas fond carioca*”.⁷⁵ O exemplo a seguir é o do barão Haussmann, que não hesitou em destruir a Paris medieval, certamente mais cheia de tradições que o “avelhantado” morro, em nome dos valores da modernidade e do progresso. É preciso pois deixar de lado a melancolia e fornecer matéria-prima para a tradição da posteridade, de modo que os nossos descendentes se orgulhem das obras por nós edificadas.

Ao lado de Estácio e Mem de Sá, distintas lembranças do tempo colonial, o panteão nacional deverá abrigar os nomes de Paulo de Frontin e Pereira Passos, demolidores das marcas desse “triste” passado que agora no Centenário, mais do que nunca, era preciso eliminar. Se este é um processo doloroso – “ver cair dilacerados pelo caminho farrapos do nosso passado (...) porções de nossa alma (...) tradições queridas e figuras familiares”⁷⁶ – é o preço a ser pago pela conquista do futuro. Um instante de saudade e estaríamos condenados, não à civilização, mas à barbárie.

Apesar de todos os esforços, só uma parte do Castelo foi demolida, abrindo espaço para a construção dos prédios da Exposição do Centenário, solenemente inaugurada a 7 de setembro de 1922.

A ANTE-SALA DO PARAÍSO

“É impossível negar que a Exposição é a visão maravilhosa da nossa
grandeza e dos nossos progressos (...)
Algumas revistas estrangeiras afirmam que a área da Exposição
é a ante-sala do Paraíso.”⁷⁷

EMBORA o século XX tenha presenciado várias exposições de caráter universal – a mais recente delas é a de Sevilla, em comemoração ao V Centenário da Descoberta da América – foi no século passado que as “exposições universais” viveram o seu apogeu, a partir da primeira Exposição Internacional da Indústria (1851), imortalizada no famoso Palácio de Cristal, símbolo de uma nova época.⁷⁸ A esta seguiram-se, entre outras, a famosa Exposição Internacional de Paris (1889 – I Centenário da Revolução Francesa) e a grandiosa Exposição Internacional de Chicago (1893 – IV Centenário da Descoberta da América).

A participação brasileira nessas “vitrines do progresso” se iniciou de maneira muito discreta na Exposição Internacional de Londres (1862). Antes disso, em 1861, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional havia organizado uma Exposição Nacional no prédio da Escola Politécnica, no Largo de São Francisco. De maior porte foi a Exposição Nacional de 1908, em celebração ao I Centenário da Abertura dos Portos brasileiros ao comércio internacional. Tendo por objetivo a preparação da participação brasileira na Exposição Internacional de Bruxelas (1910), o evento de 1908 visava igualmente apresentar a nova capital saneada e urbanizada a partir das grandes reformas do prefeito Pereira Passos.

A perspectiva de comemorar o Centenário da Independência em 1922 detonou, como já vimos, um amplo movimento de “vigilância comemorativa”, envolvendo um expressivo conjunto de iniciativas que buscavam dar à “data magna” da nação o “esplendor que deve ter”. A realização de uma “exposição universal” se destacou como um dos eventos considerados indispensáveis para “dar testemunho do nosso grau de adiantamento e civilização nesses cem anos de vida política autônoma.”⁷⁹

Em junho de 1920, foi enviada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, por Ralph de Cobham, representante de um grupo de “capitalistas estrangeiros” no Brasil, a sugestão da realiza-

ção de uma “exposição internacional de comércio e indústria” para a comemoração do Centenário da Independência.⁸⁰ Coube ao deputado Paulo de Frontin, um mês depois, propor ao Congresso Nacional a emissão de cem mil contos, para que se “faça no Rio de Janeiro uma exposição de produtos nacionais da agricultura e das indústrias”. Afinal, lembrava Frontin, “o Brasil, nessa parte do continente, era o maior país, pelo seu território e população. Não era possível que se descuidasse dessa predominância (...)”.⁸¹

Em meio a um clima de intenso debate no Congresso Nacional e na imprensa acerca dos recursos a serem investidos em tão “grandiosa empreitada”, foi determinada, pelo Decreto nº 4.175, de 11 de novembro de 1920, “a realização de uma Exposição Nacional na Capital da República” dentro do programa de comemorações do Centenário da Independência. A regulamentação oficial das atividades comemorativas só veio a se dar quase um ano depois, pelo Decreto nº 15.066, de 24 de outubro de 1921, que previa, além da Exposição, a inauguração do Panteão dos Andradas, em Santos, do novo Palácio do Conselho Municipal e do edifício completo da Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, a realização de congressos sobre direito, educação e história, e a publicação do *Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil* e do *Arquivo diplomático da Independência*.

Coube ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, então chefiado pelo engenheiro Pires do Rio, a organização da exposição, que deveria “compreender as principais modalidades do trabalho no Brasil, atinentes à lavoura, à pecuária, à pesca, à indústria extrativa e fabril, ao transporte marítimo, fluvial, terrestre e aéreo, aos serviços de comunicação telegráficos e postais, ao comércio, às ciências e às belas artes”.⁸² Era prevista ainda a concessão de uma área contígua à Exposição Nacional para que governos ou industriais estrangeiros pudessem construir, por conta própria, pavilhões destinados à exibição de produtos originários de seus países. A Exposição deveria se prolongar de 7 de setembro de 1922 até 31 de março de 1923, podendo, no entanto, ter sua duração prorrogada, como efetivamente aconteceu, até 24 de julho.

Para cumprir o objetivo de “ser a expressão da vida econômica e social do Brasil em 1922”, a Exposição Nacional se comporia de 25 seções representativas das principais atividades do país: educação e ensino; instrumentos e processos gerais das letras, das ciências e das artes; material e processos gerais da mecânica; eletricidade; engenharia civil e meios de transporte; agricultura; horticultura e arboricultura; florestas e colheitas; indústria alimentar; indústrias extrativas de origem mineral e metalurgia; decoração e mobiliário dos edifícios públicos e das habitações; fios, tecidos e vestuários; indústria química; indústrias diversas; economia social; higiene e assistência; ensino

prático, instituições econômicas e trabalho manual da mulher; comércio; economia geral; estatística; forças de terra e esportes. A seleção dos expositores seria feita por comissões julgadoras encarregadas de dar parecer sobre a escolha conveniente dos produtos expostos e avaliar a qualidade e a quantidade dos que deveriam ser admitidos na Exposição. Estavam ainda previstas atividades paralelas, como a exibição de filmes sobre assuntos que se relacionassem com a produção nacional e as riquezas naturais do país, e a realização de conferências sobre temas econômicos.

Festivamente inaugurada na “data magna”, a Exposição compõe-se de uma seção nacional, localizada na Misericórdia, entre o antigo Arsenal de Guerra e o novo mercado, estendendo-se em parte da área conquistada ao mar com o desmonte do Castelo. Neste local, concentravam-se os pavilhões do Comércio, Higiene e Festas, das Pequenas Indústrias, da Viação e Agricultura, da Caça e Pesca, da Administração, de Estatística, e os palácios das Indústrias e dos Estados, além de um “grandioso” parque de diversões. Pavilhões de municípios como o Distrito Federal e Campinas, e de empresas nacionais e estrangeiras como a Brahma e a General Eletric, aí também foram montados.

Na Avenida das Nações, que se estendia do antigo Arsenal até o Palácio Monroe (onde funcionava o *bureau* de informações), alinharam-se os palácios de honra das representações estrangeiras – Argentina, México, Inglaterra, Estados Unidos, França, Itália, Portugal, Dinamarca, Suécia, Tchecoslováquia, Bélgica, Noruega e Japão – sendo que alguns desses países ainda construíram “mostradores” para a exposição de seus produtos industriais na Praça Mauá (Bélgica, Portugal, Estados Unidos, França, Itália e Tchecoslováquia).

A descrição da inauguração da Exposição, em tom emocionado, é um pouco longa, mas vale a pena ser citada:

“Penetrar o recinto da grande feira universal no dia em que a franqueamos ao público era recapitular a história da civilização no Brasil! Aberta sobre a Avenida Central, em frente ao Monroe, a porta monumental, concluída durante a noite, espiava ainda a cidade e o mar com a surpresa dos gigantes recém-nascidos.

(...) A meia noite de 6 para 7 de setembro foi o deslumbramento, a apoteose inicial das nossas festas comemorativas. A essa hora, a multidão apinhava-se, comprimia-se, ofegante, em todos os pontos do litoral da baía.

(...) a cidade inteira freme, agita-se, palpita, na emoção surpreendente daquela hora. Automóveis buzina. Máquinas apitam. Foguetes ferem o ar. Nos cinemas, nos teatros, nas casas particulares, estruge o hino nacional.

A multidão levanta-se eletrizada. E parte de todas as bocas um brado de entusiasmo e de orgulho, pelo passado, pelo presente e pelo futuro do Brasil!

(...) Aberto ao povo, o recinto da Exposição era ainda um campo em que se trabalhava (...) O que já estava concluído era um documento material do nosso gênio (...) Aqui é o palácio dos Estados, com a sua cúpula monumental, faiscante como uma jóia. Adiante, é o das Festas, vasto, suntuoso como um templo pagão. Ali, é o das Grandes Indústrias, cuja torre aponta o céu, num gesto de súplica ou de ameaça. Debruçado nos ares, austero no seu aspecto, harmonioso nas suas linhas, o pavilhão da Estatística, simboliza a ciência da certeza.

(...) Franqueado o recinto, precipitaram-se mais de 200 mil visitantes. As avenidas internas, inundadas de luz, haviam-se transformado em rios humanos, por onde a multidão tumultuava.”⁸³

A documentação sobre a Exposição é abundante, e especialmente representada pelas publicações oficiais destinadas à divulgação do evento.⁸⁴ O expressivo acervo iconográfico permite-nos não apenas observar o aspecto estético, representado pelos variados estilos arquitetônicos dos pavilhões e palácios – da sobriedade das linhas do pavilhão neoclássico da Inglaterra ao pesado estilo “babilônico” do palácio das Festas –, como também avaliar a “qualidade” dos produtos expostos – dos “saborosos” vinhos e azeites de Portugal às “sofisticadas” máquinas da Bélgica e da Suécia, passando pelas rendas do Ceará ou as madeiras do Pará.

Embora reconhecendo que o tema da Exposição de 1922 é bastante amplo e abre possibilidade de diferentes abordagens,⁸⁵ ressaltamos que nosso interesse aqui é perceber como a mostra nacional da Exposição buscou firmar uma determinada imagem de modernidade para o país. Os pavilhões nacionais deveriam ser

“a representação do Brasil na plenitude de suas características. Todas as virtudes que como povo possuímos lá estão em soberbos testemunhos. Todos os defeitos que temos lá estão patentes (...) Do que somos, *do que podemos ser*, a Exposição é a síntese mais completa.”⁸⁶

A realização da primeira exposição universal no Brasil – conquanto o evento já estivesse um pouco fora de moda na Europa e nos EUA – abria a perspectiva “do mundo nos ver de perto”, de expor o país à

comunidade internacional num momento-chave de rearticulação da economia e da política em escala mundial. Convinha lembrar que a Exposição de 1922 não era apenas uma exposição internacional em honra ao centenário do Brasil, mas sim a primeira a ser realizada após a “maldita” guerra. Tratava-se, pois, de assegurar a “presunção legítima de documentar a nossa perfeita integração ao progresso geral das nações”,⁸⁷ ou seja, era preciso que os visitantes estrangeiros nos encontrassem “com a máscara do século estampada no rosto”.⁸⁸

Um “passeio” atento pelos corredores dos pavilhões nacionais revela-nos, por um lado, a reiterada ênfase da mostra sobre os produtos “genuínos”, e mesmo “exóticos”, da natureza brasileira. Como foi destacado no balanço final do “grande certamen”, “a inexcusável riqueza com que a natureza nos presenteou (...) apareceu, esplêndida e suntuosa, nos mostruários dos palácios nacionais...”⁸⁹ Por outro lado, no entanto, o que devia ser ressaltado, e efetivamente o foi, era a possibilidade de exploração desses recursos naturais. Valia mais o ferro do que o ouro; valia mais a energia elétrica do que as cataratas. Como destacava o editorialista da revista oficial da Exposição,

“o atestado maior da nossa capacidade de produção não está na Exposição (...) O que os mostruários estão exibindo é apenas o potencial das nossas riquezas (...) Afinal, a implantação definitiva da indústria de ferro entre nós é apenas questão de dias...”⁹⁰

A questão da exploração do minério de ferro e da instalação de usinas siderúrgicas no Brasil estava na ordem do dia. Isto se dava não apenas pela percepção do papel decisivo que tal indústria teve na Primeira Guerra, sustentando o esforço de guerra dos países vencedores, como também pela recente assinatura do contrato com a Itabira Iron (1920), autorizada a exportar minério e a construir a nova ferrovia Vitória a Minas, bem como um porto de minério e uma usina siderúrgica.

Ao lado do ferro e do aço, a energia elétrica se afigurava como um outro elemento-chave do progresso econômico. Daí, em parte, o excessivo destaque dado à “feérica” iluminação que transformou o Rio de Janeiro numa outra “cidade-luz”:

“Aos que se afastam do centro urbano para o porto e, distanciando-se no mar, dominam com os olhos a cidade anoitecendo (...) é realmente incomparável o espetáculo (...) Do Mercado ao Monroe, do Pharoux à Lapa, toda a

área da Exposição chameja e faísca, e parece emergir das águas empenumbradas como a verdadeira 'Cidade Anadyomenica' (...) Não é possível imaginar mais lindos efeitos de luz".⁹¹

Embora esse moderníssimo serviço de iluminação – “não será visto um só poste de luz no recinto da Exposição”⁹² – estivesse a cargo da empresa norte-americana General Eletric, eram sempre enfatizadas não só a “proficiência técnica da engenharia nacional”, bem como a “capacidade produtiva da indústria nacional”, as quais se estenderiam muito além do que os mostruários expunham.

Dessa maneira, se, por um lado, reforçava-se a tese das “inesgotáveis” riquezas naturais do país, tradicional fonte de atração para os investimentos estrangeiros, por outro, buscava-se garantir a viabilidade da inserção do país no quadro da nova economia mundial do pós-guerra. Como destacava Herbert Moses, na Exposição

“não se tem apenas um mostruário dos tesouros em que a nossa terra fecunda se desentranha, nem virá o estrangeiro (...) examinar sementes e minerais, sem olhar que o Brasil é um país de grandes cursos...”⁹³

Mais do que os produtos expostos nas vitrines e nos mostruários, os olhos dos *touristes* estrangeiros deveriam “ver” a potencialidade do nosso progresso, cuidadosamente expressa em tabelas e gráficos que apontavam uma “inequívoca” tendência de crescimento dos “setores modernos” da economia, baseados no ferro e na eletricidade.

Mas não era apenas a imagem de um Brasil “promissor” que se queria construir, e nem somente o “público externo” que se visava atingir. Como era bastante frisado pela revista da Comissão Organizadora, a Exposição do Centenário era uma “aula de civismo”, preenchendo “objetivos patrióticos”, afastando “o pessimismo mórbido dos maus brasileiros” e promovendo “a harmonia nos gestos e a paz no coração.” É impossível desconhecer que a comemoração do centenário da independência, e, em especial, a inauguração da Exposição, deu-se em meio a uma grave crise política, detonada a partir da não aceitação da vitória, nas eleições de março de 1922, de Artur Bernardes, candidato oficial, contra Nilo Peçanha, da Reação Republicana. O clima de agitação que marcou todo o primeiro semestre – a possibilidade de um “motim” foi prevista com antecedência pela revista *Careta*⁹⁴ – culminou com a revolta do Forte de Copacabana, batismo de fogo do tenentismo, em 5 de julho. Imediatamente o estado de sítio

foi decretado, jornais de oposição foram fechados, jornalistas presos e deputados ameaçados de processo.

Na medida em que a Exposição era a representação da “nossa” grandeza, podia e devia exercer um importante papel na diluição dos conflitos internos. A sempre crítica *Careta* alertava que

“devíamos abraçar-nos como irmãos, cantando em coro o hino glorioso da Pátria para celebrar o centenário da independência (...) jurando resolvermos pacificamente todas as nossas questões internas.”⁹⁶

E até mesmo os que haviam sido expulsos do Castelo, em virtude do arrasamento do morro, dever-se-iam sentir recompensados “pelos prazeres que desfrutavam naquele bazar de deuses, pensando que a beleza do Palácio dos Estados compensava a beleza tradicional do Castelo”.⁹⁶ Nos olhos e nas mentes dos visitantes deveria, pois, ficar gravada a imagem de uma nação coesa e unida, não apenas pela integração de suas diversas regiões, mas também pelo “clima de harmonia e paz” que reinava entre os seus habitantes. A nação era uma só e estava exposta nas vitrines e nos mostruários da Exposição do Centenário. Combater a Exposição era negar a nação.

A questão da frequência de visitantes aos pavilhões transformou-se assim numa espécie de verdadeira prova dos nove do sucesso da Exposição. Por um lado, a admissão do baixo nível de frequentadores levava à busca de explicações para tal fato. Afinal, de quem seria a “culpa”: do calor excessivo? dos transportes caros? da propaganda insuficiente? Ou, pior que tudo, seria falta de patriotismo dos brasileiros, que preferiam o pavilhão japonês ou o parque de diversões ao “majestoso Palácio dos Estados, expressão da nossa nacionalidade”?⁹⁷

Por outro lado, era negado o pequeno número de visitantes, destacando-se a frequência de 175 mil pessoas no “fraco” mês de fevereiro, com piques de até 14 mil pessoas num só dia, numa clara evidência de que “o nosso povo não deve ser avesso ao reconhecimento das nossas atividades econômicas”.⁹⁸ De qualquer modo, era impossível desconhecer que, com seus pavilhões e palácios profusamente iluminados, a Exposição oferecia aos seus visitantes mais do que um retrato da nação presente; o que estava em evidência eram os sonhos e as aspirações da nação moderna que se queria ser.

Nem mesmo uma “casa-memória” deveria faltar neste espaço, síntese e expressão da moderna nacionalidade. Já que um dos monumentos “vivos” dessa memória fora destruído, levantando a suspeita de que éramos um povo pouco apegado à própria história, tornava-se indispensável estabelecer um museu histórico nacional.

Criado pelo Decreto n. 15.596, de 02/08/1922, o Museu Histórico Nacional instalou-se no prédio reformado do antigo Arsenal, até há pouco ocupado pelo Palácio das Indústrias. Sob o lema do líder católico Gustavo Barroso, seu criador e diretor por mais de 30 anos – “não pode haver pátria sem tradição” – o museu nascia com a aspiração de ser “a casa do Brasil”, seu “lugar de memória” por excelência.⁹⁹

Projeção do imaginário social no espaço,¹⁰⁰ a reforma urbana carioca do início dos anos 20, em nome de *uma* modernidade, interferiu na natureza, destruiu uma área de ocupação antiga ligada a sólidas tradições de *um* passado, e transformou tudo isso num espaço que visava ser a expressão visual de valores e ideais, garantidores do acesso da nação centenária ao século XX. Embora não tivessem alcançado a mesma notoriedade e perenidade da Ringstrasse de Viena ou da Nevski de São Petersburgo, símbolos de uma época, a avenida das Nações e seus pavilhões de luzes compartilharam da mesma aspiração de se tornarem fagulhas da intensa flama que é a modernidade.

Capital da República, seu principal centro político, financeiro e cultural, remodelado segundo os padrões cosmopolitas da *belle époque*, o Rio de Janeiro preparou-se para manter sua posição de “sol”, guia e modelo a ser copiado pelas “províncias”. No entanto, um dos movimentos que resultou da busca de um Brasil moderno no raiar dos anos 20 foi o da desqualificação do Rio como cabeça da nação, e sua substituição por São Paulo como *locus* da produção de uma nova identidade nacional. Associado à República corrupta e falida, “cópia” da *belle époque* ultrapassada e decadente, expressão maior do nefasto “litoralismo político”, o Distrito Federal seria a síntese dos males nacionais, “estupidez letrada de semi-colônia”, na incisiva avaliação de Oswald de Andrade.¹⁰¹ Resultado de uma perfeita simbiose das qualidades da vida rural com as do progresso urbano, solução perfeita para conjugar a vitória “inexorável” do industrialismo com os valores profundos e “autênticos” da nação, São Paulo seria o coração do Brasil brasileiro e moderno. Desse modo, se São Paulo era a nação, o Rio seria a antinção.

Notas

1 – Esta pergunta era feita no artigo: E por que não um Palácio de Exposições?, *Revista da Semana*, XX(27), 09/08/1919.

2 – Melhoramentos necessários, *Correio da Manhã*, 24/04/1920.

3 – Carlos Sampaio, *Memória histórica – obras da prefeitura do Rio de Janeiro (08/06/1920 a 15/11/1922)*, p.175.

4 – Ver Pascal Ory, *Le centenaire de la Révolution Française*, em Pierre Nora (org.), *Les lieux de mémoire*, vol.I, La République.

5 – Jules Michelet, citado por Raoul Girardet, *Mitos e mitologias políticas*, p.157.

6 – Angel Rama, *A cidade das letras*.

7 – Ver Manoel Luiz Salgado Guimarães, Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional, *Estudos Históricos*, 1(1988), p.5-27; José Neves Bittencourt, Espelho da “nossa” história: imaginário, pintura histórica e reprodução no século XIX brasileiro, *Tempo Brasileiro*, 87(1986), p.58-78; Ilmar Rohloff de Mattos, *O tempo Saquarema*, cap.III-1.

8 – Sobre as reformas Passos há uma extensa bibliografia, com destaque para Jaime L. Benchimol, *Pereira Passos: um Haussmann tropical*; Osvaldo Porto Rocha e Lia de Aquino Carvalho, *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920*; *Contribuição ao estudo das habitações populares: cidade do Rio de Janeiro, 1886-1906*; Nicolau Sevcenko, *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*; Sergio Pechman e Lilian Fritsch, A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal, *Revista Brasileira de História*, 5(1984-1985), p.139-195.

9 – Cf. José Murilo de Carvalho, *Os bestializados – o Rio de Janeiro e a República que não foi*, p.40.

10 – Ver Marly Silva da Motta, *A questão urbana e renovação da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX: uma análise da bibliografia recente*.

11 – Voltarão ou não?, *Revista da Semana*, XX(8), 29/03/1919.

12 – *Revista da Semana*, XX(16), 24/05/1919.

13 – *Careta*, XIII(648), 20/11/1920; XIII(649), 27/11/1920; XIII(652), 18/12/1920; XIV(657), 22/01/1921.

14 – Melhoramentos necessários, op.cit.

15 – O Rio de Janeiro no Centenário, *Revista da Semana*, XXI(15), 22/05/1920.

16 – Números do programa, *Careta*, XIV(663), 05/03/1921.

17 – Avenida da Independência, *Jornal do Brasil*, 18/08/1920.

18 – Epitácio Pessoa, Discurso na inauguração da Exposição Internacional de 1922 (08/09/1922), em *Livro de Ouro comemorativo do Centenário da Independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro*, p.363.

19 – Ver Berenice de O. Cavalcanti, Beleza, limpeza, ordem e progresso: a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro, final do século XIX, *Revista do Rio de Janeiro*, 1(1985), p.95-113; Lilian de Amorim Fritsch, Palavras ao vento: a urbanização do Rio imperial, *Revista do Rio de Janeiro*, 1(1986), p.75-86.

20 – Citado em A medicina e a higiene há cem anos, em *Livro de Ouro comemorativo do Centenário da Independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro*, p.290.

21 – Ver Margarida de Souza Neves, *As vitrines do progresso*, p.68-69.

22 – Carlos Sampaio, op.cit., p.115.

23 – A caminho do Centenário, *Correio da Manhã*, 03/05/1920.

24 – *Revista da Semana*, XXI(15), 22/05/1920.

25 – Ver Winston Fritsch, Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930, em Marcelo de Paiva Abreu (org.), *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana – 1889/1930*, p.46-50.

26 – Carlos Sampaio, Situação financeira e a situação municipal, em *Memória histórica*, op.cit.

27 – A capital do Brasil, *Revista da Semana*, XXI(26), 07/08/1920.

28 – O Rio de Janeiro no Centenário, op.cit, e *Revista da Semana*, XXI(25), 31/07/1920.

29 – Marshall Berman, *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*, cap.IV, e Carl E. Schorske, *Viena fin-de-siècle: política e cultura*.

30 – Essa interpretação sobre o arrasamento do Castelo está em Maurício de A. Abreu, *Evolução urbana do Rio de Janeiro*, p.76-78.

31 – O pavilhão da Inglaterra, *Careta*, XV(709), 21/01/1922.

32 – Os fabulosos tesouros do morro do Castelo, *Eu sei tudo*, 2(21), fev.1919. Ver também O morro do Castelo e os jesuítas, *Revista do IHGB*, 89(143), 1921, p.160-173; Luiz Edmundo da Costa, *O Rio de Janeiro do meu tempo*, 1ª vol., p.199, e Machado de Assis, *Esau e Jacó*.

33 – José Joaquim da C. Azeredo Coutinho, citado por Carlos Sampaio, op.cit., p.10.

34 – Id.ibid., p.14.

35 – Águas do Monte, *Revista do IHGB*, 88(142), 1921, p.31-43.

36 – À procura dos tesouros, *Jornal do Brasil*, 21/08/1920.

37 – Atas das sessões do IHGB de 1905, *Revista do IHGB*, 95(149), ago.1912, p.382-85.

38 – *Careta*, XIII(637), 04/09/1920.

39 – *Correio da Manhã*, 09/08/1920.

40 – Os doze trabalhos do Hércules da Prefeitura: o arrasamento do morro do Castelo, *Revista da Semana*, XX(4), 01/03/1919.

41 – *Careta*, XIII(646), 06/11/1920.

42 – Discurso de posse do prefeito Carlos Sampaio, *Correio da Manhã*, 09/06/1920.

43 – A caminho do Centenário, op.cit.

44 – Ver, entre outros, Mônica Pimenta Velloso, *As tradições populares na Belle Époque carioca*; Nicolau Sevcenko, *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*; Renato Ortiz, *Cultura brasileira e identidade nacional*.

45 – *Revista da Semana*, XXI(25), 31/07/1920.

- 46 – A 20 metros da Avenida Rio Branco! Civilização versus Barbaria, *Revista da Semana*, XVII(42), 21/12/1916.
- 47 – Assuéro Fernandes, Escombros, *Careta*, XV(729), 10/06/1922.
- 48 – E. Felix, Páginas esquecidas: o berço da cidade, *Eu sei tudo*, II(20), jan.1919.
- 49 – Sobre a espacialização da cidade do Rio de Janeiro, ver Maurício A. Abreu, Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução, *Revista do Rio de Janeiro*, 1(1986), p.47-58.
- 50 – Ver Mauricio A. Abreu, *A evolução urbana do Rio de Janeiro*; Luiz Cezar Q. Ribeiro, Formação do capital imobiliário e a produção do espaço construído no Rio de Janeiro: 1870-1930, *Espaço e Debates*, V(15), mai./ago. 1985, p.5-32.
- 51 – Ver Carlos Sampaio, *O arrazamento do morro do Castelo e Memória histórica*, op.cit.
- 52 – Cf. Elizabeth Lira Oliveira, *Política de urbanização da cidade do Rio de Janeiro: 1926-1930*.
- 53 – *Jornal do Brasil*, 19/07/1920.
- 54 – *Correio da Manhã*, 09/08/1920.
- 55 – Cf. Edgard Carone, *A República Velha – I (instituições e classes sociais, 1889/1930)*, p.183-184.
- 56 – Lima Barreto, Megalomania, *Careta*, XIII(636), 28/08/1920.
- 57 – A carestia da moradia, *Jornal do Brasil*, 09/09/1920.
- 58 – Águas do Monte, op.cit.
- 59 – *Careta*, XV(736), 29/07/1922, e A 20 metros da Avenida Rio Branco! Civilização versus Barbaria, op.cit.
- 60 – O Morro do Castelo, *Jornal do Brasil*, 09/09/1920, e O Morro do Castelo: o plano inclinado por onde resvala o Conselho Municipal, *Jornal do Brasil*, 07/09/1920.
- 61 – Carlos Sampaio, *O arrazamento do morro do Castelo*, p.5.
- 62 – O sacrilégio, *Jornal do Brasil*, 15/09/1920.
- 63 – A destruição das nossas lindas praias, *Jornal do Brasil* 20/09/1920.
- 64 – Os doze trabalhos do Hércules da Prefeitura, op.cit.
- 65 – José Joaquim da C. Azeredo Coutinho, citado por Carlos Sampaio, *Memória histórica*, op.cit., p.20.
- 66 – Impressões do sr. Crowley sobre o Rio de Janeiro, *Revista da Semana*, XXI(13), 08/05/1920.
- 67 – José Vieira Fazenda, O Castelo, *Revista do IHGB*, 95(149), ago.1912, p.486-495.
- 68 – A capital do Brasil, op.cit.
- 69 – Pelo molde da civilização, *Careta*, XIII(632), 31/07/1920.
- 70 – O novo símbolo, *Careta*, XIII(648), 20/11/1920.
- 71 – Entrevista com o morro do Castelo, *Jornal do Brasil*, 31/08/1920.
- 72 – Lima Barreto, O convento, em *Bagatelas*, p.84.
- 73 – *Correio da Manhã*, 09/08/1920.

74 – O morro do Castelo e a tradição, *Revista da Semana*, XXI(31), 11/09/1920.

75 – Manuel Bastos Tigre, Tradições..., *Correio da Manhã*, 30/09/1920.

76 – José Antônio Nogueira, O ideal brasileiro desenvolvido na República, em Vicente Licínio Cardoso (org.), *À margem da história da República*, p.104.

77 – Civitas luminis, *A Exposição de 1922*, 16, 1923.

78 – Ver Walter Benjamin, Paris, capital do século XIX, *Espaço e Debates*, 4(1984), p.5-13.

79 – As festas do Centenário, *Jornal do Brasil*, 16/7/1920.

80 – Os projetos do Centenário, *Correio da Manhã*, 5/6/1920.

81 – *Correio da Manhã*, 16/7/1920.

82 – Programa para a comemoração do 1º Centenário da Independência Política do Brasil, *A Exposição de 1922*, 1, jul.1922.

83 – Sete de Setembro, *A Exposição de 1922*, 5, set.1922.

84 – Destacaria, além da revista *A Exposição de 1922* e do *Livro de Ouro*, o *Guia Oficial da Exposição Internacional do Centenário*, espécie de catálogo vendido aos visitantes da Exposição, e o álbum *A Exposição de 1922*, com 48 fotos de Augusto Malta.

85 – Ver Margarida de Sousa Neves, op.cit.

86 – *A Exposição de 1922*, 14-15, mar.1923 (grifo nosso).

87 – A. Pádua Resende, A Exposição Nacional de 1922, *A Exposição de 1922*, 1, jul.1922.

88 – A utilidade da máscara, *Careta*, XV (742), 9/9/1922.

89 – O encerramento do grande certamen, *A Exposição de 1922*, 17- 18, 1923.

90 – *A Exposição de 1922*, 14-15, mar.1923.

91 – Hermes Fontes, Bazar de maravilhas, *A Exposição de 1922*, 12- 13, 1923.

92 – A luz das fontes ocultas, *A Exposição de 1922*, 2, ago.1922.

93 – Herbert Moses, Na Avenida das Nações, *A Exposição de 1922*, 1, jul.1922.

94 – “(...) e fala-se em revolução (...) No entanto, a revolução não sairá, quando muito um motim... e nada mais!” A verdade sem paixão, *Careta*, XV (729), 10/6/1922.

95 – Dias de sol, *Careta*, XV (734), 15/7/1922.

96 – Hermes Fontes, Bazar de maravilhas, op.cit..

97 – Em defesa da Exposição, *A Exposição de 1922*, 14-15, mar.1923.

98 – Id. ibid.

99 – Ver Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu, *Sangue, nobreza e política no templo dos imortais: um estudo antropológico da Coleção Miguel Calmon no Museu Histórico Nacional*.

100 – “Toute ville est, entre autres, une projection des imaginaires sociaux sur l'espace. Son organisation spatiale accorde une place privilégiée (...) en exploitant la charge symbolique des formes (...) De même,

l'architecture traduit efficacement dans son langage à elle le prestige, en utilisant l'échelle monumentale, les matériaux 'nobles'. Bronislaw Baczko, *Les imaginaires sociaux: mémoires et espoirs collectifs*, p.36; Italo Calvino, *As cidades invisíveis*.

101 – Oswald de Andrade, citado por Alfredo Bosi, *As letras na Primeira República*, em Boris Fausto (org.), *O Brasil Republicano*, História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, vol.2, p.313.

1922: SÃO PAULO É A NAÇÃO

A DIFÍCIL HEGEMONIA

“São Paulo dá café
Minas dá leite
E a Vila Isabel dá samba.”
(Noel Rosa)

SÃO antigas e freqüentes as referências ao jeito boêmio e malandro do carioca em contraposição ao paulista disciplinado e trabalhador e ao mineiro moderado e austero.

No início dos anos 20, nacionalismo e regionalismo prenderam a atenção dos intelectuais envolvidos na busca de uma nova identidade nacional que conciliasse os valores da modernidade e da brasilidade. O tema regional foi retomado, nesse momento, como uma via de acesso ao nacional:

“Não havia regionalismo (no mau sentido). Propunha-se e praticava-se olhar para o Brasil, cantar Brasil, escrever Brasil (...) As iniciativas provincianas, até então olhadas do alto, principiaram a ser festejadas com um entusiasmo nunca visto...”¹

A questão regional, tal como era posta, recobria um sério debate: qual seria a região capaz de impor seu tom ao conjunto nacional? Que características a capacitariam a exercer o papel de matriz da nacionalidade? Determinados aspectos geográficos, certas tradições históricas e o “caráter” do seu povo eram, sem dúvida, os trunfos mais valorizados.

Amineiridade navegou nessas águas com razoável sucesso, projetando a imagem do mineiro como elemento conciliador, sensato,

responsável, discreto, indispensável em momentos de desarranjo social e institucional.

Estudos sobre a *mineiridade* chamam a atenção para o peso dos fatores geográficos na configuração do “caráter” mineiro. Ao caracterizar a *mineiridade* como uma ideologia cultivada pela elite política de Minas Gerais para garantir a unificação interna e a inserção no pacto oligárquico da Primeira República, Dulci mostra como nessa construção é enfatizada a formação montanhosa do estado. A montanha, fator de conservação e de fidelidade ao passado, de ponderação e de sobriedade, subjugando a imaginação à vontade, temperando os mineiros em uma vida isolada e difícil, corrigiria “o que o dinamismo cosmopolita carregava às nossas plagas”.² Contra o cosmopolitismo desenraizador e artificial do Distrito Federal, Minas seria a garantia segura de apego à brasilidade. A tendência à moderação e ao entendimento viria de sua centralidade geográfica – Minas era o centro do Brasil; o mineiro, homem do centro, nutria verdadeiro horror aos extremismos.

Tratando a mitologia da *mineiridade* como uma construção do imaginário forjada a partir do século XVIII, e calcada principalmente nas obras literárias, Arruda percebe que o ideário da Inconfidência é dos elementos mais significativos para a constituição desse imaginário. O discurso de Tancredo Neves, em janeiro de 1985, como presidente eleito pelo Colégio Eleitoral, é primoroso nesse sentido:

“(...) a história da Pátria, que se iluminou através dos séculos com o *martírio* da Inconfidência Mineira, e que registra com orgulho a força do *sentimento da unidade nacional*...”³

Se os elementos geográficos configuravam Minas Gerais como o lugar da austeridade, da tenacidade, da sobriedade e da discrição, a história havia predestinado a região a ser o nascedouro da liberdade e da democracia, conquistadas, sempre era bom lembrar, graças ao “martírio”, ao sofrimento e à luta do povo mineiro. A história do Brasil, na verdade, seria um desdobramento do movimento da Inconfidência, que conteria em si o germen do sentimento nacional; as origens da nação estariam em Minas Gerais, berço de Tiradentes. Calcada nos “indiscutíveis” fatos do passado e nos “imutáveis” aspectos da natureza, a *mineiridade*, quer como ideologia política, quer como mitologia, revelou-se eficaz ao projetar o mineiro como elemento indispensável no concerto político nacional.

Bomeny chama a atenção para o importante papel que a intelectualidade modernista mineira teve na construção da *mineiridade*.⁴

Decididos a vencer o isolamento provinciano e a falta de identidade de Belo Horizonte, intelectuais como Drummond e Capanema buscaram firmar uma determinada imagem com a qual pudessem marcar uma presença original no panorama da cultura nacional.

Modernistas de São Paulo – Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Menotti del Picchia, Guilherme de Almeida, Plínio Salgado, para citar os mais destacados – também participaram ativamente na configuração do regionalismo paulista.⁶ Um dos pilares desse regionalismo foi a legitimação da metrópole bandeirante como cabeça da nova nação que então se buscava construir, implicando a desqualificação do Rio de Janeiro para exercer este tradicional papel.

Conquanto ostentasse um sólido parque industrial, um empresariado ativo e um operariado atuante,⁶ embora fosse o aglomerado urbano mais populoso do país, com mais de 1.100.000 habitantes contra os cerca de 580.000 de sua rival, ainda que ocupasse o lugar de principal centro comercial, cultural e financeiro do país, a cidade do Rio de Janeiro foi identificada como responsável pelo atraso da nação centenária, síntese dos males da República falida e corrupta. Como tal, estaria fadada a perder o lugar de cabeça do país e de matriz da nacionalidade, incontestavelmente ocupado desde os primórdios do processo de construção da nação no século XIX.

O coração do Brasil brasileiro e moderno seria São Paulo. Metrópole “febril”, industrializada, habitada por todos os tipos de raças e de povos, nem por isso desapegara-se dos sólidos valores da brasilidade. Voltada para o interior, berço do bandeirante, a *urbe* paulista não apresentava o artificialismo característico das cidades litorâneas e, ao contrário, impregnara-se dos princípios “verdadeiros” do meio rural. Dessa maneira, São Paulo conseguiria encarnar a modernidade do pós-guerra na sua dupla face, a da tradição e a da vanguarda; nenhuma outra cidade sintetizaria melhor os valores da brasilidade e da modernidade. Em termos poéticos, Oswald de Andrade retratou bem essa feliz combinação: “Arranha-céus / Fordes / Viadutos / um cheiro de café / no silêncio emoldurado”.⁷ Era preciso, no momento em que a nação se preparava para entrar no seu segundo século de existência, voltar as costas para o Rio de Janeiro e os olhos para São Paulo, *locus* produtor do espírito nacional e comprometido com a modernidade século XX.

Pode-se argumentar que esta São Paulo só existia na imaginação. A intensidade com que Mário de Andrade, por exemplo, trata a cidade e seus personagens em *Paulicéia desvairada* (1921), parece se adaptar melhor ao contexto de desenvolvimento do capitalismo maduro. Senão vejamos: :

“Deus recortou a alma da Paulicéia num cor-de-cinza sem odor... Oh! para além vivem as primaveras eternas.

Mas os homens passam sonambulando. E rodando num bando nefário, vestidas de eletricidade e gasolina, as doenças jocotoam em redor...”⁸

Há um certo tom de expressionismo alemão, uma visão estética produzida para o contexto europeu, mas talvez inadequada à situação urbano-industrial de São Paulo.

No entanto, não estou preocupada em verificar o conteúdo de verdade das imagens simbólicas então construídas para as duas metrópoles brasileiras, pois com tal força elas se incorporaram à vida, que tornaram realidade o que de início parecia simples invenção. Por força da repetição, os lugares comuns se impuseram como evidências. Não é pelos cânones da verdade ou da mentira que se discute a validade dos símbolos como instrumentos de construção social da realidade e, sim, pela possibilidade de projetar interesses, elaborar visões de mundo e modelar condutas.⁹ O que vale é a aceitação, a eficácia em atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as esperanças e aspirações de um povo. O que conta é firmar em todos as imagens de São Paulo como “farol luminoso que indica ao Brasil inteiro o caminho a trilhar”¹⁰ e do Rio de Janeiro como “cidade contemplativa cercada de montanhas, olhando o mar”.¹¹ Aqui também os fatores históricos – o espírito empreendedor dos bandeirantes desbravadores –, e a localização interiorana da metrópole paulista – de costas para o litoralismo “contemplativo” e de frente para o Brasil “real” – tiveram peso decisivo na definição do “caráter” paulista.

Um Rio avesso à organização formal e institucional, ligado a manifestações espontâneas de revolta e alegria e marcado por estruturas burocrático-patrimonialistas, emerge da produção acadêmica interessada em entender o “caráter” da ex-capital federal. Tomando-se por base alguns desses trabalhos,¹² verifica-se uma certa convergência de visões sobre a cidade que era também o centro do poder político: a onipresença do Estado teria inviabilizado o florescer do *ethos* individualista do “homem econômico”, abrindo caminho para a malandragem característica do carioca. Longe da disciplina do mercado, a modernização do Distrito Federal não se teria pautado pela organização do mundo do trabalho, nem tido como referência a realidade do mundo da produção, em função da sua tradição escravista e predominantemente consumidora. São Paulo, ao contrário, formalmente organizado em associações de interesses econômicos e afinado com estruturas racionais-legais de modernização política, cidade de produtores, com predominância do econômico, maior liberdade de criação, teria se submetido à lógica do mercado.

Solidamente assentadas na memória coletiva e, até certo ponto, ratificadas pela produção acadêmica, as imagens de cidade-lazer x cidade-trabalho impuseram-se com força, apagando as marcas da construção historicamente datada desse imaginário e acentuando a sua naturalidade. Dessa maneira, é importante perceber como na década de 1920 foi montado um discurso de deslegitimação da capital federal como cabeça da nação, quais os principais símbolos acionados para tanto e como eles se encaixaram no processo de constituição do universo nacional nesse momento. As situações conflituosas estimulam a invenção de novas técnicas combativas no domínio do imaginário que visam, por um lado, formar uma imagem que desvalorize o adversário e invalide a sua legitimidade, e por outro exaltar, por intermédio de “magníficas” imagens, a causa que defendem. É característico do trabalho do imaginário social atuar através de séries de oposições – legitimar/invalidar, justificar/acusar – que não são isoladas, mas que se articulam umas às outras.

A atuação da geração intelectual das primeiras décadas do século XX foi decisiva, pois coube a ela criar os marcos simbólicos que até hoje povoam o imaginário sobre as duas maiores cidades brasileiras. Ao formularem idéias que se transformam em mentalidades, os intelectuais traduzem e produzem sentimentos que, se forem reconhecidos, incorporam-se à consciência nacional.

Alberto Torres considerava a capital federal uma cidade impregnada de fatores dissolventes, e denunciava como lesiva a “ação plutocrata desse grande centro comercial”, que também era o paraíso das indústrias “parasitárias”, sustentadas por “gordos subsídios” do Estado.¹³ Para os “modernizadores autoritários”, como Oliveira Viana, o litoralismo político, a importação de idéias e os sistemas políticos acriticamente copiados, o gigantismo burocrático corrupto e ineficiente, descreditavam a capital federal, espaço-síntese de todos os males que afligiam a nação centenária. Presença constante no discurso dos “jacobinos” na *Brasília* e na *Gil Blas*, era a referência ao Rio de Janeiro como centro de comércio controlado pela ganância dos portugueses e espaço marcado pelo espírito cosmopolita e despersonalizador.

A liderança do movimento de desqualificação do Rio de Janeiro coube sem dúvida aos paulistas, especialmente os modernistas. Velloso destaca o papel-chave que desempenhou o grupo “verde-amarelo” na elaboração de uma argumentação destinada a eleger São Paulo como matriz da nação, que ao mesmo tempo desqualificava o Rio de Janeiro para exercer tal papel.¹⁴ Valorizando o regionalismo, atribuindo ao espacial-geográfico a essência definidora da nacionalidade brasileira, defendendo o caráter ruralista da nossa “civilização”, intelectuais como Plínio Salgado e Cassiano Ricardo teriam identificado na capital federal a “antinação”.

A questão do regionalismo é central no modernismo. Na opinião de Velloso, haveria uma cisão no enfrentamento da relação nacional-regional: em oposição ao regionalismo “verde-amarelo”, que teria gerado os vigorosos ataques à cidade do Rio de Janeiro, Mário de Andrade defenderia a diluição das partes (o regional) em favor do todo (o nacional). O repúdio ao regionalismo teria sido convincentemente demonstrado por Mário numa resposta a Sérgio Milliet. Diz este: “(...) o nosso modernismo tem de ser diferente. E Guilherme é profundamente brasileiro. Digo mais: paulista (...)”¹⁵ A reação de Mário é vigorosa:

“Que historiada é essa de falar na sua crônica (...) que só se é brasileiro sendo paulista. Protesto! (...) o paulista é também aquela besta reverendíssima da Guerra dos Emboadas (...) o homem que abandonou toda uma região porque (...) ela não dava mais café”.¹⁶

Julgamos estar diante de uma das mais sérias contradições dos princípios modernistas, pois se rejeitavam o regionalismo “passadista” em nome de um nacionalismo “moderno e integrador”, percebemos que este deveria ser construído a partir da matriz paulista. Concordamos assim com a interpretação de Moraes para a carta-protesto de Mário, refutando o bairrismo de Milliet:

“Mário apresenta a mesma posição do criticado (...) Seus propósitos são nacionalistas, mas seu fundo revela os traços do arraigado paulistismo...”¹⁷

O caráter da rejeição ao Rio de Janeiro, evidente em Oswald de Andrade, Menotti del Picchia e Mário de Andrade, pode ser bem avaliado no balanço que este último fez, em 1942, do movimento modernista. Ao marcar a cidade de São Paulo como o berço do modernismo, porque era “espiritualmente muito mais moderna”, o autor da *Paulicéia desvairada* conclui que no Rio, “a grande camelote acadêmica”, “sorriso da sociedade”, “Corte imperialista”, seria impossível a eclosão desse movimento: o atraso cultural, o exotismo folclórico do samba, a falta de um “espírito aristocrático”, negariam à capital o espaço da modernidade já ocupado pela metrópole bandeirante.¹⁸

A descrença em relação ao Rio de Janeiro unia setores intelectuais heterogêneos, que encaminhavam suas críticas por caminhos diferentes, mas tinham em comum o diagnóstico da falência da capital federal como cartão postal da nação. Como muito bem observa

Oliveira, “o Rio de Janeiro passou a servisto como a cidade dionisiaca por excelência”.¹⁹ Naquele momento, parece que Dionísio não foi associado à salvação nacional, mas sim encarado como sinônimo de decadência. A “queda” do Rio abria espaço para firmar “um novo farol” a indicar o caminho a ser trilhado pelo país em busca de seu futuro, São Paulo, terra do trabalho, do espírito pragmático, da responsabilidade e da seriedade.

Na configuração do imaginário sobre as duas cidades opera-se freqüentemente com símbolos que só deitam raízes quando há terreno onde possam se firmar. O entendimento do imaginário se dá no âmbito das múltiplas relações na sociedade; são os sujeitos que, no desenrolar das suas ações, produzem, animam e reforçam as elaborações simbólicas. Ouseja, a criação de símbolos não é arbitrária, não se faz no vazio social. Afinal, o controle do imaginário — de sua difusão e reprodução — assegura um impacto sobre as condutas e as atividades individuais e coletivas, influenciando as escolhas em situações de resultados ainda imprevisíveis.

A busca de uma nova nação no início dos anos 20 abria espaço para a constituição de um projeto de hegemonia paulista no conjunto nacional. A visão exagerada e simplista da predominância dos interesses paulistas na formulação da política econômica, a ingênua percepção do caráter e da força da hegemonia política de São Paulo, que caracterizaram as interpretações tradicionais sobre a Primeira República, têm sido contestadas. Trabalhos recentes têm relativizado o papel e o peso de São Paulo na chamada “República Velha”.²⁰

A terceira década do século XX caracterizou-se por um esforço dos paulistas em ampliar seus espaços de representação e alargar suas áreas de influência, apresentando tal empreendimento como se fora uma urgência da salvação nacional. Com uma boa dose de radicalismo, mas que de certo modo refletia essa impaciência, Monteiro Lobato é explícito:

“Um dilema impõe-se: ou essa província assume decisiva preponderância no governo do país de modo a fazê-lo instrumento do seu progresso particular, isto é, conquistada a hegemonia política necessária à conservação da hegemonia econômica já adquirida, ou separa-se, usando do direito de secessão”.²¹

Não eram palavras ao vento. Vivia-se efetivamente um momento-chave de discussão de novos projetos nacionais, de redefinição de políticas econômicas, de contestação ao pacto político vigente, de busca de renovação do panorama cultural; era chegada a hora de se

fazer opção por caminhos que finalmente garantissem a redenção do país. Nesse contexto, era indispensável que São Paulo se apresentasse como a escolha “natural” para assumir a liderança econômica, política e intelectual desse processo.

Como diz o Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, de 1912,

“São Paulo está se aparelhando para ser um grande centro industrial, alguma coisa como Chicago e Manchester juntas (...) um foco pronto para projetar, talvez em breve, uma corrente energética em todas as esferas da sociedade”.²²

O texto evidencia que os contemporâneos percebiam as rápidas transformações operadas na capital bandeirante, eixo principal do rápido crescimento da indústria paulista e responsável por cerca de 50% da produção industrial do estado. As duas primeiras décadas do século XX marcaram o grande salto quantitativo dessa indústria, que conseguiu imprimir maior velocidade ao seu desenvolvimento do que a obtida pela sua vizinha e rival. Os dados do Censo de 1920 indicam a perda da supremacia industrial do Distrito Federal, até então o nosso mais importante centro fabril, para o *estado* de São Paulo.²³

O embate entre Rio de Janeiro e São Paulo invadiu outras esferas. A crise política detonada pela tensa campanha presidencial de 1921-1922 abalou o pacto oligárquico que então condicionava o país, com um político fluminense, Nilo Peçanha, articulando um “eixo alternativo de poder” – a Reação Republicana.²⁴ Com boa penetração na massa popular carioca, a candidatura Nilo Peçanha chegou a ameaçar o acerto paulista-mineiro, que ainda assim acabou levando Artur Bernardes ao Catete. No aceso da campanha, a associação entre um “candidato irresponsável” e uma “cidade frívola” foi feita em vários artigos do perrepista *Correio Paulistano*. No campo cultural, a Semana de Arte Moderna realizada na capital paulista, em fevereiro de 1922, trazia explicitamente a mensagem de abolir a “República Velha das Letras”, claramente identificada com o Rio *belle époque*.²⁵ Para os modernistas paulistas, a “nova” cultura brasileira precisava se fixar no solo sólido de uma cidade “moderna”, capital do estado mais desenvolvido da federação. Em suma, era preciso garantir para a “febricitante” São Paulo, o lugar de principal pólo industrial do país, de centro das decisões no concerto político nacional e de eixo da produção cultural brasileira e moderna.

A “inevitabilidade” da conquista da hegemonia industrial pela cidade de São Paulo, solidamente firmada na tradição historiográfi-

ca,²⁶ obscurece uma questão de grande interesse teórico e prático. Afinal, como explicar que um centro industrial poderoso e bem estabelecido tenha sido superado por outro próximo, e portanto, atuando praticamente na mesma área consumidora e abastecedora? Ou seja, o que levou a cidade São Paulo a assumir o papel de centro dinâmico da região mais rica do país, quando este lugar já estava ocupado pelo Distrito Federal?

Singer, em seu alentado trabalho sobre as cidades brasileiras,²⁷ aponta alguns fatores que se tornaram marcos explicativos dessa questão: a constituição de um mercado interno mais amplo para São Paulo, que tinha um *hinterland* mais dinâmico e uma população crescente; o desenvolvimento da agropecuária abastecedora de matérias-primas baratas; e a atuação do governo estadual paulista a partir de 1891, configurada na subvenção à imigração e na construção de estradas de ferro que, embora voltadas para o café, beneficiaram a industrialização.

Centrado na noção de “complexo cafeeiro”, Cano explica, a partir daí, não só as origens e o desenvolvimento da indústria paulista, como também o “retrocesso” industrial da economia carioca.²⁸ Assim, o ponto fundamental capaz de justificar, seja a expansão industrial (SP), seja a perda de dinamismo dessa atividade (DF), seria a relação café-indústria. O medíocre desempenho da cafeicultura fluminense, fora do modelo capitalista do “complexo cafeeiro”, teria freado a acumulação de capital e precipitado o “esvaziamento” econômico do Distrito Federal.²⁹

O final da década de 1970 registrou um *boom* na produção acadêmica sobre a história do Rio de Janeiro, tentando escapar das interpretações generalizantes a partir do modelo paulista, e buscando as especificidades da cidade do Rio de Janeiro como principal centro político, administrativo, comercial, financeiro e industrial do país. O trabalho de Eulália Lobo³⁰ deve ser lembrado como um esforço pioneiro nessa direção.

Revisões historiográficas sérias³¹ reverteram o quadro das tradicionais explicações para o declínio industrial carioca; comprovou-se, por exemplo, que esse declínio não teve uma relação reflexa e imediata com a agricultura fluminense, pois as principais indústrias têxteis cariocas constituíram-se a partir de investimentos oriundos do comércio de importação e do capital bancário.

Leopoldi vai mais além ao questionar a tese do “esvaziamento” industrial do Distrito Federal, destacando que a produção das indústrias cariocas continuou a crescer nas três primeiras décadas do século XX, embora num ritmo mais lento que o do parque industrial de São Paulo.³² E mais: é preciso lembrar ainda que estamos comparando uma cidade – o Rio – com um estado – São Paulo. Os dados existentes

se referem ao estado de São Paulo como um todo e o peso da indústria paulistana é difícil de ser mensurado, embora Singer calcule que deve ter representado pelo menos algo como 50% da do estado. Nesse caso, cidade-a-cidade, o Censo de 1920 indicaria ainda a supremacia da produção industrial carioca, com 677 mil contos, contra os 504 mil contos da produção paulistana. Só em 1938, os números apontariam a ultrapassagem da metrópole bandeirante com um total de 4.323 mil contos frente aos 2.847 mil contos do Distrito Federal; na avaliação de Singer, as duas curvas de crescimento industrial se cruzaram num momento da década de 1920.³³

Relativizando as análises puramente econômicas e propondo um enfoque mais abrangente, Leopoldi desmonta o mito de uma burguesia industrial carioca débil, acomodada, sem *ethos* empresarial e “sufocada” pela proximidade “perniciosa” do Estado, bem de acordo, aliás, com uma cidade caracterizada como pré-industrial, pré-burguesa e longe da disciplina do mercado.³⁴ Desponta das pesquisas da cientista política uma classe atuante, de peso econômico expressivo e relativamente organizada, com uma associação de classe estável e permanente, o Centro Industrial do Brasil. A despeito do salto da indústria paulista, os industriais daquela região só vieram a se organizar num centro regional (o CIESP), duas décadas depois (1928), tendo a liderança industrial carioca tomado a frente na luta pelo protecionismo nesse período, lembra Leopoldi.³⁵

Em lugar da “inevitabilidade” da supremacia industrial de São Paulo, percebe-se, sim, uma predominância duramente disputada com o Distrito Federal ao longo da década de 1920, quando se iniciaria o que Cano denominou de “preparação do terreno” para a consolidação da indústria paulista no mercado nacional, conquistada finalmente na década de 1930.³⁶ Esta “preparação do terreno”, sem dúvida, ocupou o campo simbólico, acarretando a construção de um imaginário que identificasse a capital paulista com os valores básicos de uma metrópole industrial – trabalho, ordem, disciplina, operosidade e progresso – e sob o comando de uma elite herdeira dos bandeirantes pioneiros e empreendedores.

“É de lá [dos estados] que se governa a República, por cima das multidões que tumultuam, agitadas, as ruas da capital da União (...) *A política dos estados (...) é a política nacional*”.³⁷

Essa afirmação de Campos Sales é freqüentemente invocada para firmar a imagem da massa urbana carioca como indisciplinada, o que teria levado os construtores da República a “neutralizar” a influência da capital na política nacional. A República deveria ser governada dos

estados, daí a necessidade de pacificar e cooptar as suas oligarquias. A anulação política do Distrito Federal teria provocado a descrença da sua população no mundo oficial da política, optando esta por uma participação fragmentada em movimentos de natureza social e religiosa (como as festas da Penha e da Glória) e cultural (samba, futebol). Dados eleitorais apontam que a participação política na “cidade maravilhosa” era bem abaixo da média geral do país, só vindo a crescer ao longo dos anos 20. Na interpretação do brasilianista Michael Conniff em seu estudo sobre a ascensão do populismo e a política urbana no Brasil, este “estilo carioca” de política possibilitaria a emergência dos “chefes” (equivalente urbano aos “coronéis” do interior), abrindo caminho para as lideranças populistas da década de 1930.³⁸

O caráter peculiar da campanha presidencial de 1922 não se limitou ao confronto entre os grandes estados (Minas e São Paulo) e os estados intermediários (Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul) numa tensa disputa sucessória. A estratégia de mobilização do eleitorado efetuada pela Reação Republicana, em 1921-1922, inaugurou um procedimento inusitado entre as práticas políticas do país. A arregimentação da opinião pública seria um trunfo dos oposicionistas para enfrentar o pesado arsenal da situação, que ia da fraude e da corrupção até a perseguição mais implacável aos rivais.

A imprensa teve um papel importante no transbordamento das discussões sucessórias para o “grande” público, e os jornais cariocas *Correio da Manhã* e *O Imparcial* foram fundamentais na conformação da opinião pública carioca em favor da campanha do fluminense Nilo Peçanha. Por outro lado, as idéias de Nilo, tanto no tocante à solução da crise econômica, como no que se refere à regeneração dos costumes políticos, aproximavam-se do movimento jacobino, em plena efervescência na cidade do Rio de Janeiro no raio dos anos 20. De qualquer maneira, chegando da Europa em junho de 1921, Nilo foi recebido por

“uma multidão que se comprimia no cais do porto, rompendo os cordões de isolamento aos gritos de ‘viva Nilo Peçanha, o futuro presidente da República’”.³⁹

Na oposição a Nilo, chamou-nos particularmente atenção a atuação do jornal paulista *Correio Paulistano*, dirigido por Carlos de Campos, líder da bancada paulista do Partido Republicano Paulista na Câmara Federal. Em uma série de artigos publicados na seção “À margem da política”, no último trimestre de 1921, o jornalista que se assinava Amador Bueno desfechou ataques violentos ao candidato da Reação.

Em princípio, as matérias de Bueno se preocuparam em defender a predominância “natural” de São Paulo e Minas Gerais dos ataques de Borges de Medeiros, para quem tal hegemonia representaria um

“regionalismo nefando e grosseiro”, e de Nilo Peçanha, que denunciava “o imperialismo dos grandes estados”. Afinal, São Paulo,

“que contribui com a maior parte das rendas que sustentam a Federação (...) e Minas, com os sete milhões de habitantes (...) não têm o direito de lembrar um nome para candidato à presidência da República?”⁴⁰

O tom das críticas se modificou a partir da grande penetração da candidatura nilista junto ao contingente eleitoral do Distrito Federal, manifesta no grande comício de Nilo em outubro de 1921, e reforçada pela via a Artur Bernardes quando da sua passagem pela Avenida Rio Branco. A tentativa de descaracterizar as duas manifestações como expressões da participação da população carioca no campo formal da política é evidente no artigo do jornal perrepesta:

“É verdade, não é mentira, e nem se pode negar que à passagem do candidato nacional [Bernardes] pela Avenida Rio Branco se ouviram assobios. Depois dos assobios vieram as depredações (...) contra coretos inofensivos e vitrines de casas comerciais”.

O caráter desordeiro e despolitizado da população da capital federal mais uma vez é ressaltado; afinal, “ser vaiado por quem vaiou Campos Sales deve ser um título de glória”. Para esse tipo de manifestação, o jornalista paulista tem um santo remédio: uma “surra de pau (...) e posso garantir que não haveria nada que abafasse as palmas dadas ao candidato nacional”.⁴¹

Buscava-se assim firmar a correspondência entre um candidato “demagógico” e uma cidade “irresponsável”; procurava-se exorcizar a volta do fantasma das massas urbanas “indisciplinadas” do Rio de Janeiro, que tanto havia preocupado Campos Sales, que saíra do Catete debaixo de vaia. A “promiscuidade” do candidato do Rio com “seu” povo foi denunciada com veemência:

“Na avenida Rio Branco, quando passava seu cortejo, um pretalhão beijudo deu-lhe dois vivas (...) E o que fez meu caro Nilo? Pespegou beijos na cara retinta (...) Quem anda aos beijos com a negrada...”⁴²

Embora nascido em Campos e tendo feito sua carreira política no estado do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha seria portador de “uma menta-

lidade cosmopolita, enraizada na população e nas elites cariocas...⁴³ Daí, sem dúvida, a acusação de que a “molecagem” que o caracterizaria era oriunda do meio: “você tinha de ser moleque por força”.⁴⁴ A contraposição à molecagem e à desonestidade características do “meio carioca” era dada por São Paulo: “leal e honesto (...) não é da sua índole hesitar no caminho das resoluções bandeirantemente tomadas (...) o Édipo de Piratininga aniquilará o monstro carioca...”⁴⁵

Sem dúvida, o embate Peçanha-Bernardes passou por muitas outras esferas, principalmente o fraudulento processo eleitoral da época. No entanto, não podemos negligenciar o imaginário político, fluido e impreciso, mas que em momentos de crise reveste-se de um significado todo especial. Afinal, é bom lembrar, parodiando José Murilo de Carvalho, que 1922 teve eleições em tempo de cólera.

Mas seria no campo da cultura que se travaria a mais explícita batalha pela conquista da difícil hegemonia paulista no conjunto nacional. Capital das letras e das artes, centro cultural cosmopolita, sede das embaixadas, o Rio de Janeiro, a orgulhosa “Atenas da Pátria”, ostentava, na opinião de muitos, um padrão de sofisticação e refinamento incomparável em relação às “províncias”.

A prosperidade econômica do estado de São Paulo, refletida nas rápidas transformações que se operavam no cotidiano da sua capital, com as chaminés e os arranha-céus despontando aqui e ali, precisava ter uma correspondência no campo cultural. Cumpria pois firmar, ao lado da fama de povo “rico, forte e generoso”, o lugar de São Paulo como fonte das mais “desassombradas” expressões de autonomia intelectual e de “notável” produção literária e artística; era preciso afastar dos paulistas o epíteto de “práticos”, de espíritos absorvidos pela luta material e incapazes de duradouras construções intelectuais, pois São Paulo era “com suas fábricas, com a sua riqueza (...) o sonho de todos aqueles que tragam quer um ideal de arte, quer um ideal realizador de trabalho”.⁴⁶

O movimento editorial é o indicador constantemente apontado para ressaltar a relevância cultural da capital bandeirante. Inevitáveis paralelos são traçados com o Rio de Janeiro, matriz até então incontestável da produção intelectual do país, levando o crítico gaúcho João Pinto da Silva a concluir:

“São Paulo está se constituindo, dia a dia, num grande foco de atração e irradiação literária (...) as cifras constantes sobre a atividade tipográfica (...) demonstram que a sua capital não é só um centro industrial de primeira ordem; hoje em dia, a sua produção intelectual especialmente a literária, emparelhou com a da própria capital do país, na quantidade e na qualidade”.⁴⁷

Ao contrário do ideal romântico do intelectual contemplativo bem ao gosto da “camelote acadêmica”, São Paulo tem a oferecer “o braço que trabalha e o cérebro que cria. É a incude e o pensamento; Hércules e Apolo; ação e criação”.⁴⁸ Alegenda bandeirante *non ducor, duco* deve-se afirmar em todos os campos de atividade, econômica, política e cultural.

Aspirar à liderança intelectual da nação significava desqualificar a capital federal para o exercício de tal papel. Para tanto, era preciso identificá-la como o lugar do parnasianismo *démodé*, do espírito contemplativo, do desinteresse pela cultura. A relação superficial e contemplativa da “cidade maravilhosa” com as manifestações culturais é denunciada por Lobato em 1917:

“Está aberta no Rio a 24ª Exposição Geral de Belas Artes (...) o que nunca se abre (...) é o apetite do público para estas coisas de arte (...) a exposição está às moscas (...) Perto dali, no entanto, a goma alta do Rio disputa a chuçadas de cotovelo cadeiras de cinema para emparvecer o olho...”⁴⁹

A metáfora da bandeira desbravadora foi acionada: mais uma vez, cumpriria a São Paulo penetrar territórios “bárbaros” empunhando a bandeira da nação moderna. Sugestivamente intitulado “A ‘bandeira futurista’”, o artigo de Menotti, narrando a viagem de Mário e Oswald de Andrade ao Rio de Janeiro, é um primor para ilustrar que “a província se adiantou à metrópole”:

“Os ‘bandeirantes’ de hoje (...) seguem (...) rumo da Capital Federal. (...) foram arrostar o perigo de todas as lanças (...) do parnasianismo ainda vitorioso na terra do defunto Estácio de Sá (...) Em lugar das onças, das tribos selvagens (...) a ‘bandeira’ futurista terá que afrontar os megatérios (...) da literatura pátria (...) Belo exemplo de São Paulo! Gloriosa terra esta, fonte inexaurível de iniciativas, de liberdades, de belos gestos. (...) Sirva isso de exemplo à capital federal...”⁵⁰

Caberia pois aos *hommes de lettres* de São Paulo a tarefa de, como portadores da modernidade, espanar as teias de aranha que aprisionavam a cultura brasileira em moldes ultrapassados. Maior evidência do atraso cultural da capital da República teria sido a impossibilidade de aí se abrigar o movimento modernista. Na avaliação de Mário de Andrade,

“São Paulo estava mais ‘ao par’ que o Rio de Janeiro (...) estava, ao mesmo tempo, pela sua atualidade comercial e sua industrialização, em contato mais espiritual, mais técnico, com a atualidade do mundo. É mesmo de assombrar como o Rio mantém (...) um caráter parado, tradicional...”⁵¹

Para essa linha de interpretação converge a avaliação de Antônio Cândido, para quem o modernismo, tal como o romantismo, seria um “momento paulistano”, quando a capital bandeirante se projetara sobre a nação, buscando “dar estilo às aspirações do país todo”.⁵²

Através de seus intelectuais, principalmente os modernistas, a capital paulista pretendia alcançar a liderança cultural, reivindicando para si a direção da inteligência brasileira. Filiados a agremiações político-partidárias, articulistas de jornais claramente identificados com essas agremiações, membros da administração pública estadual, impregnados de um forte sentimento de *paulistanidade* entendida na sua dimensão identificadora, esses intelectuais associariam às tarefas políticas as lutas no campo artístico-literário.⁵³ De imediato, pode-se pensar nas relações que teriam estabelecido com a elite política e econômica de São Paulo. Ou seja, a intelectualidade paulista estaria a serviço dos interesses hegemônicos dessa elite? A meu ver, a resposta é sim e não.

Sim, na medida em que o raio da década de 1920 se configurou como um momento-chave para repensar a nação centenária e buscar marcos definidores de uma “nova” identidade nacional. Tratava-se de marcar o ingresso do país no século XX, sob a égide da brasilidade e da modernidade, o que, para os paulistas, significava marchar atrás da bandeira de São Paulo. Sim, se pensarmos que coube a esses intelectuais, em grande parte, criar os símbolos que gravaram as imagens das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, conferindo-lhes um caráter próprio, carregado de negatividade e positividade. Sim, na medida em que o imaginário social expressa-se no simbolismo, ao mesmo tempo obra e instrumento desse imaginário. A década de 20 firmou para São Paulo o papel de “locomotiva” do progresso.

Não, se entendermos a atuação dessa intelectualidade como fruto de uma manipulação por parte de mecanismos políticos, tornando-se, nesse caso, instrumento num jogo de forças no qual desempenharia apenas função secundária. Nesse caso, a campanha de desqualificação da capital federal visaria atender estritos interesses políticos e econômicos da “burguesia” paulista no estabelecimento de sua hegemonia no país; ao defenderem para a metrópole bandeirante o lugar de centro da cultura nacional, os intelectuais de São Paulo estariam, ingênua ou deliberadamente, garantindo a predominância desses interesses.

À medida que se amplia a autonomia do campo intelectual, ligada à expansão do mercado de bens simbólicos e à conseqüente ascensão do estatuto dos produtores desses bens, os intelectuais tendem a atuar por conta própria no jogo dos conflitos, cujo alvo prioritário é a conquista da legitimidade cultural. Os anos 20 marcaram justamente a fixação das bases do mercado de bens simbólicos no Rio de Janeiro e em São Paulo, tanto pela expansão do campo editorial, quanto pela ampliação da demanda de intelectuais no serviço público, significando a abertura de áreas específicas para a atuação desses novos profissionais, onde, com certa autonomia, buscaram assegurar a legitimidade da sua produção.

Por um lado, os modernistas são movidos pela necessidade de se afirmar como intelectuais, a partir da construção de uma identidade para a capital paulista como o lugar da modernidade e da brasilidade, como centro urbano e intelectual mais importante do país; trata-se de gravar uma imagem com a qual possam se apresentar como elite intelectual de expressão nacional. Por outro, o momento histórico do início dos anos 20 é perfeito para a eclosão desse movimento: é quando se acirram as disputas pelo lugar de pólo da economia moderna do país; é quando se viabiliza a primeira tentativa de firmar um eixo alternativo de poder fora do esquema Minas Gerais-São Paulo. É a hora oportuna, enfim, para o delineamento do perfil da nação que se quer, a partir da identificação daquela que não se quer, ou seja, a antinação.

SÃO PAULO = NAÇÃO;
RIO DE JANEIRO = ANTINAÇÃO

“Terra, trabalho, pão, justiça e felicidade,
tudo se encontrará em São Paulo...”⁶⁴

A idéia de que São Paulo se bastava, uma vez que reunia em seu território os componentes necessários ao progresso, difundiu-se na virada dos anos 20. O exemplo mais acabado dessa posição – São Paulo é uma nação – foi o artigo de Monteiro Lobato, intitulado “O

direito à secessão”, de 1919.⁵⁶ Graças a felizes “circunstâncias mesológicas, econômicas e étnicas”, em função de um “constante aperfeiçoamento do aparelho administrativo”, São Paulo se teria distanciado do resto do país, ocupando o lugar de vanguarda no conjunto nacional. Como tal, deveria ser o “modelo” do Brasil presente. Conectados à simbologia da nacionalidade, os componentes da *paulistanidade* oscilaram entre dois pólos, transitando da identidade particular para a identidade do todo.

Nesse caso, importante era legitimar de forma incontestável o lugar dos paulistas no Brasil, principalmente em momentos cruciais como esse em que a nação se preparava para comemorar o centenário da sua independência. Fundamental era ligar a imagem dos paulistas aos bandeirantes – pioneiros, desbravadores e empreendedores – restaurando uma linha de continuidade que negasse a demarcação entre passado, presente e futuro. Necessário era apelar à liderança paulista, firmemente impregnada do *ethos* bandeirante, configurado no amor ao trabalho, à ordem, à disciplina, à determinação, à ação, ao pragmatismo, à abnegação. E mais: estes valores deveriam se entranhar na própria alma brasileira, definir, enfim, o tão procurado “caráter nacional brasileiro”. A ideologia do Estado Novo vai utilizar fartamente o simbolismo da bandeira, não só por seu reiterado aspecto organizativo e cooperativo (a integração racial e social), como também pela associação constantemente marcada entre o desenvolvimento industrial e o caráter “bandeirante” do operário paulista, trabalhador e disciplinado “por natureza”.⁵⁶

História e geografia confluíam para firmar a idéia de que São Paulo era o berço da nação. Com os pés fincados na terra firme, de costas para o mar, o bandeirante, de ontem e de hoje, seria o guardião pragmático e ordeiro das tradições nacionais. Ao contrário, o carioca, “cidadão do litoral”, seria cosmopolita, aventureiro, contemplativo, desinteressado dos negócios, incapaz, portanto, de dirigir o Brasil, cujo destino seria a terra firme e não as “sereias do mar”.

Em artigo para o *Correio Paulistano*, na edição comemorativa do Centenário da Independência, Plínio Salgado apontava um dos aspectos mais destacados para indicar a diferença entre as duas rivais: enquanto São Paulo era resultante do trabalho (centro industrial), o Rio de Janeiro seria marcado pela sua natureza exuberante, propícia ao lazer e à contemplação.⁵⁷ Na “cidade maravilhosa”, o contato com a natureza, tão valorizado pelos “verde-amarelos”, não seria fonte de “enrijecimento da raça”. A proximidade do mar, o clima quente, convidavam à vagabundagem promíscua das ruas e praias:

“(...) o que se chama aqui ‘banho de mar’ é uma exibição muito pitoresca (...) grandes damas e cozinheiras, filhas

de *nouveaux riches* e filhas de *chauffeurs* chapinham na água (...) No Rio, raríssimos são os que sinceramente em assuntos de banhos de mar, mostram-se adeptos da escola belga (...) abertas monstruosidades, galopadas de faunos, gritos simiescos (...) tudo é livremente explorado (...) com a tolerância do povo e da política...”⁵⁸

Já em São Paulo, o clima frio e a ausência de belezas naturais convidariam ao trabalho produtivo e disciplinado.

Uma cidade encontra-se geralmente dotada de elementos que permitem o equilíbrio entre paisagem natural e cultural. No caso do Rio de Janeiro, a potencialidade desse equilíbrio é dada pelo fato de sua estrutura simbólica ligar-se profundamente a elementos marcantes da natureza, vinculados ao tempo do não-trabalho.⁵⁹ Essa associação natureza/não-trabalho aparece clara nas palavras de Alfred Agache, engenheiro contratado no final da década de 1920 para fazer um estudo visando a “remodelação, extensão e embelezamento” da capital federal:

“o Rio de Janeiro não dá, como São Paulo, a impressão de uma cidade industrial, não só por motivos de ordem climática pouco favorável ao trabalho contínuo, como por motivos etnológicos, índole e hábitos do seu povo”.⁶⁰

Submetido a uma natureza luxuriante, em tudo oposta às coisas do trabalho, o carioca, ainda por cima, era um imprevidente, um “pândego” que “gasta mal (...) gasta estupidamente, sem o menor raciocínio...”; isto ocorre justamente no momento em que o Congresso estuda novas taxas para melhor dotar o orçamento da República, lembra o *Correio Paulistano*, no final de 1920.⁶¹ São Paulo, a nação, produzia; o Rio, a antinação, gastava...

A visita do rei belga Alberto ao Brasil, forçando a exposição do país a este representante da “civilizada” Europa, foi aproveitada pelo *Correio Paulistano*, em plena efervescência da campanha presidencial, para estabelecer a distinção entre um Brasil atrasado, preguiçoso e ineficiente, e outro, “50 anos adiantado”, pragmático, empreendedor e moderno, ou seja, a oposição entre a nação e a antinação. A citação é um pouco longa, mas vale a pena:

“O rei Alberto sabe, de verdade, ver as coisas com olhos de ver (...) Exemplo: aqui [Rio] deram-lhe concertos, discursos e versos. Vai ele, ouve-os pela metade e nada diz. Em São Paulo, porém, mostraram-lhe ginásios, oficinas e

máquinas. Ele examina tudo, remexe, esmiúça. Cá, logo de madrugada, o povo (...) botava-se para a praia a vê-lo nadar, descuidando prazenteiramente das tarefas diárias, retardando a hora dos afazeres (...) Lá, não; os transeuntes descobriam-no; paravam um momento mesmo; mas esturgavam o passo, a fim de recuperar o tempo perdido. Então a majestade não se conteve mais e falou; essa, sim, era cidade de gente ocupada (...)⁶²

São Paulo, fazendo jus ao nome, revestir-se-ia de uma missão sagrada, cabendo-lhe apontar o caminho da salvação nacional e espalhar a mensagem de redenção do país. Seu alvo preferencial era o Distrito Federal, cético em relação aos valores do trabalho, da seriedade e da responsabilidade. A “conversão” se daria mediante uma viagem para a capital paulista, onde o carioca, “esse bisonho ser”, pudesse constatar que

“São Paulo é um banho de energia (...) a divisa geral é trabalhar! Desde pela manhã, o forasteiro [carioca] não vê ninguém desocupado como ele. E, à tarde, no Triângulo (...) sente a humilhá-lo o ócio das suas horas nessa atmosfera de trabalho e prosperidade”.⁶³

Embora nos anos 20 as teses racistas tivessem sido relegadas a segundo plano, a percepção da negatividade do contingente negro, abundante no Rio de Janeiro, não foi muito abalada: a inferioridade dessa raça adviria, não mais de herança biológica, mas da bagagem cultural escravista que a tornava incapaz para o trabalho formal e disciplinado. “Os americanos salvaram-se da mestiçagem com a barreira do preconceito racial. *Temos também aqui [São Paulo] essa barreira (...) No Rio, não existe*”, conclui um Lobato desanimado.⁶⁴ A intensa mestiçagem “sem preconceito” com o negro escravo teria produzido na capital do país uma população irresponsável, pouco afeita ao trabalho ordeiro e disciplinado.

O imigrante europeu, possível portador da ordem e do progresso, era visto com inveja e desconfiança pelos cariocas. O antilusitanismo, renascido no início dos anos 20, evidenciava-se nas tensas relações entre “cabras” e “pés-de-chumbo”. O carioca seria amargo e pessimista, pois

“vê, do seu bonde humilde, os automóveis em que passam os homens prósperos do comércio e dos negócios. E pondera (...) que são estrangeiros que desembarcam (...)

de botas rotas (...) e que conquistam posição, fortuna e até prestígio...”⁶⁵

A mistura étnica predominante no Rio de Janeiro, composta do negro e do português, era vista como portadora de elementos do atraso, quer pela tradição escravista fortemente arraigada na cidade, quer pela presença do monopólio colonial português nos negócios do Distrito Federal. A postura inovadora da liderança econômica paulista, substituindo o trabalho escravo pela mão-de-obra livre, especialmente pelo italiano, portador de valores do trabalho, da disciplina, da civilização, permitira que a capital bandeirante se pautasse pelas normas do progresso e da modernidade, sem, no entanto, deixar de ser visceralmente brasileira.⁶⁶

Era no carnaval que se revelava, com cores mais fortes, o retrato do povo carioca – desordeiro, promíscuo, irresponsável, avesso ao trabalho – apavorando os paulistas, como o jornalista do *Correio Paulistano*:

“Entre os sons do ‘Zé Pereira’ carnavalesco e dos guizos que semeiam a folia (...) sobressai, refulgente e sinistra, a nota sanguinolenta dos vários assassinatos que ora se têm dado nesta vermelha cidade de São Sebastião (...) ninguém foge ao meio”,

conclui desanimado.⁶⁷ Mário de Andrade também relatou para Manuel Bandeira, em tom assustado, sua experiência no carnaval carioca de 1924:

“Meu cérebro acanhado, brumoso de paulista, por mais que se iluminasse em desvarios (...) pândegas (...) nunca seria capaz de imaginar um carnaval carioca (...) Imaginei-o paulista. Havia um quê de (...) ordem, de aristocracia nesse delírio imaginado por mim (...) Sabes, fiquei enjoado. Foi um choque terrível. Tanta vulgaridade. Tanta gritaria. Tanto, tantíssimo ridículo. Acreditei não suportar um dia a fuçanata chula, bunda e tupinambá. Cafraria vilíssima, dissaborida (...) Estupidez”.⁶⁸

Uma natureza luxuriante convidando à contemplação, um povo racialmente predisposto à indisciplina e à irresponsabilidade, e pouco afeito aos empreendimentos de risco, constituíam-se elementos praticamente intransponíveis à inserção da capital federal na esfera da modernidade.

Em São Paulo era diferente, pois lá predominava o elemento italiano,

“o bom italiano, colaborador dos nossos progressos. Lajeja sangue novo (...) fixando o tipo da raça futura (...) *Sairá do Brás o primeiro 'brasileiro novo'*, nacionalizado e identificado no meio ambiente...”⁶⁹

Portanto, na capital bandeirante, a associação imigrante/modernidade/brasilidade era feita sem contradições e tensões como no Rio de Janeiro, pois, em São Paulo, o sentimento de brasilidade era tão forte que contagiava o imigrante, abrasilizando-o, e exorcizando de vez o fantasma do cosmopolitismo desenraizador. O caráter harmonioso do paulista, resultante da mescla racial, sugere a existência de um entrecruzamento étnico equilibrado, promovendo uma feliz integração de suas diferentes origens e gerando uma “espécie” singular, o brasileiro moderno.

Como capital da República, a cidade do Rio de Janeiro era a sede física do poder, o que lhe dava, inegavelmente, características particulares inerentes às suas funções administrativas. Muitos avaliavam as funções burocráticas do Distrito Federal negativamente: a máquina estatal inchada e incompetente, alimentada por uma “chusma de marimbondos ridículos”,⁷⁰ seria um verdadeiro “cancro a corroer as entranhas do país.” Já na opinião de José Honório Rodrigues,⁷¹ graças à sua situação privilegiada, o Rio teria sido capaz de promover, pela integração e adesão das regiões brasileiras, a nacionalização do Brasil. Sede das embaixadas estrangeiras, centro de convergência dos principais órgãos econômicos, políticos e culturais, a capital federal apresentaria um padrão de civilização incomparável frente às outras cidades brasileiras.

Não era essa a opinião daqueles que consideravam o Rio de Janeiro incapaz de ocupar o papel de cidade-modelo do país. Acostumado às benesses da “Corte”, o carioca teria perdido o impulso criativo, optando pelas atividades parasitárias, rotineiras e sem risco. Guiado pelo “sentido da iniciativa privada”, o paulista “anônimo e individualista”⁷² desprezava tais atividades; em São Paulo não havia essa população de desocupados, malandros e “fazedores de expedientes” que existia nas cidades como o Rio de Janeiro.

Ao explicar porque o movimento modernista partira de São Paulo, Mário de Andrade bate na mesma tecla: ao contrário do Rio de Janeiro, a capital bandeirante possuía afinidades internacionais que não eram herdadas e oficiais; a mentalidade paulistana era menos pré-condicionada, mais livre. De uma “aristocracia improvisada do Império”,

comodista e satisfeita, apadrinhada pelo prestígio da "Corte", não se podia esperar o impulso dinâmico do mundo moderno. Este viria de São Paulo, único ponto do Brasil "fora do parasitismo do Estado", como não se cansava de afirmar Carneiro Leão.⁷³

Os efeitos da burocratização conduziam ainda ao esclerosamento das políticas públicas no Rio de Janeiro, como as campanhas sanitárias e educacionais, que, nessa cidade, ficavam apenas nas "palavras", enquanto em São Paulo giravam no "terreno dos fatos".⁷⁴ O resultado seria a alta taxa de mortalidade infantil e o analfabetismo reinantes na capital federal,⁷⁵ enquanto São Paulo ostentava o melhor quadro educacional e sanitário, numa demonstração inequívoca da vitória da eficiência sobre a burocracia.

Uma voz dissonante desafinava o coro de vivas à modernidade da metrópole bandeirante: Lima Barreto. Envolvido pela simpatia e o entusiasmo que lhe despertara a Revolução Russa de 1917, o jornalista carioca associava São Paulo aos Estados Unidos, país-símbolo do espírito burguês, da avidez material e da discriminação étnica.

Um por um, os pontos fundamentais que sustentavam o projeto de hegemonia da capital paulista no panorama nacional foram denunciados por Lima Barreto. A apregoada integração com o italiano, pretenso portador do progresso e da modernidade, era desmentida pelas constantes expulsões desses estrangeiros, "a que chamam de anarquistas, de inimigos da ordem social". O que parecia ser resultado de progresso administrativo, baseado na eficiência e no trabalho, sustentava-se em políticas especulativas voltadas para os interesses de São Paulo, em prejuízo das demais unidades da Federação. E a decantada fama de capital artística do país, quando na verdade "era uma cidade européia à força (...), cópia mal feita de Londres ou Paris", devia-se a uma bem engendrada campanha de propaganda, a partir de subvenções a jornais e escritores de todo o país. Em suma, a "incontestável" superioridade cultural da metrópole paulistana se deveria muito mais ao poder do dinheiro, aos "argentários de todos os matizes", do que às inovações futuristas "velhas de quarenta anos". Aqueles que se recusavam a aceitar tal história de capital artística e cidade européia tinham suas opiniões omitidas e suas vozes abafadas.⁷⁶

A defesa do Rio de Janeiro como eixo político e centro cultural do país transparece em duas crônicas de Lima, escritas em 1918. Em "Carta aberta", a indignação mal contida a propósito de um projeto do presidente Rodrigues Alves de transferir a capital do Rio de Janeiro para uma cidade do interior paulista:

"(...) não me parece que Vossa Excelência tenha tão ingrato pensamento em relação à nossa Pátria; mas Vossa

Excelência deve deixar Guaratinguetá e vir para o Rio (...) procurar remédio para sanar o que for maléfico”.⁷⁷

O recado é claro: a visão estreita, provinciana, “paulista”, impediria o presidente de tomar decisões que demandavam uma avaliação mais ampla de nossos “males”, o que só seria possível na capital da República, caixa de ressonância dos principais debates que se travavam no país naquele momento.

Mas é na crônica dedicada ao recém-lançado *Problema vital*, de Monteiro Lobato, que mais claramente se revela o embate envolvendo as duas maiores cidades brasileiras:

“as águias provincianas se queixam de que o Rio de Janeiro não lhes dá importância e que os homens do Rio só se preocupam com as cousas do Rio e da gente dele (...) o Rio de Janeiro é muito fino para dar importância a uns sabichões de aldeia que, por terem lido alguns autores, julgam que ele não os lê também...”⁷⁸

Em contraposição à reação carioca, na qual pontuava a figura solitária de Lima Barreto, o discurso da hegemonia paulista é bem mais agressivo, num movimento decisivo de quem chegou para tomar um lugar já ocupado. Menos articulada, preocupada apenas em manter o tradicional comando sobre o país, a intelectualidade do Rio, absorvida como de costume pelas questões nacionais, não estruturou um projeto próprio, capaz de barrar aquele com que os paulistas se apresentavam como a mais competente elite de expressão nacional. Ao longo da disputa, o carioca, em geral, manteve-se na defensiva, limitando-se a dar respostas aos ataques recebidos e se revelando incapaz de montar uma bateria de argumentos capazes de inverter os sinais da igualdade que ameaçava se firmar no imaginário nacional: São Paulo = nação; Rio de Janeiro = antinação. Não é negada a existência de um caráter próprio a cada cidade, e nem sequer é verificado o conteúdo de “verdade” do mesmo. Para o bem ou para o mal, São Paulo ficou sendo “a cidade que não pode parar”, e o Rio de Janeiro, o lugar “do devagar, quase parando”.

A quantidade e a qualidade dos intelectuais que partilhavam a tese da decadência daquela que era considerada a cabeça da nação, bem como os amplos espaços com que contavam na imprensa, explicam, em grande medida, a desqualificação da “cidade maravilhosa”, sucumbida aos encantos de Dionísio e aos valores da *belle époque* falida. Afinal, é amplamente reconhecido que o impacto do imaginá-

rio social sobre as mentalidades depende de sua difusão, ou seja, dos circuitos e dos meios à sua disposição.

Embora correndo o risco da simplificação, inerente a qualquer esquema dual, penso ser interessante compor um quadro das principais representações simbólicas que, nos anos 20, **marcaram** as duas principais cidades brasileiras:

SÃO PAULO = NAÇÃO

1) Metrópole industrializada; voltada para o interior= valores sólidos da brasilidade; concilia as duas faces da modernidade, a tradição e a vanguarda.

2) Cultura brasileira e moderna.

3) Valores da iniciativa privada; o *ethos* bandeirante = EFICIÊNCIA.

4) Sociedade organizada em partidos, associações e sindicatos.

5) Imigrante italiano, portador dos valores do trabalho e do progresso.

RIO DE JANEIRO = ANTINACÃO

1) Metrópole litorânea, cosmopolita, contemplativa; indústrias parasitárias e comércio monopolista; ligada a valores ultrapassados e decadentes.

2) Cópia da *belle époque* falida.

3) Protecionismo, burocracia, "sociedade de Corte" = INEFICIÊNCIA.

4) Sociedade desorganizada, participação política fragmentária, anárquica e marcada pelo clientelismo e paternalismo.

5) Negro e português, marcados pela indisciplina e pelo atraso.

Estas representações simbólicas, onde se articularam idéias, mitos e modos de ação, tendo ganho em inércia, pesaram sobre as mentalidades e os comportamentos. Construídas sob o renovado fascínio pela modernidade que marcou o início dos anos 20 no Brasil, as imagens das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo ainda conservam muito de seus contornos originais, revelando a eficácia e a durabilidade dessa construção.

SÃO PAULO EM TOILETTE DE RIGOR

“São Paulo toda se agita com a aproximação do Centenário. Germinam monumentos numa floração de gestos heróicos; as alamedas riscam o solo em largas toalhas verdes e os jardins se congregam em formosos jogos florais de poesias e perfume. São Paulo quer tornar-se bela e apreciada. Finalmente, a cidade despertou num desejo de agradar. E era preciso que assim fosse...”⁷⁹

NESSE artigo de novembro de 1920, Mário de Andrade revela a mobilização da sociedade paulista, especialmente da intelectualidade, entusiasmada com a proximidade das comemorações do Centenário da Independência. Marcado pelo desejo de avaliação do passado, pela necessidade de compreensão do presente, e pelo desafio diante do futuro, 1922 é percebido por esses intelectuais como um momento crucial para a atualização do Brasil com o mundo contemporâneo e para a formação de uma consciência criadora nacional. Tarefa hercúlea e que devia ser enfrentada por quem oferecia melhores condições para realizá-la: São Paulo.

E mais: o grito do Ipiranga, brado de nascimento da nação livre, fora proferido em solo paulistano. Não por acaso, São Paulo estava no centro dos acontecimentos do 7 de setembro. Natural, portanto, que a capital bandeirante fosse o principal palco dos eventos comemorativos do Centenário; seria o reconhecimento óbvio do valor da região, tanto pelo seu passado glorioso, forjando e definindo a nação, como pelo presente de modernidade e brasilidade. A cidade de São Paulo deveria se apresentar em 1922 em “*toilette* de rigor”, pois, certamente, será “o cenário em que se deverá celebrar a parte mais interessante da solene comemoração cívica”.⁸⁰

O propósito de preparar a cidade de São Paulo para as próximas comemorações do Centenário já se evidenciava em iniciativas que visavam dotar a capital de um “aparelhamento civilizador”. Um projeto de 1910, elaborado pelo famoso arquiteto Ramos de Azevedo, indicava a necessidade da abertura de três amplas avenidas, “não em resposta a necessidades vitais, mas como uma *forma de exibicionismo para o Centenário de 1922*”.⁸¹

Semelhante ao que ocorre na capital federal, o que se procura construir em São Paulo é o cenário perfeito para a grande comemo-

ração de 1922, que revele uma cidade sintonizada com a modernidade, onde passado, presente e futuro convivam em harmonia. Deixando de lado o estrito conceito geográfico, e embarcando na fascinante viagem de Calvino,⁸² a cidade emerge como um símbolo complexo dos desejos, das aspirações e dos sonhos dos homens. Nesse momento, é preciso que a “cidade lendária do padre Anchieta” substitua sua antiga aparência provinciana, “*fac-símile* de Coimbra”, pela “fisionomia que caracteriza uma ruidosa e encantadora capital moderna”,⁸³ importante é deixar pasmo o senhor Centenário, ao

“encontrar São Paulo remoçado e casquilho (...) o céu pautado de fios (...) emaranhando a cidade na trama imensa das ligações elétricas e telefônicas (...) os trilhos coriscando o chão, levando a toda parte o progresso”.⁸⁴

São Paulo quer ser descrita pelos símbolos do progresso material; quem falar de São Paulo que seja obrigado a falar das “ligações elétricas e telefônicas” e dos “trilhos coriscando o chão”.

Também os monumentos, lembrados por Mário de Andrade, mereceram uma atenção toda especial. O monumento aos fundadores da cidade, já há algum tempo modelado e fundido em Roma, deveria ser finalmente assentado no histórico Largo do Colégio, devidamente restaurado. Desde 1912, já estavam assegurados os recursos necessários à execução do monumento do Ipiranga, destinado a fixar no bronze a memória daquele lugar que teria outorgado ao país a sua maioridade política. Garantia de perenidade, promessa de eternidade, o monumento histórico trabalha pela continuidade de uma representação da história, define uma ordem simbólica do passado, constituindo-se, assim, num *lieu de mémoire* da nação.

Frente ao “júbilo cívico” e à “euforia patriótica” com que São Paulo vivia os grandes preparativos para a festa da Independência,⁸⁵ o presidente do estado Washington Luís julgou que a ocasião seria propícia para se erguer também um monumento em homenagem aos bandeirantes. Era preciso relacionar, de maneira clara e insofismável, o episódio histórico da independência ocorrido nas terras da Paulicéia à façanha dos desbravadores do sertão, responsáveis maiores pelo assentamento dos valores da nossa nacionalidade. A mobilização detonada pelo projeto do monumento das Bandeiras, que deveria marcar de maneira indelével a presença de São Paulo no Centenário, é um exemplo significativo da importância conferida ao poder das imagens e seu impacto na configuração do mundo simbólico.

Uma comissão composta por Monteiro Lobato, Menotti del Picchia e Oswald de Andrade foi incumbida de executar o monumento,

a ser financiado por subscrições populares abertas em todo o estado. O escultor Victor Brecheret, bastante admirado nos meios modernistas pela sintonia com o movimento, foi encarregado de montar a maquete. No dia 28 de julho de 1920, foi esta apresentada em cerimônia pública à qual compareceu o próprio Washington Luís.

O projeto de Brecheret foi recebido com palavras elogiosas por parte da crítica, especialmente dos modernistas, Menotti à frente. A análise desses elogios, bem como do memorial assinado por Brecheret que acompanhou a maquete, deixa perceber que a força simbólica do monumento residia em dois aspectos. Por um lado, ao evocar “a vida, o martírio, a morte dos heróis plasmadores da nossa nacionalidade”, forjava definitivamente na memória a imagem dos “bravos” paulistas como a expressão máxima do heroísmo e da glória da “raça” brasileira.⁸⁶ A concepção do monumento como um grande bloco adivinha do próprio conceito simbólico das bandeiras, devendo exprimir no seu conjunto “toda a audácia, o heroísmo, a abnegação, a força expendidos em desvendar e integralizar o arcabouço geográfico da Pátria (...) o impulso do Gênio da nacionalidade nascente”. Representando os bandeirantes como “seres titânicos”, o escultor faz questão, no entanto, de colocar um arado nas pesadas mãos desses “homens hercúleos”, como forma de indicar, ao lado da tarefa de conquistar, desbravar e lutar, a preocupação constante dos paulistas em ocupar e produzir.⁸⁷

Por outro lado, o que é constantemente ressaltado é a vitória da arte paulista. Para Menotti del Picchia, Brecheret seria a “bandeira” dos modernistas de São Paulo, reunindo na sua obra o indispensável binômio modernidade e brasilidade. Modernidade, representada por “uma arte forte, liberta, espontânea (...) é a morte da velharia, do arcaísmo (...) é o triunfo da mocidade de Piratininga, que é a mais bela e mais forte da nossa querida Pátria”. Brasilidade, inequivocamente identificada numa arte “tropical e indígena, quer na expressão anatômica das suas figuras, quer no movimento bárbaro e interior que os anima”.⁸⁸

O final da história do monumento das Bandeiras é interessante: os portugueses radicados em São Paulo decidiram ofertar um monumento comemorativo ao Centenário da Independência, utilizando o mesmo tema do de Brecheret, a ser executado por um escultor lusitano. Tal atitude provocou uma forte reação nos meios culturais paulistas, levando Menotti e Mário de Andrade a afirmarem que “só um paulista” poderia conceber o tema das bandeiras. A polêmica comprometeu a execução do monumento idealizado por Brecheret, que só seria inaugurado um ano antes de outro grande evento, a comemoração do quarto centenário da fundação da cidade de São Paulo.

Mas se o monumento das Bandeiras não saiu, isto não significa que o fato histórico tenha sido deixado de lado. Muito pelo contrário. Como já vimos, a comemoração do Centenário da Independência implicou uma profunda (re)avaliação do nosso passado. Mais do que nunca, a “história” foi solicitada a dar a palavra final em questões controvertidas. Tarefa complicada, pois “nada mais difícil do que alinhar com verdade fatos passados na história de um país.” A má fé inconsciente, mescla-se uma série de intrigas, de inverdades e de calúnias...” A preocupação do jornalista paulista com a memória do passado, campo fluido, aberto ao esquecimento e à lembrança, vulnerável a manipulações e refratário à “verdade”, dizia respeito à “injustiça histórica” que insistia “em diminuir o papel de São Paulo no advento da independência brasileira”.⁸⁹ Era preciso marcar definitivamente o lugar central de São Paulo na história pátria, e não apenas pelo episódio do 7 de setembro ocorrido à margem do “seu” Ipiranga.

As estatísticas que comprovavam o rápido desenvolvimento econômico do estado não eram suficientes para garantir a *paulistanização* do país. Eram necessários fundamentos mais profundos, vinculados ao mito das origens, ao culto do heroísmo, à descoberta dos *nation-makers*. Tratava-se de provar que o cacife de São Paulo para se impor como o “pai da Pátria” no momento da comemoração da data magna da nacionalidade era mais alto do que qualquer outra região brasileira. Cabia destacar o papel da capital paulistana na formação histórica do país, como fez Julio Prestes em seu discurso a 7 de setembro de 1922:

“por ela se fez a primeira conquista (...) por ela penetrou na América a civilização latina (...) por ela, os patriarcas da nossa emancipação política conduziram D. Pedro I ao grito de ‘Independência ou morte’; por ela, a escravidão (...) voltou à liberdade; por ela, São Paulo galvanizou o Brasil com os clarões de sua fé republicana (...)”⁹⁰

Passagens como esta ilustram como o imaginário sobre São Paulo vai sendo tecido, elucidando uma das dimensões mais significativas da sua constituição, ou seja, aquela que enfatiza como inerente aos paulistas o papel de empreendedor, de desbravador, de construtor da nação. Fenômeno universal, o mito da origem busca firmar uma memória, procura estabelecer uma versão da história, cujo objetivo é legitimar a solução vencedora contra as forças que se lhe opõem. Não necessariamente e abertamente distorcidos, os fatos são seletivamente iluminados, projetando dimensões apropriadas à transmissão da idéia de superioridade do novo sobre o antigo. Nesse caso, o objetivo é claro: marcar indelevelmente na memória nacional que a “gente paulista” sempre se colocara à frente da nação nos momentos decisi-

vos. Se o Brasil nascera no solo paulista, nada mais “natural” que aí também conquistasse a sua liberdade. Plantam-se as raízes da nação o mais profundamente possível; inventam-se tradições e origens; busca-se, a todo custo, a continuidade que permita a ponte entre o passado, o presente e o futuro. Dessa maneira, o 7 de setembro teria para os paulistas o caráter duplo de uma celebração local e nacional.

Através dos fios da continuidade, São Paulo tece a sua tradição. Inventa as bandeiras desbravadoras do território nacional e os bandeirantes empreendedores e disciplinados, e os eleva à condição de fatos fundadores da história nacional; antes de Tiradentes e Pedro I, foram os paulistas “anônimos e corajosos” que lideraram a tarefa de forjar a nação. Entroniza José Bonifácio como o verdadeiro mentor do 7 de setembro, o indiscutível “Patriarca da Independência”. Brasileiro, agrada positivistas e jacobinos; contrário ao absolutismo e favorável à abolição da escravidão, atinge o coração de liberais e democratas; pouco afeito aos “excessos” democráticos, incentiva a opção centralizadora e autoritária, e, *last but not least*, paulista, a comprovar, mais uma vez, o “natural” espírito de liderança e descortino político característico dos nascidos neste “fértil” solo de homens e idéias. Hábil articulador e principal responsável pela vitória do movimento autonomista, “sem derramamento de sangue”, Bonifácio deve ser o trunfo a confirmar historicamente a superior qualidade da gente de São Paulo no trato com a política e com os negócios do país. O gênio político do passado confirma a necessária supremacia dos paulistas no panorama nacional.

A invenção desse passado ligava-se, sem dúvida, ao desejo de São Paulo de marcar sua presença no conjunto nacional, justamente no momento em que se buscava firmar um novo *locus* de produção da identidade nacional. Mas “os moços de São Paulo” – jovens escritores e artistas – queriam mais, muito mais, para este Centenário de 1922.

Desde 1920, os “futuristas” paulistas – Mário de Andrade, Menotti del Picchia, Oswald de Andrade, entre outros – pretendiam transformar a comemoração do Centenário em algo que fosse “expressão da inteligência do Brasil inteligente”.⁹¹ Os depoimentos desses intelectuais são bastante eloquentes. Oswald alerta que

“São Paulo, a melhor fatia racial a expor na vitrine do Centenário, tem a decidir o que dará em matéria de arte (...) senhores, é isso que vamos apresentar como expressão de cem anos de independência: independência”.⁹²

Menotti admite que os intelectuais paulistas se sentiam investidos pela “São Paulo do Centenário (...) por força da própria fatalidade do momento, de uma missão mais larga e profética...”⁹³ Mas coube

a Mário definir o papel fundamental que São Paulo representaria no Centenário:

“A hegemonia artística da Corte não existe mais. No comércio como no futebol, na riqueza como nas artes, São Paulo caminha na frente. Quem primeiro manifestou o desejo de construir sobre novas bases a pintura? São Paulo com Anita Malfati. Quem apresenta ao mundo o maior e mais moderno escultor da América do Sul? São Paulo com Brecheret. Onde primeiro a poesia se tornou veículo da sensibilidade moderna livre da grisalhada da rima e das correias da métrica? Em São Paulo”.

E nesse entusiasmo *paulístico* bem pré-comemorações do Centenário, Mário fazia apenas uma ressalva: “Só na música, o Rio está mais adiantado com *Vila Lobos*”.⁹⁴

Fica claro que a participação dos jovens intelectuais paulistas no Centenário se dará em clima de aberto confronto com a “Corte”. De Oswald parte o alerta, que soa como um grito de guerra: “Cuidado, senhores da *camelote*; a verdadeira cultura e a verdadeira arte vencem sempre. Um pugilo pequeno, mas forte, prepara-se para fazer valer o nosso Centenário”. E dispara um ano depois: “Enganam-se os que acreditam que São Paulo, crepitante do Centenário, estacionará nas mãos moles de detentores de santinhos em corridas de literatura colegial...”⁹⁵ Era preciso marcar o Centenário com uma demonstração inegável de que São Paulo era o único capaz de garantir a “realidade literária” do Brasil. Isto seria feito na Semana de Arte Moderna, que além do mais coincidiria com o Congresso de Espírito Moderno, programado por André Breton para março de 1922, mas que acabou não se realizando.⁹⁶

A Semana de Arte Moderna acirrou a disputa entre a intelectualidade carioca e paulista. A revista carioca *Careta*, costumeiramente ácida e mordaz em seus comentários, não poupou a “funambulesca cerimônia do Municipal, onde o ridículo da quadrilha chegou ao auge...”⁹⁷ Embora as críticas à Semana não tivessem sido privilégio da imprensa carioca, esta se esforçou por negar a repetida afirmação de que a província se adiantara à metrópole. A propósito de um medíocre pintor carioca que “gozava o sucesso da Paulicéia”, o articulista da *Careta* concluiu: “São Paulo está definitivamente caipora!”⁹⁸ A reação vigorosa de Lima Barreto tardou, mas não falhou:

“São Paulo tem a virtude de descobrir o mel do pau em ninho de coruja. De quando em quando ele nos manda

uma novidades velhas de 40 anos. Agora (...) quer nos impingir como descoberta dele, São Paulo, o tal de 'Futurismo'. Ora, nós já sabíamos perfeitamente de semelhante maluquice inventada por um senhor Marinetti...⁹⁹

Mesmo intramuros, o Modernismo se cindiu. "Pioneiros desbravadores", os modernistas de São Paulo reivindicavam para seu movimento uma repercussão nacional, pois, como dizia Mário de Andrade, os "outros modernos de então (...) formavam núcleos (...) de existência limitada e sem verdadeiramente nenhum sentido temporâneo". A rivalidade com a "ala carioca" – Renato de Almeida, Ronald de Carvalho, entre outros –, aglutinada em torno da revista *Festa* e de Graça Aranha, é evidente nos desabafos de Mário: "(...) nos assombrava a incompreensão ingênua com que a 'gente séria' do grupo de *Festa* (...) arremetia contra nós".¹⁰⁰ Em carta a Manuel Bandeira, Mário confessa: "(...) sou muito sensível que essa gente do Rio desconfia de mim (...) esta ridícula rivalidade eu sinto que continua."¹⁰¹

Longe de ser ridícula, a rivalidade Rio de Janeiro x São Paulo impedia a boa convivência entre intelectuais que partilhavam dos mesmos ideais modernistas. A disputa em torno da supremacia cultural ia muito além de uma "briga de comadres". Na verdade, o que se estava definindo eram novos parâmetros da nacionalidade, o que se buscava era cristalizar modelos que garantissem o ingresso do país na modernidade.

Notas

1 – João Alphonsus, citado por Lúcia Lippi Oliveira, As raízes da ordem: os intelectuais, a cultura e o Estado, em *A Revolução de 30: seminário internacional*, p. 516-517.

2 – Tristão de Ataíde, citado por Otavio Soares Dulci, As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia, *Ciências Sociais hoje – 1984*, p.11.

3 – Tancredo Neves, citado por Maria A. do Nascimento Arruda, *Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*, p.97.

4 – Helena Bomeny, Cidade, República, mineiridade, *Dados*, 30(1987), p.186-207.

5 – Para um estudo cuidadoso do regionalismo paulista nos anos 20, ver Mônica Pimenta Velloso, *A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista*.

6 – Cf. Maria Antonieta P. Leopoldi, *Crescimento industrial, políticas governamentais e organização da burguesia: o Rio de Janeiro de 1844 a 1914*, *Revista do Rio de Janeiro*, 1(1986), p.53-74; Angela M. de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*.

7 – Oswald Andrade, *Poesias reunidas*.

8 – Mário de Andrade, *Paulicéia desvairada*, p.57. Em livro recentemente lançado, Nicolau Sevcenko aborda a “trepidante” São Paulo dos “loucos” anos 20. Ver Nicolau Sevcenko, *Orfeu extático na Metrópole*. São Paulo – sociedade e cultura nos frementes anos 20.

9 – Ver Raoul Girardet, *Mitos e mitologias políticas*; Pierre Bourdieu, *O poder simbólico*; George Balandier, *O poder em cena*; Cornelius Castoriadis, *A instituição imaginária da sociedade*; Peter Berger e Thomas Luckman, *A construção social da realidade*

10 – Mário Pinto Serva, citado por Thomas E. Skidmore, *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, p.305.

11 – Cassiano Ricardo, Mentalidades opostas, *Correio Paulistano*, 21/04/1927.

12 – Ver Maria Alice Rezende Carvalho, Letras, sociedade e política: imagens do Rio de Janeiro, *BIB – Boletim de Informações Bibliográficas*, 20(1985); Beatriz Rezende, A representação do Rio de Janeiro nas crônicas de Lima Barreto, em *Sobre o pré-modernismo*; José Murilo de Carvalho, *Os bestializados, o Rio de Janeiro e a República que não foi*; Aspectos históricos do pré-modernismo brasileiro, em *Sobre o pré-modernismo*, op.cit.

13 – Ver Adalberto Marson, *A ideologia nacionalista em Alberto Torres*, p.55.

14 – Mônica Pimenta Velloso, A “cidade-voyeur”: o Rio de Janeiro visto pelos paulistas, *Revista do Rio de Janeiro*, 1(1986), p.55-66; *A brasilidade verde-amarela*, op.cit.

15 – Sergio Milliet, citado por Mônica Pimenta Velloso, A “cidade-voyeur...”, p.58.

16 – Mário de Andrade, citado por Eduardo Jardim Moraes, *A brasilidade modernista*, p.106.

17 – Eduardo Jardim Moraes, op. cit., p.106.

18 – Mário de Andrade, O movimento modernista, em Mário de Andrade, *Aspectos da literatura brasileira*.

19 – Lúcia Lippi Oliveira, *Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz, Brasil: um estudo sobre o nacionalismo brasileiro*, p.241.

20 – O modelo de análise tradicional se expressa de maneira clara especialmente em Nelson Werneck Sodré, *Formação histórica do Brasil*. O trabalho que melhor representa a nova linha de interpretação é Eduardo Kugelmas, *Difícil hegemonia – um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. Ver também Winston Fritsch, Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930, em Marcelo Paiva Abreu (org.), *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*.

21 – Monteiro Lobato, O direito de secessão, em *Na antevéspera*, p.209.

22 – Citado por Richard M. Morse *Formação histórica de São Paulo* (da comunidade à metrópole), p.280.

23 – 1907 – DF: 30,2% SP: 15,9%

1919 – DF: 20,8% SP: 31,5%

1939 – DF: 17,0% SP: 45,4%

Cf. Wilson Cano, *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, p.253.

24 – Ver Marieta de Moraes Ferreira, Um eixo alternativo de poder, em Marieta de Moraes Ferreira (org.), *A República na Velha Província*.

25 – Ver Alfredo Bosi, As letras na Primeira República, em *O Brasil Republicano*, História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, vol.2, p.312.

26 – Ver Maria de Lourdes M. Janotti, Historiografia, uma questão regional – São Paulo no período republicano, um exemplo, em Marcos A. da Silva (coord.), *República em migalhas – história regional e local*, p.86-88.

27 – Paul I. Singer, *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*, p.50-57.

28 – Wilson Cano, op.cit.

29 – Ver Álvaro Pignaton, Origens da industrialização do Rio de Janeiro, *Dados*, 15(1977).

30 – Eulalia L. Lobo, *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*.

31 – Seguimos as indicações contidas na resenha das novas perspectivas de análise da industrialização carioca feita por Angela Maria de Castro Gomes & Marieta Moraes Ferreira, Primeira República: um balanço historiográfico, *Estudos Históricos*, 2(1989), p.244-280.

32 – PRODUÇÃO ANUAL DAS INDÚSTRIAS

	DF	SP(est.)	SP(cid.)
1907	233.000	121.000	+/- 60.500
1920	677.000	1.008.000	+/- 504.000

ÍNDICE DE CRESCIMENTO INDUSTRIAL

	DF	SP(est.)
1907-1919	298	854
1919-1939	1.185	6.020

Para a produção anual, cf. Maria Antonieta P. Leopoldi, op.cit., p.73, e Paul Singer, op.cit., p.449. Para o índice de crescimento, cf. Wilson Cano, op.cit., p.253.

33 – Cf. Paul Singer, op.cit., p.50.

34 – Cf. José Murilo de Carvalho, Aspectos históricos do pré-modernismo brasileiro, op.cit., p.15.

35 – Maria Antonieta P. Leopoldi, op.cit., p.71.

36 – Wilson Cano, op.cit., p.242.

- 37 – Manuel F. de Campos Sales, citado por José Murilo de Carvalho, *Os bestializados...*, p.33 (grifo de Campos Sales).
- 38 – Michael L. Conniff, *Urban politics in Brazil: the rise of populism – 1923/1945*, p.73. Ver também José Murilo de Carvalho, op.cit.
- 39 – Marieta de Moraes Ferreira, op. cit., p. 245.
- 40 – Amador Bueno, À margem da política, *Correio Paulistano*, 30/09/1921.
- 41 – Amador Bueno, À margem da política, *Correio Paulistano*, 21/10/1921.
- 42 – Amador Bueno, À margem da política, *Correio Paulistano*, 09/11/1921.
- 43 – Marieta de Moraes Ferreira, op.cit., p. 21.
- 44 – Amador Bueno, op.cit., 09/11/1921.
- 45 – *Correio Paulistano*, 03/12/1921.
- 46 – Nós – o *Correio Paulistano* por dentro, *Correio Paulistano*, 07/09/1922.
- 47 – Citado por Mário da Silva Brito, *História do modernismo brasileiro: antecedentes da Semana de Arte Moderna*, p. 156.
- 48 – Menotti Del Picchia, Novas correntes estéticas, *Correio Paulistano*, 03/03/1920.
- 49 – Monteiro Lobato, O “Salão” de 1917, *Revista do Brasil*, 6(1917), p.169-171.
- 50 – Menotti Del Picchia, ‘A bandeira futurista’, *Correio Paulistano*, 22/10/1921.
- 51 – Mário de Andrade, O movimento modernista, op. cit., p. 226.
- 52 – Antônio Cândido, *Literatura e sociedade*, p. 189.
- 53 – Sergio Micelli, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*.
- 54 – Antônio Carneiro Leão, São Paulo em 1920, *Correio Paulistano*, 11/03/1920.
- 55 – Monteiro Lobato, O direito à secessão, op.cit.
- 56 – Ver Monica Pimenta Velloso, *O mito da originalidade brasileira: a trajetória intelectual de Cassiano Ricardo (dos anos 20 ao Estado Novo)*.
- 57 – Plínio Salgado, As fisionomias de São Paulo – a capital dos bandeirantes no ano do Centenário, *Correio Paulistano*, 07/09/1922.
- 58 – J. Veiga Miranda, Os palhaços do Flamengo, *Correio Paulistano*, 15/10/1920.
- 59 – “(...) marco construído numa expansão contínua do consumo da primeira natureza, o Rio de Janeiro propicia a criação de relações privilegiadas com a estrutura de necessidades e desejos sociais vinculada ao tempo do não-trabalho”. Ana Clara Torres Ribeiro, *Rio-Metrópole: a produção social da imagem urbana*, p.293.
- 60 – Alfred Agache, citado por Maurício de A. Abreu, *Evolução urbana do Rio de Janeiro*, p. 87.
- 61 – Otto Prazeres, Como se vive no Rio de Janeiro, *Correio Paulistano*, 21/12/1920.

- 62 – Goulart de Andrade, Cá do Rio, *Correio Paulistano*, 18/12/1921.
- 63 – José Patrocínio Filho, Na estrada de Damasco: epístola aos cariocas, *Correio Paulistano*, 19/12/1922.
- 64 – Monteiro Lobato, citado por Thomas E. Skidmore, op.cit., p. 199 (grifo nosso).
- 65 – José Patrocínio Filho, op.cit.
- 66 – Para uma crítica dessa visão modernizadora da burguesia cafeeira paulista, ver Peter L. Eisenberg, A mentalidade dos fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878, em José Roberto do Amaral Lapa (org.), *Modos de produção e realidade brasileira*. Uma revisão do papel do imigrante como portador dos valores do trabalho e da modernidade é feita por Gladys Sabino Ribeiro, Trabalho escravo e trabalho livre na cidade do Rio de Janeiro, *Revista Brasileira de História*, 5(1985), p.85-116.
- 67 – Crysanteme, Carnaval e sangue, *Correio Paulistano*, 07/02/1921.
- 68 – Mário de Andrade, *Cartas a Manuel Bandeira*, p. 47 (grifo nosso).
- 69 – Plínio Salgado, op. cit. (grifo nosso).
- 70 – *Revista da Semana*, XXI(24), 24/07/1920.
- 71 – José Honório Rodrigues, O destino nacional da cidade do Rio de Janeiro, em José Honório Rodrigues, *Vida e História*.
- 72 – Paulo Prado, *Retrato do Brasil – ensaio sobre a tristeza brasileira*, p. 63.
- 73 – Mário de Andrade, O movimento modernista, op.cit, e Antônio Carneiro Leão, op.cit..
- 74 – Monteiro Lobato, *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*, op. cit., p.300.
- 75 – Crysanteme, Basta de anjos, *Correio Paulistano*, 13/03/1921.
- 76 – Lima Barreto, São Paulo e os estrangeiros, em *Bagatelas*.
- 77 – Lima Barreto, Carta aberta, op. cit., p.108.
- 78 – Lima Barreto, Problema vital, op. cit., p.130.
- 79 – Mário de Andrade, citado por Aracy Amaral, *Artes plásticas na Semana de 1922*, p. 65.
- 80 – Adolpho Pinto, O Centenário da Independência, *Revista do Brasil*, 1(1916), p.13-17.
- 81 – Cf. Richard M. Morse, op. cit., p. 372 (grifo nosso).
- 82 – Ítalo Calvino, *As cidades invisíveis*.
- 83 – Plínio Salgado, op.cit.
- 84 – Menotti Del Picchia, São Paulo de hoje, *Correio Paulistano*, 07/09/1922.
- 85 – Cf. Mário da Silva Brito, op.cit., p. 117.
- 86 – Menotti Del Picchia, Monumento das Bandeiras, *Correio Paulistano*, 27/07/1920.
- 87 – Victor Brecheret, citado por Mário da Silva Brito, op. cit., p. 120.
- 88 – A primeira citação é de Monumento das Bandeiras, op.cit., e a segunda de A vitória de um patricio, *Correio Paulistano*, 10/11/1921.

- 89 – Crysanteme, Uma obra interessante, *Correio Paulistano*, 10/10/1921.
- 90 – Julio Prestes, *Correio Paulistano*, 08/09/1922.
- 91 – Mário da Silva Brito, op.cit., p.175.
- 92 – Oswald de Andrade, Arte no Centenário, *Jornal do Commercio*, 16/05/1920.
- 93 – Menotti Del Picchia, Almoço de ontem no Trianon. Agradecimento de Menotti del Picchia, *Correio Paulistano*, 10/01/1921.
- 94 – Mário de Andrade, Notas de Arte, *A Gazeta*, 13/02/1922.
- 95 – Oswald de Andrade, Arte no Centenário, op.cit., e Meu poeta futurista, *Jornal do Commercio*, 27/05/1921.
- 96 – Cf. Gilberto Mendonça Teles, *Vanguarda européia e Modernismo brasileiro*, p. 32.
- 97 – O montório do futurismo, *Careta*, XV(719), 01/04/1922.
- 98 – A Semana Futurista e Virgílio Maurício, *Careta*, XV(719), 01/04/1922.
- 99 – Lima Barreto, O Futurismo, *Careta*, XV(735), 22/07/1922.
- 100 – Mário de Andrade, O movimento modernista, op. cit., p. 231.
- 101 – Mário de Andrade, *Cartas a Manuel Bandeira*, op.cit., p. 43 e 44.

CONCLUSÃO

“Ainda não proclamamos a República”.
(José Murilo de Carvalho)

NESTE trabalho procuramos acompanhar a atuação da intelectualidade dos dois principais centros urbanos do país, Rio de Janeiro e São Paulo, a qual, diante do desafio de comemorar o Centenário da Independência em 1922, produziu novas e variadas explicações do Brasil. Explicações caracterizadas por um desejo dilacerante de compreender o país, de repensá-lo, e, principalmente, de “salvá-lo”. A própria dinâmica da celebração – o balanço obrigatório dos feitos do passado, a avaliação do presente de realizações frustradas, a perspectiva de um futuro incerto – estimulava a produção acelerada de significações do que fora essa nação, do que era àquela altura e do que deveria ser no futuro.

Para recuperar o ideário nacional criado pela “geração de 1922”, julgamos necessário, por um lado, perceber, não só como esses intelectuais construíram a memória da “nação centenária”, mas também como avaliaram o presente republicano. Foi a partir de interpretações diferenciadas sobre o peso do passado e os impasses da República que se montaram variados modelos de identidade nacional. Por outro lado, destacamos a influência das matrizes européias nas diferentes concepções de Brasil moderno que povoaram as mentes da intelectualidade brasileira.

Filiada a diferentes concepções de modernidade, devotada à causa da brasilidade, a “geração de 1922” partilhava a crença de que a construção da sociedade moderna dependia de um projeto de (re)construção da nação brasileira. Tal tarefa comprometia a atuação intelectual em uma dupla frente: na luta contra o atraso que teria marcado a nossa trajetória como nação independente, e na construção de modelos que a guiassem rumo à modernidade. Ouseja, de um lado, era preciso identificar as causas, as características e os portadores desse “atraso”, eliminando seus vestígios, e, de outro, cumpria reconhecer os valores da modernidade, lutando pela sua implantação. O objetivo era firmar nos corações e nas mentes dos brasileiros a imagem daqueles que insistiam em aprisionar o Brasil em modelos ultrapassados e dos que garantiriam à “jovem” nação um lugar no século XX.

Criar um Brasil moderno implicava construir um *locus* de modernidade, que não só servisse de guia e modelo para o resto do país, como também se tornasse o cartão de visita da “nova” nação junto ao mundo “civilizado”. É nesse sentido que entendemos, tanto os acirrados debates que acompanharam a reforma do centro urbano da capital federal por ocasião das festas do Centenário, quanto a mobilização dos modernistas paulistas no intuito de conquistar para a capital bandeirante o lugar de nova matriz da nacionalidade. Foi cumprida, em ambos os casos, a missão de nomear as forças do atraso e de identificar os arautos da modernidade.

As discussões sobre o arrasamento ou a manutenção do morro do Castelo, localizado no coração do Rio de Janeiro, giraram explicitamente em torno do melhor caminho que possibilitaria à “cidade maravilhosa” tornar-se uma “cidade do século XX”. A derrubada do “infecto monturo”, antro da desordem e da “barbárie”, e sua substituição pelos reluzentes pavilhões da Exposição Internacional, revelaram a opção por um determinado padrão de modernidade que deveria ser modelo para todo o país. Mesma aspiração marcou o movimento dos modernistas de São Paulo, ou seja, fazer da sua capital o *locus* da “trepidante” modernidade brasileira dos anos 20. Chaminés, arranha-céus, bandeirantes, versos livres, italianos, operários, sertão, agricultura, Brasil real, seriam as indicações seguras do rumo a ser trilhado no futuro pela nação brasileira. Para trás, devidamente esquecidos, deveriam ficar o cosmopolitismo litorâneo, o negro e o português, o parnasianismo, as indústrias parasitárias, o espírito contemplativo e burocrático da ineficiente e preguiçosa capital federal.

A produção intelectual da “geração de 1922”, comprometida com a tarefa de criar o Brasil moderno, resultou na configuração de um imaginário nacional – firmado na invenção de novas tradições e na construção de marcos simbólicos – que teve uma insuspeitada permanência na mentalidade coletiva. Paradigmáticas, as interpretações que deram para o Brasil inauguraram novos estilos de pensar o país, sua história, seus dilemas do presente e suas perspectivas do futuro. Institucionalizadas, tais idéias se tornaram referências constantes em programas de governo. Formaram discípulos, seguidores e dissidentes. Detonando um debate que atravessou toda a década de 1920, deixou para os períodos posteriores a sensação de que o país encontrara o seu perfil e o seu caminho. Oliveira Viana, Mário de Andrade, Monteiro Lobato, entre outros, estabeleceram estilos de pensamento e, principalmente, tornaram-se marcos obrigatórios de reflexão e ação para aqueles que insistiram e ainda insistem em desvendar a “questão nacional”.

Segundo Hobsbawm, o papel da nação, enquanto comunidade imaginada, vem sendo reduzido gradativamente neste final de sécu-

lo.¹ Diante da intensa mobilização da comunidade intelectual frente à comemoração do Centenário da República brasileira, a tese de Hobsbawm não deixa de causar estranheza. A busca da identidade nacional, marcada pela ansiedade incontida de saber afinal “que país é esse?”; a necessidade de entender o caráter dessa República centenária que, para alguns, sequer foi proclamada, indicam que, de certa maneira, 1989 “repetiu” 1922. Até na realização de eleições presidenciais que, ao contrário das efetuadas nos últimos 30 anos, mobilizaram a população do país. Foi então detonado um debate que, para além da campanha eleitoral, colocou em jogo, mais uma vez, a construção de um Brasil moderno. A par de propostas claras e opções políticas racionais, os projetos de modernidade então colocados na mesa sustentaram-se em elementos mais profundos do imaginário nacional.

É na renovada atualização da disputa entre as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo que melhor se verifica o quanto este imaginário, construído nos anos 20, permanece profundamente arraigado na consciência nacional. Malgrado as profundas transformações que varreram o país ao longo dos últimos 70 anos, de novo estão na mesa as cartas opostas: cosmopolitismo x provincianismo; lazer x trabalho; eficiência x improvisação; natureza x cultura.² Mais uma vez, “cariocas” e “paulistas” são desafiados a provar sua filiação mais próxima da modernidade do Primeiro Mundo.

Notas

1 – Cf. Eric J. Hobsbawm, *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*, cap. VI.

2 – Ver Aspásia Camargo, *Esse Rio cosmopolita*, *Jornal do Brasil*, Idéias/Ensaio, 12/05/1991.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. FONTES

1.1. JORNAIS

- Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1920.
Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 1920.
Correio Paulistano. São Paulo, 1920-1922.
Jornal do Commercio. São Paulo, 1920-1921.

1.2. REVISTAS

- Careta*. Rio de Janeiro, 1920-1922.
Revista do Brasil. São Paulo, 1916-1917.
Eu sei tudo. Rio de Janeiro, 1917-1919.
A Exposição de 1922. Rio de Janeiro, 1922-1923.
Revista da Semana. Rio de Janeiro, 1919-1922.
Revista do IHGB. Rio de Janeiro, 1921-1922.

1.3. PUBLICAÇÕES OFICIAIS

- Livro de Ouro Comemorativo do Centenário da Independência e da Exposição Internacional* (1922).
Anais do Conselho Municipal (1920)
Guia Oficial da Exposição Internacional do Centenário (1922).

1.4. RELATOS E MEMÓRIAS

- SAMPAIO, Carlos. *Memória histórica – obras da Prefeitura do Rio de Janeiro (08-06-1920 / 15-11-1922)*. Coimbra, Editora Lumen, 1924.
- . *O arrasamento do morro do Castelo*. Rio de Janeiro, Tipografia da Gazeta da Bolsa, 1925.

1.5. LITERATURA DE ÉPOCA

- ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. Rio de Janeiro, Livraria Briguier, 1954 (1a.ed.: 1907).
- AMADO, Gilberto. As instituições políticas e o meio social no Brasil. In: CARDOSO, Vicente Licínio (org.). *À margem da história da República*. Rio de Janeiro, Edição do "Anuário do Brasil", 1924 (1a.ed.).
- ANDRADE, Mário de. O Movimento Modernista. In: ANDRADE, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo, Editora Martins, 1967 (1a.ed.: 1942).
- *Cartas a Manuel Bandeira*. Rio de Janeiro, Ediouro, 1987.
- *Paulicéia desvairada*. São Paulo, Círculo do Livro, s/d. (1a.ed.: 1921).
- ANDRADE, Oswald. *Poesias reunidas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Esau e Jacó*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976 (1a.ed.: 1904).
- ATAÍDE, Tristão de. Política e letras. In: CARDOSO, Vicente Licínio (org.). *À margem da história da República*. Rio de Janeiro, Edição do "Anuário do Brasil", 1924.
- BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956 (1a.ed.: 1923).
- *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Rio de Janeiro, Ediouro, 1983 (1a.ed.:1915).
- CARDOSO, Vicente Licínio. Benjamim Constant. In: CARDOSO, Vicente Licínio (org.). *À margem da história da República*. Rio de Janeiro, Edição do "Anuário do Brasil", 1924.
- CARVALHO, Ronald de. Bases da nacionalidade brasileira. In: CARDOSO, V. Licínio (org.). *À margem da história da República*. Rio de Janeiro, Edição do "Anuário do Brasil", 1924.
- COSTA, Luiz Edmundo de Melo Pimenta da. *O Rio de Janeiro do meu tempo*, 1o. vol. Rio de Janeiro, Conquista, 1957.
- LOBATO, José Bento Monteiro. *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*. São Paulo, Brasiliense, 1958 (1a.ed.: 1918).
- LOBATO, José Bento Monteiro. *Urupês*. São Paulo, Brasiliense, 1958 (1a.ed.: 1918).
- *Idéias do Jeca Tatu*. São Paulo, Brasiliense, 1958. (1a.ed.: 1919).
- *Na ante-véspera*. São Paulo, Brasiliense, 1958. (1a.ed.: 1920).
- MENESES, Rodrigo Otávio L. *Festas nacionais*. Rio de Janeiro, Livraria Briguier, 1894 (1a. ed.).

- MIRANDA, Francisco Pontes de. Preliminares para a revisão constitucional. In: CARDOSO, Vicente Licínio (org.), *À margem da história da República*. Rio de Janeiro, Edição do "Anuário do Brasil", 1924.
- MOTTA FILHO, Cândido. *Alberto Torres e o tema da nossa geração*. Rio de Janeiro, Livraria Schmidt, 1931 (1a.ed.).
- NOGUEIRA, José Antonio. O ideal brasileiro desenvolvido na República. In: CARDOSO, Vicente Licínio (org.), *À margem da história da República*. Rio de Janeiro, Edição do "Anuário do Brasil", 1924.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil – ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo, IBRASA; Brasília, INL; 1981 (1a.ed.: 1928).
- TORRES, Alberto. *A organização nacional*. São Paulo, Editora Nacional, 1933 (1a.ed.: 1914).
- . *O problema nacional brasileiro*. São Paulo, Editora Nacional; Brasília, INL, 1978 (1a.ed.: 1914).
- VIANNA, Francisco José de Oliveira. O idealismo da Constituição. In: CARDOSO, Vicente Licínio (org.), *À margem da história da República*. Rio de Janeiro, Edição do "Anuário do Brasil", 1924.

2. BIBLIOGRAFIA CITADA

- ABREU, Maurício Almeida. Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. *Revista do Rio de Janeiro*. Niterói, 1(2):47-58. Jan./Abr. 1986.
- . *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar/IPLANRIO, 1987.
- ABREU, Regina Maria do Rego Monteiro. *Sangue, nobreza e política no tempo dos imortais: um estudo antropológico da Coleção Miguel Calmon no Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, PPGAS/UFRJ, 1990 (dissert. mestrado – mimeo).
- AMALVI, Christian. Le 14-Juillet. In: NORA, Pierre (org.). *Les lieux de mémoire*, vol. I, La République. Paris, Gallimard, 1984.
- AMARAL, Aracy. *Artes plásticas na Semana de 1922*. São Paulo, Perspectiva, 1979.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Rio de Janeiro, Ática, 1989.

- ARRUDA, Maria A. do Nascimento. *Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux: mémoires et espoirs collectifs*. Paris, Payot, 1984.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1988.
- BALANDIER, George. *O poder em cena*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1980.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A significação educativa do romantismo brasileiro: Gonçalves de Magalhães*. São Paulo, Grijalbo/USP, 1973.
- . *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo, Convívio/Edusp, 1986.
- BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. *Espaço e Debates*. São Paulo, IV(11): 5-13. 1984.
- BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.
- BITTENCOURT, José Neves. "Espelho da 'nossa' história: imaginário, pintura histórica e reprodução no século XIX brasileiro". *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, 87:58-78. Out./Dez. 1986.
- BOMENY, Helena Bousquet. Cidade, República, mineiridade. *Dados*. Rio de Janeiro, 30(2):186-207. 1987.
- BOSI, Alfredo. As letras na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano*, História Geral da Civilização, tomo III, vol.2. São Paulo, Difel, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual e projeto criador. In: BOURDIEU, Pierre et ali. *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- . *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.
- BRADBURY, Malcolm e McFARLANE, James (org.). *Modernismo – guia geral: 1890-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- BRITO, Mário da Silva. *História do Modernismo Brasileiro: antecedentes da Semana de Arte Moderna*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.
- BURY, John. *La idea del progreso*. Madri, Alianza Editorial, 1971.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1981.
- CARONE, Edgard. *A República Velha II – evolução política (1889-1930)*. São Paulo, Difel, 1977.
- . *A República Velha I – instituições e classes sociais (1889-1930)*. São Paulo, Difel, 1978.
- CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na Primeira República, o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano*, História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, vol.2. São Paulo, Difel, 1977.
- . *Os bestializados – o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- . Aspectos históricos do pré-modernismo brasileiro. In: *Sobre o pré-modernismo*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- . *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Letras, sociedade e política: imagens do Rio de Janeiro. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais – BIB*. Rio de Janeiro, 20:3-22. 1985.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- CAVALCANTI, Berenice de O. Beleza, limpeza, ordem e progresso: a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro, final do século XIX. *Revista do Rio de Janeiro*. Niterói, 1(1):95-113. Set./Dez. 1985.
- CONNIFF, Michael L. *Urban politics in Brazil: the rise of populism, 1920-1945*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1981.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.
- COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- CROUZET, Maurice (org.). *A Época Contemporânea*, História Geral das Civilizações, tomo VII, vol.1. São Paulo, Difel, 1968.
- DULCI, Otavio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. *Ciências Sociais Hoje – 1984*. São Paulo, ANPOCS/Cortez, 1984.
- EISENBERG, Peter L. A mentalidade dos fazendeiros no Congresso Agrícola de 1978. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1980.

- FERREIRA, Marieta Moraes. Um eixo alternativo de poder. In: FERREIRA, Marieta Moraes (org.). *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro, Riofundo Editora, 1989.
- FERREIRA NETO, Edgard Leite. A elaboração positivista da memória republicana. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, 87:79-103. Out./Dez. 1986.
- *O imprevisto da civilização: a nação republicana e a construção da ordem social no final do século XIX*. Niterói, UFF, 1989 (dissert. mestrado – mimeo).
- FRITSCH, Lilian A. Palavras ao vento: a urbanização do Rio imperial. *Revista do Rio de Janeiro*. Niterói, 1(3):75-86. Mai/Ago. 1986.
- e PECHMAN, Sergio. A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 5(8-9):139-195. Set. 1984/Abr. 1985.
- FRITSCH, Winston. Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930. In: ABREU, Marcelo Paiva (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana – 1889/1930*. Rio de Janeiro, Campus, 1989.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro, IUPERJ, 1988.
- e FERREIRA, Marieta Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 2 (4): 244-280. 1989.
- GOMES, Eduardo Rodrigues. *Campo contra cidade – a reação ruralista à crise oligárquica no pensamento político-social brasileiro (1910-1935)*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1980 (tese mestrado – mimeo).
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1(1):5-27, 1988.

- HOBSBAWM, Eric J. *A era do capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- . *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- . *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- e RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- IANNI, Octavio. A idéia de Brasil moderno. *Resgate*. Campinas, 1(1):19-38. 1990.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *Os subversivos da República*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- . Historiografia, uma questão regional – São Paulo no período republicano, um exemplo. In: SILVA, Marcos A. da (Coord.). *República em migalhas – história regional e local*. São Paulo, Marco Zero, 1990.
- KUGELMAS, Eduardo. *Difícil hegemonia – um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. São Paulo, USP, 1986 (tese doutorado – mimeo).
- LAUERHASS JUNIOR, Ludwig. *Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- LAMOUNIER, Bolivar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano, História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, vol.2. São Paulo, Difel, 1977.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, Editora da Unicamp, 1990.
- LEITE, Sylvia H. T. O regionalismo na Primeira República: crescimento e desgaste. In: *História*. São Paulo, (n.esp.):57-65. 1989.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. Crescimento industrial, políticas governamentais e organização da burguesia: Rio de Janeiro de 1844 a 1914. *Revista do Rio de Janeiro*. Niterói, 1(3):53-74. Mai./Ago. 1986.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1978.
- LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil, 1808 a 1930*. São Paulo, Alfa Ômega, 1975.

- MAIRET, Gerard. Peuple et nation. In: CHATELET, François e MAIRET, Gerard. *Les idéologies*. Verviers, Editions Marabout, 1981.
- MALATIAN, Maria Teresa. Nostalgia do "antigo regime": a República em crise e a solução restauradora. In: *História*. São Paulo, (n. esp.):163-178. 1989.
- MANNHEIM, Karl. O significado do conservantismo. In: *Karl Mannheim*, Grandes Cientistas Sociais, n. 25. São Paulo, Ática, 1982.
- MARSON, Adalberto. *A ideologia nacionalista em Alberto Torres*. São Paulo, Duas Cidades, 1979.
- MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos (Terceiro Manuscrito). In: *Os pensadores*. São Paulo, Abril Editora, 1985.
- MATTOS, Ilmar Rohrloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo, Hucitec; Brasília, INL, 1987.
- MAYER, Arno. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- MELO E SOUZA, Antônio Cândido. *Literatura e sociedade*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965.
- MICELLI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo, Difel, 1979.
- MOORE JUNIOR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo, Martins Fontes, 1983.
- MORAES, Eduardo Jardim. *A brasilidade modernista*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- MORSE, Richard McGee. *Formação histórica de São Paulo (da comunidade à metrópole)*. São Paulo, Difel, 1970.
- MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972.
- MOTTA, Marly Silva da. *A questão urbana e a renovação do Rio de Janeiro no início do século XX: uma análise da bibliografia recente*. Rio de Janeiro, UERJ, 1987 (mimeo).
- NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: *O Brasil Republicano*, História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, vol. 2. São Paulo, Difel, 1977.
- NEVES, Margarida de Sousa. *As vitrines do progresso*. Rio de Janeiro, PUC/FINEP, 1986 (mimeo).
- NOLTE, Ernest. *Three faces of fascism*. New York, Mentor Books, 1969.
- NORA, Pierre. (org.). *Les lieux de mémoire*, vol. I, La République. Paris, Gallimard, 1984.

- OLIVEIRA, Elizabeth Lira. *Política de urbanização da cidade do Rio de Janeiro: 1926-1930*. Niterói, UFF, 1981 (dissert. mestrado – mimeo).
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi (coord.). *Elite intelectual e debate político nos anos 30*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas; Brasília, INL, 1980.
- , As raízes da ordem: os intelectuais, a cultura e o Estado. In: *A Revolução de 30: seminário internacional*. Brasília, Editora da UnB, 1983.
- , *Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz*, Brasil: um estudo sobre o nacionalismo brasileiro. São Paulo, USP, 1986 (tese doutorado – mimeo).
- , As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 2(4):172-189. 1989.
- , Modernidade e questão nacional. *Lua Nova: revista de cultura e política*. São Paulo, (20):41-68. Mai. 1990.
- et al. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- ORY, Pascal. Le centenaire de la Révolution Française. In: NORA, Pierre (org.). *Les lieux de mémoire*, vol. I, La République. Paris, Gallimard, 1984.
- OZOUF, Mona. *La fête révolutionnaire: 1789-1799*. Paris, Gallimard, 1976.
- PIGNATON, Álvaro. Origens da industrialização no Rio de Janeiro. *Dados*. Rio de Janeiro, (15). 1977.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 2(3):3-15. 1989.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República*, São Paulo, Brasiliense, 1986.
- RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- RECALDE, José Ramón. *La construcción de las naciones*. Madri, Siglo XXI, 1982.
- REZENDE, Beatriz. A representação do Rio de Janeiro nas crônicas de Lima Barreto. In: *Sobre o Pré-Modernismo*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Rio-metrópole: a produção social da imagem urbana*. São Paulo, USP, 1988 (tese doutorado – mimeo).

- RIBEIRO, Gladys Sabina. *"Cabras" e "pés-de-chumbo": o antilusi-tanismo na cidade do Rio de Janeiro*. Niterói, UFF, 1987 (dissert. mestrado – mimeo).
- . Trabalho escravo e trabalho livre na cidade do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História*. Rio de Janeiro, 5(8-9):85-116. Set. 1984/Abr. 1985.
- RIBEIRO, Luis Cesar Queiroz. Formação do capital imobiliário e a produção do espaço construído no Rio de Janeiro: 1870-1930. *Espaço e Debates*. São Paulo, V(15). Mai./Ago. 1985.
- RODRIGUES, José Honório. *Vida e História*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- ROMANO, Roberto. *O conservadorismo romântico*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. A invenção do Brasil: um problema nacional? *Revista de História*. São Paulo, (118): 3-12. Jan./Jun. 1985.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Memória, história e nação: propondo questões. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, 87:5-13. Out./Dez. 1986.
- SCHORSKE, Carl E. *Viena fin-de-siècle: política e cultura*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- . *Orfeu extático na Metrópole*. São Paulo – sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Editora Nacional, 1977.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1962.
- TELLES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro*. Petrópolis, Vozes, 1983.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *Levantamento da revista Gil Blas*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1978 (mimeo).
- . *Levantamento da revista Brazílea*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1978 (mimeo).
- . *O mito da originalidade brasileira: a trajetória intelectual de Cassiano Ricardo (dos anos 20 ao Estado Novo)*. Rio de Janeiro, PUC, 1983 (dissert. mestrado-mimeo).

- . A “cidade-voyeur”: o Rio de Janeiro visto pelos paulistas. *Revista do Rio de Janeiro*. Niterói, 1(4): 55-66. Set./Dez. 1986.
- . *A brasilidade verde-amarela; nacionalismo e regionalismo paulista*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1987.
- . A literatura como espelho da nação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1(2):220-238. 1988.
- . *As tradições populares na Belle Époque carioca*. Rio de Janeiro, FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1988.
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- VENTURA, Roberto e SUSSEKIND, Flora. *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bonfim*. São Paulo, Editora Moderna, 1984.
- VEYNE, Paul. *Comment on écrit l'histoire – suivi de Foucault révolutionne l'histoire*. Paris, Ed. du Seuil, 1978.
- VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. 1914 ou escritores em guerra. *Jornal do Brasil*. Caderno Especial, 26/08/1984.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.



A NAÇÃO FAZ 100 ANOS

As comemorações do Centenário da Independência, em 1922, levaram diferentes setores da intelectualidade brasileira a refletir sobre a nação e a propor modelos para a construção de um Brasil moderno. A reforma urbana por que passa o Rio de Janeiro e a mobilização dos modernistas paulistas no campo cultural são reveladoras da busca de uma matriz moderna da nacionalidade, afinada com o século XX.